

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL (PEPI)**

WAGNER W. DE SOUSA

**AS RELAÇÕES FRANCO-GERMÂNICAS E O PROCESSO POLÍTICO DE
CRIAÇÃO DA MOEDA COMUM EUROPEIA: DO ENCONTRO EM HAGUE
AO TRATADO DE MAASTRICHT (1969-1993)**

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de DOUTOR em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. José Luis da Costa Fiori


RIO DE JANEIRO/RJ

2013

WAGNER WATSON DE SOUSA
AS RELAÇÕES FRANCO-GERMÂNICAS E O PROCESSO
POLÍTICO DE CRIAÇÃO DA MOEDA COMUM EUROPEIA: DO
ENCONTRO EM HAGUE AO TRATADO DE MAASTRICHT (1969-
1993)


Tese apresentada ao Corpo Docente
do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
DOUTOR em Economia Política
Internacional.

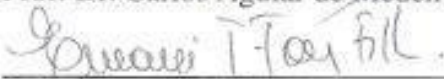
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori
(orientador)


Prof. Dr. José Carlos de Souza Braga


Prof.ª Dr.ª Clarice Menezes Vieira


Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros


Prof. Dr. Emani Teixeira Torres
Filho

AGOSTO/2013

S725 Sousa, Wagner Watson de.
As relações franco-germânicas e o processo político de criação da moeda comum europeia: do Encontro em Hague ao Tratado de Maastricht (1969-1993) / Wagner Watson de Sousa. - 2013.
114 f. ; 31 cm.

Orientador: José Luis da Costa Fiori.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

Bibliografia: f. 108-114.

1. Moeda comum europeia. 2. Relações franco-germânicas. 3. Reunificação alemã.
I. Fiori, José Luis da Costa. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 332.494

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado teve, para se tornar realidade, a ajuda inestimável de algumas pessoas. Seria injusto não mencioná-las.

Primeiramente um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. José Luís Fiori. Minha relação com o Prof. Fiori é anterior à própria existência da Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI). Fui seu aluno em cursos que ministrou na Pós-Graduação do Instituto de Economia da UFRJ em 2006, 2007 e 2008, na condição de ouvinte, nas ocasiões em que pude me deslocar de Curitiba para o Rio de Janeiro. Sua generosidade, grande capacidade intelectual e originalidade foram cativantes desde nossa primeira conversa e da primeira aula que assisti. Este trabalho deve muito de suas concepções e formato à influência do pensamento do Prof. Fiori.

Faço uma menção especial ao Prof. Carlos Lessa e à Prof.^a Maria da Conceição Tavares. Tive o privilégio de ser aluno de ambos.

Agradeço também ao Prof. Mauricio Metri, o qual gentilmente aceitou que eu fizesse minhas atividades de estágio-docência em disciplinas suas.

Faço também uma menção especial a todos os colegas do PEPI com quem convivi nestes anos. A troca de experiências foi rica, tanto a acadêmica quanto a pessoal. Finalizo esta etapa também tendo feito amigos nestes anos de Rio de Janeiro.

Agradeço especialmente meus amigos Luiz Felipe Osório e Feliciano Guimarães, que me acolheram, quando precisei, em suas residências, em Copacabana e no Leblon. Luiz Felipe também sempre me auxiliou quando precisei de ajuda no Rio e estava em outra cidade. Deixo aqui meu obrigado.

Dedico esta tese a meu pai, Mauro (*in memoriam*), meu irmão Winston, minha irmã Agnes e meu querido sobrinho Augusto, de pouco mais de dois anos, que nasceu no período deste doutorado e tornou a minha vida e de minha família certamente bem melhor.

Por fim, dedico também e de maneira especial este trabalho à minha mãe, Sueli. Sem seu apoio e incentivo incondicionais esta tese não existiria.

*Day after day alone on the hill
The man with the foolish grin is keeping perfectly still
But nobody wants to know him
They can see that he's just a fool
And he never gives an answer
But the fool on the hill
Sees the sun going down
And the eyes in his head
See the world spinning around*

(The Fool On The Hill
John Lennon / Paul McCartney, 1967)

RESUMO

Este trabalho aborda questão das relações franco-germânicas e a criação da moeda comum europeia. Para este intento a análise foi feita com a perspectiva da Economia Política Internacional, em uma abordagem sistêmica, portanto. Entre os encontros de líderes europeus nas cidades holandesas de Hague e Maastricht, entre 1969 e 1992 a integração monetária europeia desenvolveu-se com o Plano Werner, a “Serpente”, o Sistema Monetário Europeu e finalmente pela decisão de criação da moeda comum, após a reunificação alemã. Preocupações geopolíticas e geoeconômicas influenciaram esta questão, materializadas no regime de câmbio flutuante com liberalização dos movimentos de capital somados às relações entre as superpotências na Guerra Fria com suas tensões e distensões. O objetivo também é demonstrar a frágil base que sustenta o projeto da moeda comum.

Palavras-chave: Moeda Comum Europeia. União Europeia. Relações Franco-Germânicas. Reunificação Alemã.

ABSTRACT

This work is about the question of Franco-German relations and the creation of the European common currency. For this purpose the analysis was made with the perspective of International Political Economy, in a systemic approach therefore. Between the meetings of European leaders in the Dutch cities of Hague and Maastricht, among 1969 and 1992 the European monetary integration had developed with the Werner Plan, the “Snake”, the European Monetary System and finally the decision for the creation of a common currency, after German reunification. Geopolitics and geo-economic concerns influenced this question, materialized in a floating rate regime with liberalization of capital movements add relations between superpowers in the Cold War with your tensions and strains. The objective too is to demonstrate the fragile basis when the project of the common currency is supported.

Keywords: European Common Currency. European Union. Franco-German Relations. German Reunification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DO ENCONTRO EM HAGUE AO FIM DA ERA DE BRETTON WOODS ..	13
3 O DÓLAR-FLUTUANTE, A CRISE ENERGÉTICA E A SERPENTE MONETÁRIA.....	32
4 A RETOMADA DA HEGEMONIA AMERICANA E O SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU	54
5 A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA, AS NEGOCIAÇÕES PARA O TRATADO DE MAASTRICHT E A CRIAÇÃO DO EURO	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
6.1 PRIMEIRA HIPÓTESE	95
6.2 SEGUNDA HIPÓTESE	96
6.3 TERCEIRA HIPÓTESE.....	99
6.4 QUARTA HIPÓTESE.....	102
6.5 PEQUENA NOTA SOBRE O FUTURO	108
REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

A União Europeia é principal associação regional político-econômica entre Estados Nacionais no mundo, o mais complexo bloco comercial, dotado desde 1999 também de moeda própria. A história da moeda europeia, o euro, em grande medida se confunde¹ com o processo de integração como um todo, com seus avanços e momentos de estagnação. Com o intuito de entender estas relações este estudo versará sobre o processo político de criação da moeda única europeia. Para tanto, o trabalho procurará demonstrar, com fulcro na história, algumas hipóteses. O recorte histórico foi organizado em quatro capítulos e tal periodização foi definida pela ocorrência de importantes transformações de caráter geopolítico e geoeconômico, decisivas para o objeto investigado.

O incremento da liberalização financeira propiciado pelo fim da vigência dos acordos de Bretton Woods, entre 1971 e 1973, e o consequente novo cenário internacional de câmbio flutuante fez surgir duas versões de um “Bretton Woods europeu”², a “Serpente Monetária”, entre 1972 e 1979 e o Sistema Monetário Europeu, entre 1979 e 1992. A partir de então, até 1999, passou a valer um sistema com amplas bandas, praticamente de flutuação livre, que foi a transição para a adoção da moeda comum. O período estudado pelo trabalho, que abrange da reunião em Hague, na Holanda, em 1969, a primeira vez em que líderes europeus discutem a adoção de uma moeda regional e o Tratado de Maastricht, quando se decide oficialmente criar esta moeda assiste à consolidação da Alemanha como principal *player* europeu na economia e mais importante ator político e promotor da integração.

¹ “Nothing (...) demands a greater transfer of sovereignty than the resolution of member states to commit themselves to Economic and Monetary Union (EMU) which, next to eastward enlargement, is the key issue the European Union (EU) is facing at the threshold of a new century. (...) The countries participating in EMU project, to all intents and purposes, have ceased to exist as macro-economic entities” (HENDRIKS; MORGAN, 2001, p. 57).

² É importante salientar que não se está afirmando que a Comunidade Econômica Europeia teria constituído, dentro de suas fronteiras, um sistema idêntico ao dos pactos de Bretton Woods, o que, no contexto de dólar-flutuante e capitais voláteis não seria mais possível. A ideia de um “Bretton Woods europeu”, tanto na Serpente Monetária quanto no Sistema Monetário Europeu refere-se aqui aos sistemas de coordenação cambial, na forma de bandas cambiais, que protegessem as nações europeias de grandes flutuações no valor de suas moedas, no que claramente se baseou no sistema anterior de Bretton Woods.

A partir desta centralidade alemã na Comunidade Econômica Europeia e da força de sua moeda nacional, o marco, e também da fraqueza relativa das moedas nacionais de outros países europeus, a questão monetária, na forma de mecanismos de coordenação entre as moedas da região adquire especial importância na CEE. Ao final deste período histórico decidiu-se pela adoção de uma moeda comum. Sem a previsibilidade das taxas semifixas estabelecidas pelos pactos de Bretton Woods e sem estarem devidamente protegidas por mecanismos de controle de capitais, moedas como a francesa e a italiana, por exemplo, se tornariam vulneráveis à especulação financeira, com reflexos no desempenho de suas economias. A flutuação coordenada da Serpente Monetária e do Sistema Monetário Europeu também foi útil para os alemães que, embora tivessem capacidade para flutuar sua moeda de forma mais adequada aos seus interesses, em comparação com os demais países europeus, ganharam com a previsibilidade destes sistemas (apesar dos problemas apresentados pela Serpente para alguns países), com a consequente redução de espaço para desvalorizações competitivas dos rivais europeus, que poderiam diminuir os ganhos da indústria exportadora alemã.

Além destas fundamentais questões relacionadas às moedas e a finança cabe dizer, já nesta introdução, para se justificar a razão deste estudo privilegiar o *processo político* que envolveu o problema, que a integração monetária europeia está diretamente vinculada à geopolítica e adoção da moeda comum tem razões primordialmente relacionadas a esta em seus contextos europeu e global. Está também relacionada ao compromisso dos atores, em especial, França e Alemanha, com a integração e teve prosseguimento pelas decisões políticas, pela dinâmica de disputa de poder dos seus principais membros e não meramente como resposta aos movimentos do capital financeiro. É por isto que este trabalho inicia sua análise a partir de 1969 e da primeira decisão política concreta, na reunião de Hague, de iniciar trabalhos conjuntos com vistas a uma moeda comum e não com o mecanismo cambial da União Europeia de Pagamentos³, adotado a partir de 1950, substituído pelo Acordo

³ Milward e Sorensen explicam que a União Europeia de Pagamentos foi um esquema europeu de “solidariedade financeira” mais ambicioso do que o pactuado em Bretton Woods. Não eliminou, contudo, a assistência financeira dos Estados Unidos a países europeus. A ideia de moeda comum, defendida por alguns, sequer era cogitada pelos europeus, que preferiam manter a “ordem monetária

Monetário Europeu, adotado a partir de 1958 e que vigorou até 1972, quando foi criada a Serpente Monetária. A criação da moeda europeia não foi definida como mera causalidade da existência prévia de mecanismos de coordenação cambial e da percepção da inadequação destes, como quer certa leitura economicista⁴. Não se está negando a importância dos mecanismos de câmbio entre as moedas, do aumento progressivo dos fluxos de capitais entre os países e dos efeitos desestabilizadores destes fluxos na formação das convicções dos atores interessados neste processo. No entanto, a leitura da história da integração monetária europeia demonstra que a adoção da moeda comum e também sua primeira proposição em nível interestatal europeu, em 1969, estiveram diretamente vinculados à posição alemã na geopolítica europeia e da conexão desta com as mudanças na geopolítica global.

transatlântica” tal como estava. Dizem os autores “The European Payments Union (EPU) substituted in 1950 a European framework of multilateral interdependence for the worldwide one originally envisaged at Bretton Woods. It substituted, too, a much more generous provision of international credit for deficits on intra-western European trade and payments than anything envisaged at Bretton Woods. Long-term debtors in the EPU, such as Austria, Denmark, France, Greece or Iceland, were able to continue to run import surpluses on their trade with the other members because of the generous settlement terms in force before 1956, which required only partial payment of deficits in gold or hard currency. Those, like Austria, Greece or Iceland, who could not meet even these generous settlement terms were treated as ‘structural debtors’ and received American aid to allow them to stay in the union. When the was first proposed some American bureaucrats saw it as an integrationist device, the first step on the road to a common West European currency, a common central bank and a common monetary policy. Every suggestion that these aspirations might be forwarded by the agreement to create the union was rejected by the European states. A condition of the union was that all hint of any such radical change in the nature of the international framework should be banished” (MILWARD; SORENSEN, 1994, p. 7-8).

⁴ Hanrieder argumenta que a união monetária deve ser acompanhada da união política. Pelas divergências entre os países, no entanto, a coordenação tem prevalecido em relação à integração, esta entendida como cessão de poderes a instâncias supranacionais. O autor entende que uma moeda europeia não derivaria do contexto econômico-monetário internacional, da força ou fraqueza da moeda da potência hegemônica e da progressiva coordenação entre as moedas da região. Defende também que a posição política da Alemanha é fundamental para os destinos da integração. “To be sure, the EEC currency snake and its more substantial successor, the European Monetary System, represented a step toward a more tightly integrated West European Monetary regime. But even though the difficulties occasioned by the dollar because of its excessive strength or its excessive weakness provided added incentives for fashioning a coordinated European monetary policy, they did not lead to full monetary integration. A common European currency would amount to de facto political union, because its creation would require the important prerogatives remaining with national governments in economic, monetary, social, fiscal and foreign policies to be given order to supranational institutions. Again, coordination rather than integration appeared to be more acceptable, especially because the foreign policies and security interests of major Community members were divergent. For practical reasons as well as psychological reasons, for considerations of security as well as of welfare, West European integration remained incomplete. This was so even though intensified European integration might provide effective check on the political energies of the Federal Republic, which was a major reason why the Community was launched in the first place” (HANRIEDER, 1989, p. 322-323).

Os quatro capítulos seguintes (que abrangem os períodos: 1969 a 1972, 1972 a 1979, 1979 a 1989 e 1989 a 1992) procuram contar e analisar a história da integração monetária europeia. Na sequência, as considerações finais trarão as conjecturas ou hipóteses extraídas dos estudos desta história.

2 DO ENCONTRO EM HAGUE AO FIM DA ERA DE BRETTON WOODS

As discussões entre os Estados Nacionais europeus para a criação de uma moeda regional comum tem seu início em fins da década de 1960.⁵ Dois movimentos simultâneos embasaram, naquele momento, esta iniciativa. O primeiro movimento está relacionado ao processo que levou ao fim da estrutura de finanças globais reguladas, pactuadas nos acordos de Bretton Woods, no imediato pós-guerra. Depois de mais de vinte anos de estabilidade, o sistema de taxas de câmbio semifixas começara a ruir. As crescentes mudanças nas operações do setor financeiro, que buscavam mais liberdade para os movimentos de capital e lucros financeiros, e a alteração da posição comercial e de conta corrente dos Estados Unidos, que se deteriorou no período, começaram a comprometer a existência do padrão dólar-ouro. Tal situação gerou grande instabilidade nos mercados financeiros. A partir de então, a oscilação cambial iniciada em 1968 aumentara os riscos inflacionários e se tornara séria ameaça à Política Agrícola Comum, um dos pilares da Comunidade Econômica Europeia. Discutiu-se, a partir desta nova realidade, maior coordenação entre os bancos centrais dos então seis componentes da CEE como defesa aos efeitos da instabilidade cambial. O segundo movimento dá-se a partir do ressurgimento da Alemanha como economia de destaque na Europa Ocidental e que, em virtude do sucesso desta sua recuperação e dos constrangimentos herdados de sua condição de país ocupado no pós-guerra, buscava mais espaço para ação de sua política exterior.

A “arquitetura monetária” do pós-guerra, de estrita cooperação entre Estados Unidos, centro hegemônico, e a Europa Ocidental (e também o Japão) se deu no contexto da Guerra Fria. A aliança transatlântica se compôs, em essência, como bloco anticomunista. Países como França e Itália tinham fortes partidos comunistas e havia,

⁵ Grupos de pressão como o “*Monnet’s Action Council for the United States of Europe*” defendiam anteriormente uma moeda para a Europa sem, contudo, conseguirem influenciar os Estados. Em 1962, um ambicioso “*Action Programme for the Second Stage of the Common Market*” formulado pelo francês Robert Marjolin para a Comissão Europeia (esta presidida pelo alemão Walter Hallstein) propunha a reforma do sistema financeiro internacional, com uma postura mais “ativista” da CEE e a adoção de uma moeda europeia. Em nome da aliança transatlântica tal ideia foi rechaçada pelo Presidente do Bundesbank à época, Karl-Heinz Blessing. Outra proposta de criação de uma moeda europeia, do então Ministro das Finanças francês Giscard d’Estaing, em 1965, foi mal recebida pelo presidente Charles de Gaulle. Giscard d’Estaing deixou o cargo em janeiro de 1966.

portanto, temor de revolução socialista nestes países. Os assuntos monetários dos países da Europa Ocidental eram considerados “assuntos transatlânticos”, ou seja, as questões monetárias não deveriam ser vistas como europeias, mas como questões que envolveriam necessariamente cooperação entre Estados Unidos e Europa Ocidental. Os operadores do sistema no FMI, BIS, OCDE e outros organismos tinham forte identidade transatlântica em relação ao sistema financeiro internacional e a ordem política defendida com a presença militar dos Estados Unidos em território europeu dava coesão à ordem monetária. Esse forte entrelaçamento político foi base de período de grande prosperidade para as economias industrializadas. Conforme Gilpin

O sistema de taxas de câmbio fixas durou ainda algum tempo porque ele continuava sustentado por base política sólida. Essencialmente, para usar expressão de Cohen, houvera uma ‘barganha implícita’ entre os três polos dominantes da economia internacional: os Estados Unidos, a Europa Ocidental e, em menor grau, o Japão (Cohen, 1977, p. 97). Em parte, por razões econômicas, mas sobretudo por motivos estratégicos, a Europa Ocidental (principalmente a República Federal Alemã) e o Japão concordaram em financiar o déficit de pagamentos norte-americano (GILPIN, 2002, p. 157).

O mesmo autor faz na sequência citação de Cohen para complementar o raciocínio

os aliados dos Estados Unidos concordaram com um sistema hegemônico que dava àquele país privilégios especiais, autorizando-o a agir unilateralmente fora das suas fronteiras para promover seus interesses. De seu lado, os Estados Unidos concordavam com o uso do sistema pelos aliados para promover a sua própria prosperidade econômica, mesmo que fosse em grande parte à custa dos Estados Unidos (GILPIN, 2002, p. 157).

Na segunda metade da década de 1960 o sistema financeiro internacional, como concebido em Bretton Woods, começa a ser percebido pelos Estados Unidos, “garantidor” do sistema, como inadequado aos seus interesses nacionais. Europeus e japoneses, por sua vez, embora não advogassem o fim do sistema, consideravam que os Estados Unidos abusavam do poder político e econômico conferido pelo primado do dólar. A liberdade norte-americana para imprimir dólares e financiar a guerra do

Vietnã, comprar empresas estrangeiras e manter programas como a *Great Society* de Lyndon Johnson geravam críticas⁶, como as do Presidente francês Charles de Gaulle.

Como colocado, do ponto de vista americano o sistema também tinha problemas. Apesar de seus privilégios, os Estados Unidos no padrão dólar-ouro não podiam desvalorizar o dólar, qualquer desvalorização, para melhorar a competitividade americana, seria anulada por desvalorizações paralelas do iene, da libra, do marco, etc. A recuperação da força econômica dos aliados e de sua competitividade colocava-se também como desafio aos Estados Unidos. Em 1971 havia um grande desequilíbrio entre a taxa de câmbio americana e a de seus parceiros comerciais. Como salienta Serrano

(...) De um lado, o próprio sucesso da estratégia americana de reconstrução e desenvolvimento dos demais países capitalistas (inclusive aceitando desvalorizações cambiais de outros países) estava reduzindo progressivamente os superávits comerciais e de conta corrente americanos. Mas para manter o papel de moeda internacional do dólar era necessário (...) evitar déficits na conta corrente. Ao mesmo tempo, a maneira mais simples de melhorar a competitividade externa americana seria através de uma desvalorização do dólar. Mas como desvalorizar o dólar sem ameaçar o seu papel de moeda internacional? A Inglaterra à época do padrão ouro-libra havia enfrentado (e não conseguido resolver) problema semelhante, diante da dificuldade em conciliar o seu papel de moeda internacional (e a vantagem de não enfrentar restrição na balança de pagamentos) e, ao mesmo tempo proteger sua competitividade real (SERRANO, 2004, p. 196-197).

A partir desta percepção e da reorientação da política econômica para um perfil mais nacionalista e bem menos cooperativo para com os seus aliados o Presidente Richard Nixon então suspende a conversibilidade do dólar em ouro, transformando o dólar na referência exclusiva do sistema monetário internacional e preservando a supremacia americana na finança internacional. Como bem aponta Helleiner

⁶ Dickhaus, sobre a percepção de muitos analistas a respeito da política fiscal americana da época “The fiscal policy of the 1960’s has been vehemently criticized, even deemed a failure. Critics have claimed that the inflationary tendencies were not identified in 1966 and that taxes were not increased despite the burdens of the Vietnam War and the cost of the Great Society; as a result, fiscal policy had become a destabilizing element” (DICKHAUS, 2004, p. 359).

A more liberal international financial system was also important because it would preserve U.S policy autonomy in the long run. Although the West Europeans and Japanese were committed to using the international reform negotiations to create a more ‘symmetrical’ international financial system, it was clear that a non-negotiated, market-oriented system would preserve America’s dominant position in international finance. The dollar’s position as a world currency, for example, would be preserved and reinforced in an open financial system because U.S financial markets and the Eurodollar market would still be the most attractive international markets for private and public investors. No such markets existed to make the yen or the deutsche mark as attractive a reserve currency to hold because the Japanese and German financial markets were underdeveloped and overregulated (HELLEINER, 1994, p. 113).

Pelo Acordo Smithsonian, de dezembro de 1971, o dólar sofre desvalorização de dez por cento. Em 1973, com a decisão, em março deste ano, de se adotar o sistema de taxas flutuantes, a “arquitetura financeira” de Bretton Woods chegava ao fim.

A nova estrutura financeira global, após o fim da vigência do padrão dólar-ouro, em 1971, com liberdade para os movimentos de capital, fez com que se tornassem ineficientes os controles impostos pelos países individualmente para os crescentes fluxos especulativos. A estrutura liberal de comércio entre os países industrializados combinada com cooperação estreita para controle dos movimentos de capital e paridades entre as taxas de câmbio que perdurou até então, teve que enfrentar, neste momento, os efeitos desestabilizadores da especulação financeira. Não era mais possível para a Europa Ocidental resistir à flutuação do câmbio. Conforme Helleiner

The crisis in the early 1970’s was also caused by the increasing inability of unilateral capital controls to handle speculative flows. Their impotence was demonstrated most dramatically in 1971-1973, when West European governments tightened their capital controls in an effort to prevent capital inflows from forcing a revaluation of their currencies and upsetting domestic economic policy. Despite tighter controls, the European countries found it impossible to control speculative flows unilaterally, and by March 1973 they had been forced by market pressures to float their currencies. Even the Japanese, whose extensive controls proved more effective through-out this period, found speculative pressures too much to bear in early 1973 and adopted a floating exchange rate (HELLEINER, 1994, p. 103).

Além da compreensão do contexto global, das mudanças na Economia Política Internacional neste período, o primeiro movimento citado, há que se compreender o segundo movimento, este relacionado ao contexto de Guerra Fria e aqui analisado na sua dimensão especificamente europeia, ligado essencialmente à posição da Alemanha

no tabuleiro estratégico do continente e nas suas relações com o sócio principal no projeto de integração europeia, a França. O projeto europeu de integração, desde o seu início, com a Comunidade Europeia para o Carvão e o Aço, estabelecida pelo Tratado de Paris, em 1951, foi iniciativa franco-alemã.⁷

A manutenção da paz era (e continua sendo) o seu principal objetivo. Aos franceses interessava que a Alemanha Ocidental se comprometesse com um sistema europeu ocidental de Estados Nacionais⁸. À Alemanha, na visão de Konrad Adenauer, Chanceler entre 1949 e 1963, o compromisso com a integração visava recuperar a credibilidade internacional de seu país, além de permitir alguma atuação em assuntos internacionais e garantir a segurança nacional. Em 1957 o Tratado de Roma criou a Comunidade Econômica Europeia, então com seis membros. Foi estabelecido um mercado comum com tributação alfandegária externa comum. O Tratado de Roma, de 1957, foi escrito tendo em vista maiores preocupações com a criação de uma área de livre comércio do que propriamente com a integração financeira. O Tratado dizia, em seu artigo 104, que a política econômica deveria manter: equilíbrio do balanço de pagamentos, confiança na moeda, alto nível de emprego e estabilidade de preços. Efetivamente, a política macroeconômica continuou sob a tutela dos Estados membros. O contexto da época não era favorável a medidas de abertura financeira: a Segunda Guerra Mundial havia acabado há pouco mais de uma década, o dólar era moeda escassa e os mercados financeiros europeus eram pequenos e não muito desenvolvidos. Manutenção da autonomia monetária e da política econômica, restrição aos capitais especulativos de curto prazo e o desejo de proteger os mercados domésticos de capital foram os principais motivos para que não avançassem nos acordos de Roma propostas liberalizantes na área financeira. O Tratado previa, adicionalmente, a possibilidade de que os Estados se utilizassem de “medidas protetivas”, a cláusula de salvaguarda do

⁷ Milward destaca o ineditismo e a centralidade desta parceria, após longo histórico de conflitos “The Franco-German Alliance has been the heart of all subsequent developments in the European Community and has taken on as permanent an air as the hostility which preceded it” (MILWARD, 2003, p. 407).

⁸ Conforme Lübke-meier “The German Problem and (West) Germany as an actor played key roles in the peaceful stabilization of intra-European relations. For Germany’s war-time enemies the German problem consisted of how to control a Germany whose resurgence was needed to reinforce Western ranks vis-à-vis Communism. Confidence-building through mutually beneficial integration was the international part of the answer. (...) in contrast to the Versailles ‘diktat’ after World War I, the aim was not to keep Germany weak but to create a strong anti-Communist ally” (LÜBKEMEIER, 2000, p.16-17).

artigo 109, adotada por insistência da França, pensada para os casos de problemas com o balanço de pagamentos.

No pós-guerra, estabeleceram-se diferenças significantes entre as ideias econômicas e também entre as políticas econômicas dos países europeus, especialmente entre França e Alemanha. A “Economia Social de Mercado” alemã diferenciava-se da postura mais ativista defendida pela França a respeito do papel do Estado na economia. A tradição republicana francesa acentuou a soberania nacional como fonte de legitimidade e, conseqüentemente, a politização da gestão econômica. A Alemanha Federal do pós-guerra procurou descentralizar e dividir o poder. A partir desta concepção deu forma à sua “Economia Social de Mercado”. Estas diferenças devem-se fundamentalmente às estruturas das economias alemã e francesa. Ciente de sua superioridade econômica, os alemães, desde as primeiras negociações para a constituição da Comunidade Econômica Europeia, defenderam políticas liberalizantes com um mercado comum que seria organizado calcado nos princípios da economia de mercado e liberalização do comércio. Os franceses por sua vez, conscientes de sua desvantagem e também à semelhança do que ocorria em seu território defendiam o planejamento econômico em nível europeu. De acordo com Maes

During the EEC negotiations, the German government was deeply concerned about the new European economic system that would be created. One of the main German aims was that the European common market should have as the same economic order as the Federal Republic, based on the principles of a market economy and a liberal trade policy. Economics Minister Ludwig Erhard in particular feared that interactions with more statist and planned economies, through the common market, could imperil the consistency of German economic system (von der Groeben, 1979, p. 496). France favoured a greater role for the state in economic life. In a policy memorandum, the French government proposed the idea of planning on a European scale (Marjolin, 1986). Moreover the French government was very concerned that France was not in a position to compete in equal terms. France in the late 1950s was living through the final years of the Fourth Republic; political uncertainty and the war in Algeria contributed to a volatile economic situation. In these circumstances monetary and fiscal policy were lax. In 1958 inflation exceeded 10 per cent and the balance of payments showed a deficit. This was a serious problem for pro-Europeans in France: how could the country participate in the common market project with macroeconomic imbalances of this kind? (MAES, 2007, p. 20).

Na década de 1960, em resposta ao processo de liberalização financeira, já em curso nos países desenvolvidos, a Comissão Europeia começa a discutir mudanças em suas instituições de regulamentação financeira. Como ocorrido nas negociações para o Tratado de Roma houve importantes diferenças entre os Estados membros, em especial Alemanha e França. Os alemães eram favoráveis à plena liberalização dos movimentos de capital, não apenas na CEE, como também com países de fora da região. Os franceses temiam os capitais especulativos e seu potencial desestabilizador e argumentavam que a liberalização dos movimentos de capital deveria ser acompanhada pelo reforço da coordenação das políticas monetárias nacionais.⁹

O processo de integração, além de suas discussões sobre mudanças no âmbito financeiro, fez com que outras áreas também passassem a ser objeto de legislação comunitária como, por exemplo, energia nuclear. Durante a maior parte da década de 1960, contudo, a postura francesa sob a presidência de Charles de Gaulle, tornava difíceis avanços maiores na integração europeia. De Gaulle era cético em relação à criação de instituições europeias e temia pela perda da autonomia francesa e por uma eventual dominação alemã na Europa. Em 1965, com o chamado “Compromisso de Luxemburgo” De Gaulle conseguiu a ratificação, em nível europeu, de que o intergovernamentalismo deveria prevalecer sobre a supranacionalidade.

Em 1969 assumiram Willy Brandt e Georges Pompidou, respectivamente como Chanceler alemão e Presidente francês. No que para satisfação da opinião pública era colocado como necessidade de um “relançamento da Europa” se deram as negociações no “Hague Summit” (na cidade holandesa onde ocorreu a reunião), em que, pela primeira vez, se discute, pelas lideranças nacionais, a criação de uma moeda comum entre os membros da CEE. Esta discussão foi precedida de intensa negociação entre França e Alemanha, como sempre ocorreu no processo de integração europeu.

⁹ A primeira diretiva com vistas a abertura dos mercados de capitais foi adotada em 1960 (os Estados se comprometeram a liberalizar créditos comerciais de médio e curto prazos, investimentos diretos) longe, porém, da total liberalização, o que marcou, contudo, o início do processo. Em 1964 a terceira diretiva com vistas à integração financeira foi submetida ao Conselho Europeu, porém não adotada. Com o objetivo de revitalizar a discussão a Comissão Europeia encomendou estudo a grupo de *experts* coordenado por seu Diretor Claudio Segré sobre a integração dos mercados nacionais de capitais. O Relatório Segré destacou as ligações entre liberdade de movimento de capitais e progressos em outras áreas como a política monetária e a política econômica num sentido mais amplo. O documento defendeu a remoção dos obstáculos aos movimentos de capital como as diferentes regulações e regimes fiscais domésticos.

Estas conversações também trataram do “alargamento” da Europa, no que se destacava a entrada da Grã-Bretanha. Rechaçada por De Gaulle, nos anos 1960, a candidatura britânica passa a ser vista com simpatia por uma França temerosa do ressurgimento alemão. Segundo Simonian

Numerous reasons underscored Pompidou’s willingness to contemplate British membership. The president was well aware that De Gaulle himself had been moving in this direction. (...) to Pompidou’s strategy, forged by his feelings towards West Germany, whose rising economic strength he, like De Gaulle and Debré, viewed with some disquiet. British membership would counterbalance the Germans, and the timing of the new initiative was also influenced by the fact that the French still felt sufficiently strong vis-à-vis Bonn to achieve enlargement broadly on their own terms (SIMONIAN, 1985, p. 79-80).

A ascensão de Brandt ao poder marca uma inflexão na política exterior alemã. Antes de se tornar Chanceler, como Ministro de Negócios Estrangeiros, no período da “Grande Coalizão” entre Social-Democratas e Democratas-Cristãos, entre 1966 e 1969, tomou iniciativas de aproximação com a Europa Oriental. Desde os anos 1950 o Partido Social-Democrata (SPD) defendia ações para a reunificação alemã. Nas palavras de Moniz Bandeira

Em 1966, três anos depois da queda de Adenauer, uma mudança mais profunda, porém ocorreu na política exterior da RFA, quando o SPD, favorável ao diálogo com a RDA, como demonstrara em 1959, ao apresentar o *Deutschlandplan* para a reunificação do país concordou em formar com a CDU/CSU a *Grosse Coalition* (grande coalizão). Com Kurt Georg Kiesinger (CDU) a substituir Erhard, Willy Brandt, líder do SPD e ex-Bürgermeister de Berlim Ocidental, assumiu direção do Auswärtiges Amt, como ministro dos Negócios Estrangeiros e passou a promover a abertura para o Leste Europeu. Essa política, a *Ostpolitik*, tomou rápido impulso, a partir de 1969, quando ele próprio se tornou Bundeskanzler (chanceler federal) (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 117).

Em seus primeiros movimentos, contudo, a *Ostpolitik*¹⁰ enfrentou críticas e desconfianças por parte dos Democratas-Cristãos (CDU) e de círculos conservadores.

¹⁰ Segundo Pulzer, sobre a *Ostpolitik* “The 1960’s were the decade of the FRG’ adolescence, when many of the assumptions on which it was were questioned. The 1970’s were the decade of its maturity, when it ceased to be a provisional state and when those who led it were increasingly men and women who had entered politics after 1945. The theory of provisionality remained. The constitution was still called the Basic Law and the aspiration to re-unification remained in its preamble. But by the time

Brandt consegue impulsionar esta política de fato quando, como Chanceler, não mais precisa da coalizão com a CDU aliando-se então aos liberais do FDP. “Opponents, most notably the Christian Democratic Union/Christian Social Union (CDU/CSU, also known as the Union) and West German conservative cycles, blamed Brandt for ‘selling out’ Germany’s most deeply held national interests” (DANNENBERG, 2008, p. 01).

O sucesso da recuperação econômica da Alemanha fez com que buscasse, nas palavras de Henry Kissinger, “um propósito político”. A condição de dependência política em relação à França na Europa precisava ser superada. Foi preciso então rever a *Hallstein Doctrine*, elaborada pelo político e professor alemão Walter Hallstein, o primeiro a presidir a Comissão Europeia, que, no contexto da Guerra Fria, previa que a Alemanha Ocidental não manteria relações diplomáticas com a Alemanha Oriental e qualquer outro país que mantivesse relações com a própria. A *Hallstein Doctrine* passa a ser vista pelos círculos dirigentes alemães como limitadora do escopo de ação externa do país. Também o empresariado alemão enxergava a *Hallstein Doctrine* como obstáculo para os seus negócios, pois impedia exportações para a Alemanha Oriental e também para Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Iugoslávia, Romênia e Bulgária, além da própria União Soviética. Conforme Dannenberg

West German business had a major direct interest in relation with the East. In fact, after Second World War it had been West German business which had filled the vacuum resulting from the mutual policy of non-recognition between West Germany and the Eastern European states (except for the Soviet Union) by keeping alive its own connections to its traditional trade partners. This had always been done in close consultation with the government. In the early 1960’s, however, certain leading firms, such as Krupp, had been far more eager than German business had been hampered for a long time by the reluctance of the Bonn Government to accept a détente in the area of trade, as for instance in the case of government’s embargo on the export of wide diameter pipelines to the Soviet Union in 1963 (...) Brandt’s Foreign Ministry repeatedly emphasized that, given the problems with establishing political contacts with the East, more attention should be given to trade as the main instrument for Bonn’s détente policy in the foreseeable future and as a ‘political weapon’ against ‘East Berlin’s divisive policy’ (...) The new Social-Liberal government switched to a policy that

Willy Brandt became Chancellor the FRG had outlasted both the Weimar Republic and the French Fourth Republic. While some observers inside and outside Germany were worried about its stability, few doubted that it had come to stay, the FRG’s new rulers were convinced that the time had come to rethink their state’s domestic order and foreign relations” (PULZER, 1995, p. 108).

avoided exploiting economics for political purposes. Having realized that previous administrations had failed to extract any important political concessions through the negative use of economic levers, Brandt altered the interface between politics and economics in German-Soviet relations and no longer strove for a politicization of trade. Yet both he and Scheel did hope that politics and trade would reinforce each other (DANNENBERG, 2008, p.211-213).

Embora a possibilidade de reunificação com o lado oriental estivesse prevista na Constituição elaborada no pós-guerra foi a partir do governo Social- Democrata de Brandt que se inicia uma lenta reaproximação com o Leste que culminará na anexação do lado oriental, em 1990. A política do Chanceler alemão, portanto, visava estreitar laços com a Alemanha Oriental, com os demais países do Leste Europeu e especialmente criar um canal de diálogo e negociação com Moscou. Como menciona Balfour

In his initial declaration of policy, he expressed the wish to prevent a further ‘growing apart’ between the two German Republics so that ‘regulated neighbourliness’ could operate. His aim was to advance from conflict through co-existence to co-operation (*vom Gegeneinander über Nebeneinander zum Miteinander*) He made no mention of reunification or sole representation or the Hallstein Doctrine, and described the DDR as a state, though adding that, if there were two German states, their relationship must be of a special kind, as was the case between members of the British Commonwealth (BALFOUR, 1992, p. 190).

Ou ainda, como explica a questão Zimmermann

The central role in this decision fell to Willy Brandt who was elected Chancellor in September 1969. Brandt’s core project was a reconciliation with the Eastern Countries to enhance the Federal Republic’s freedom of manoeuvre and to reduce its dependence on the Western allies in some of the most vital fields of external relations (ZIMMERMANN, 2002, p. 67-68).

Esta política criou apreensão na Alemanha. E também nos aliados¹¹ como os EUA e, especialmente, a França. Internamente criticava-se o fato de que se estava

¹¹ O Chanceler alemão tinha bastante clareza da necessidade do apoio de seus aliados ocidentais à *Ostpolitik*. Segundo Wilkens “The support of Germany’s Western allies was also of fundamental importance to Brandt. This reflected a number of realities. First, by its very nature, bilateral German *Ostpolitik* could only clear the way for the European and multilateral level of negotiation which would be necessary for any lasting transformation. An isolated *Ostpolitik* in other words would not be able to attain its objectives. Second, it was only with the solid backing of the other Western powers that the

priorizando as relações com o Leste em detrimento do relacionamento com a Europa Ocidental. Havia também no governo alemão a preocupação com o apoio ocidental à sua política para o Leste, em especial o apoio francês. É neste contexto que os alemães defendem estreitar os laços com a Europa Ocidental. Portanto, na visão alemã, as instituições europeias deveriam ser fortalecidas e a Europa “alargada” com a entrada britânica. Conforme Balfour

Even if there had been more room for manoeuvre at home, the lion’s share of attention during these years would have gone to the main in the Federal Republic’s affairs namely relations with the Communist world. Not that relations with the West were neglected. Brandt repeatedly emphasized that conciliation with the East was possible only for a Republic securely integrated with the West. At a Prime Minister’s meeting at The Hague in December 1969 he played a leading part in opening the way for Britain to join the Common Market (BALFOUR, 1992, p. 190).

Sobre os temores dos vizinhos e a posição do marco na Europa Ocidental diz Zimmermann

At the same time, the Chancellor was acutely aware of the problem of this new *Ostpolitik* might provoke apprehensions from countries wary of greater German independence. The currency crisis of late 1968 had been a very good illustration of this fact. After the meeting, the British and the French press speculated on how Germany would use its new power founded on the strength of its currency. A continuation of German policies of national autonomy at times of a disintegrating transatlantic order was bound to re-enforce these and increasingly undermine the achievements of Germany’s *Westpolitik*. Brandt shared the analysis by the head of Economic Division in the Federal Chancellery that ‘[a] consequent [...] German policy of stability inevitably would set in motion tendencies towards a dissolution of the EEC’, because this would again and again undermine the other European currencies. In his years of Foreign Minister since 1966 he had witnessed the progressive deterioration of relations with France, the procrastination in European institutions and increasingly destructive influence of monetary conflict’s on Germany’s relations with its partners. Additionally, he was sympathetic to the critique leveled towards US policies by the European left and thus not particularly disposed to make a strong effort in order to save the transatlantic bargain. Thus, European integration became a crucial part of his foreign policy design. A symbolic and self-binding step by Germany would serve to provide a cover for the alarm Germany’s partners might have felt regarding *Ostpolitik* and it would serve to repair the Franco-German relationship (ZIMMERMANN, 2002, p. 68).

West Germans could hope to pressurize the Soviet Union into making certain compromises” (WILKENS, 2007, p. 76-77).

Esta necessidade política somada à instabilidade monetária fez com que os alemães propusessem uma União Econômica e Monetária. A ideia de criação de uma moeda europeia interessava na medida em que fortaleceria a integração, dando mais liberdade de ação política para a Alemanha no que também, do ponto de vista econômico, evitaria a importação de inflação e desvalorizações competitivas dos seus competidores europeus.

A cooperação política desejada pela Alemanha visava também estabelecer uma *détente* com o Leste. Apesar deste desejo, na mesma época, o relaxamento das tensões em território europeu, com a distensão buscada pelos EUA com a URSS¹² e o deslocamento militar americano para o Vietnã deixaram em dúvida os europeus (em especial os alemães) sobre o compromisso dos EUA com a segurança do continente.

No encontro em Munique, no dia 19 de novembro de 1970, a CEE discutiu a possibilidade de uma Conferência de Segurança Europeia¹³¹⁴ para discutir as relações

¹² O Secretário de Estado dos EUA na época, Henry Kissinger, no primeiro volume de sua obra autobiográfica “*White House Years*” escreveu sobre a estratégia dos EUA na *détente* com a URSS “In fact, we were quite willing to enter negotiations, perhaps of unprecedented scope, aiming for fundamental settlements. But we wanted these negotiations to reflect a deliberate strategy, not a reaction to Soviet manoeuvres; we thought it essential to create the correct balance of incentives. In my February 6 background briefing to the press I stressed the importance of linkage: ‘What we have asked for...is that there should be some indication of a willingness to lower the level of political tensions, some demonstration of something other than words that together with reducing the competition on arms there will be an attempt to reduce the conflict in the political fields. In concrete terms this meant that we would not ignore, as our predecessors had done, the role of the Soviet Union the war in Vietnam possible.” (KISSINGER, 2011, p. 132-133).

¹³ Kissinger criticou, evidentemente da perspectiva americana, a visão europeia sobre possíveis negociações com a URSS “Allied countries found it prudent to show interest in mutual force reductions and the long standing Soviet proposal of a European Security Conference. In these circumstances the prospect was real that a ‘differential *détente*’ would develop; the Soviet Union could play to these attitudes in Europe while remaining intransigent on global issues of concern to us, thus driving a wedge between us and our allies” (KISSINGER, 2011, p. 132).

¹⁴ “A Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) ocorreu em Helsinque, Finlândia, nos meses de julho e agosto de 1975 como resultado da *détente* entre EUA e URSS iniciada em fins dos anos 1960. Ocorreram reuniões entre os Estados membros (EUA, Canadá, Estados Europeus, URSS, Turquia e Mongólia) com periodicidade arbitrária até 1990. A partir do Encontro de Paris, em 1990, já sob a perspectiva do pós-Guerra Fria criou-se a OSCE (Organização para Segurança e Cooperação Europeia) que, como diz o texto em site ‘(...) the Charter of Paris for a New Europe, the CSCE was called upon to play its part in managing the historic change taking place in Europe and responding to the new challenges of the post-Cold War period, which led to its acquiring permanent institutions and operational capabilities. As part of this institutionalization process, the name was changed from the CSCE to the OSCE by a decision of the Budapest Summit of Heads of State or Government in December 1994” (OSCE, 2013).

com a União Soviética. A Alemanha se encontrava em situação bem mais vulnerável do que a França, esta mais distante do Leste Europeu e como mais capacidade de autodefesa, derivada, em grande medida, de seu arsenal nuclear. Além do respaldo político que conferia à *Ostpolitik*, estas discussões para distensão também proporcionavam uma importante arena para a política externa alemã extra-européia.

Em suas negociações, o ponto principal de discórdia entre franceses e alemães era a questão econômico-monetária. Enquanto os alemães juntamente a holandeses e, em menor medida, italianos, enfatizavam a coordenação das políticas econômicas, franceses, belgas e luxemburgueses davam maior peso às medidas monetárias. Havia, nesta discussão, o debate entre os “economistas” e os “monetaristas”, que na verdade era a disputa política pela “simetria” das taxas de câmbio, ou seja, as relações de câmbio mais ou menos favoráveis a grupos de países com determinadas características econômicas. “Monetarista”, neste caso, não se confunde com ideias econômicas de Milton Friedmann, que ganharam importância na década de 1960. Os “economistas” eram os países de moeda forte, baixa inflação e grandes superávits comerciais: Alemanha, Holanda e até 1970, Itália. Os “monetaristas” eram os países de moeda fraca, inflação mais alta e persistentes déficits comerciais: França, Grã-Bretanha até 1980, Bélgica e Itália depois de 1970. Moravcsik explica as diferenças entre as posições dos dois grupos de países. Segundo o autor, para os “economistas”

It held that economic convergence should precede monetary integration and should be asymmetrical, with the costs of exchange-rate stabilization borne primarily by weak-currency countries. Monetary union should be the ‘coronation’ of a long process of economic convergence and integration, in which such aggregates as inflation, debt, and interest rates move toward hard currency country (in this case, German) standards; and free movement of goods and capital should be assured. Such an arrangement favors strong currency countries because it reduces the costs to exporters of currency appreciation, increase domestic macroeconomic flexibility and assures stable trading patterns (MORAVCSIK, 1998, p. 241).

Para os “monetaristas”

(...) monetary cooperation should precede economic convergence and, with the costs of exchange-rate stabilization borne equally or primarily by strong-currency countries. Positions on every major issue of monetary integration –

obligations to intervene, levels of currencies, financial transfers, speed of integration – evince this central cleavage (MORAVCSIK, 1998, p. 241).

O Relatório Werner, coordenado pelo Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças de Luxemburgo Pierre Werner, considerado a primeira proposta conjunta europeia para uma moeda comum propôs, no que foi o acordo possível, um compromisso de avanço nas duas áreas. O Relatório Werner previa que a união monetária se realizaria em uma área onde bens, serviços, pessoas e capitais pudessem circular livremente e sem distorções competitivas que ocasionassem desequilíbrios regionais, mencionava também a total e irreversível convertibilidade das moedas, a eliminação das margens de flutuação nas taxas de câmbio, a irrevogável fixação das paridades entre as moedas e a completa liberalização dos movimentos de capital (EUROPEAN COMMISSION, 1970, p. 9-10). Sobre o relatório, diz Maes

The report further proposed the achievement of EMU in three stages, although it did not lay down a precise timetable for this. It sought instead to maintain a measure of flexibility, while concentrating on the first phase, the main elements of which were: (a) reinforcement of the procedures for consultation and policy coordination; (b) further liberalization of intra-Community capital movements and steps towards an integrated European capital market; (c) a narrowing of Exchange rate fluctuations between Community currencies (MAES, 2007, p. 33).

Este acordo deu ensejo a mais conflitos. Nas palavras de Simonian

The Werner Report had favoured the implementation of EMU by 1980, involving, *inter alia*, a considerable transfer of responsibility from national to Community levels, new institutions, and a revision of the EEC treaty. Though received favourably elsewhere, these major institutional changes, challenging national sovereignty, met with a very hostile reaction from the Gaullists. By all accounts, Pompidou was enraged by the Werner Group's findings. This explains the very abrupt shift in French policy towards EMU that now took place, with the sudden adoption of a much hostile approach. The episode is worth keeping in mind as one of the rare instances of poor European policy coordination in France in the 1970's. (...) The dissipation of former French enthusiasm for EMU into a rearguard action following publication of the Werner Report led to a new quarrel with the Germans. France now proposed that the Six should postpone detailed discussion of institutional changes and instead concentrate on the first stage of EMU. The new stand was resisted by the Five, who were unwilling to divorce preliminary steps from final objectives (SIMONIAN, 1985, p. 89-90).

Embora as negociações não tenham dado os resultados esperados por Bonn, com os franceses rechaçando as propostas mais “europeístas” dos alemães, estes entenderam que o Presidente Pompidou, embora cauteloso em relação à integração e também, como o ex-Presidente De Gaulle, adepto de uma concepção intergovernamental para a administração do projeto europeu, era, contudo, mais pragmático e acreditava na ideia de uma Europa integrada. Como o apoio francês para a *Ostpolitik* era indispensável os alemães aceitaram um acordo bem mais modesto do que pretendiam, para o que Brandt enfrentou dificuldades, pela sua escassa maioria parlamentar e pela oposição em seu próprio gabinete. Reuniões decisivas ocorreram na visita de Brandt a Paris, em janeiro de 1971 e entre os Ministros de Finanças europeus em fevereiro do mesmo ano. Diz Simonian a respeito

Thus, his position weakened, the Chancellor went to Paris for the biannual summit on 25 January 1971 partly as political *demandeur*, seeking French backing for his Eastern policy. The compromise on EMU worked out in the talks with Pompidou – that France and Germany would reconcile their differences and aim to produce an agreed position in time for the Council of Ministers’ meeting in early February – indicated the ascendancy in German policy of broader political concerns over more sectional economic interests. Brandt accepted Pompidou’s strictly intergovernmental interpretation of EMU, and the Chancellor assured the President that Bonn was not insisting on any exaggerated ‘perfectionism’ in the creation of new European institutions (...) As *The Economist* wrote, ‘Willy pay his price for the deal in the East’(...) Agreement was restricted to the level of lowest common denominator. Political and institutional aspects of EMU stayed largely unresolved and concrete decisions were restricted to the monetary side. Matters of economic policy were left much more vague (SIMONIAN, 1985, p. 92-93).

O Plano Werner¹⁵ foi lançado poucos meses antes do colapso do padrão dólar-ouro em agosto de 1971. Ainda no arcabouço regulatório do padrão dólar-ouro previa política econômica keynesiana, em nível continental. Para Burgess e Strath

¹⁵ Conforme explica Giovanni Magnifico haveria certo grau de centralização fiscal e transferências automáticas aos Estados membros, embora sem total centralização. Esta não era entendida pelo Plano Werner como indispensável. A moeda regional, que num período de transição existiria paralela às moedas dos Estados membros, e no estágio final as substituiria, seria denominada *Europa*. Diz o autor “The transition from the intermediate to the final stage would be contingent on satisfactorily the problem of divergent cost trends. This would require, among other things, a fair measure of centralization of economic policy, since automatic fiscal transfers and a centralized regional policy are among the factors that contribute to enabling a monetary union to dispense with internal exchange-rate changes. Although a measure of fiscal unification would be desirable and necessary, this certainly

As a first step the economic politics of the Member States were to be coordinated. It was still the era of belief in economic management and structural and cyclical adjustments through political fiscal and monetary operations. This is made clear, for example, by the intention of promoting full employment in the framework of social policy through the creation of a European Social Fund. (...) A European equilibrium was to be created by raising the instruments of intervention to a European level. The need for regional structural policies in order to promote convergence in economic performance was also emphasized. This was an insight that deviated from the Ohlin Report in 1956, where convergence would emerge automatically through market mediation (BURGESS; STRATH, 2002, p. 135-136).

As mudanças na Economia Política Internacional, descrita nas páginas iniciais deste capítulo, fizeram com que as discussões tivessem novos parâmetros. Ainda concebido na arquitetura de Bretton Woods¹⁶, que tinha como objetivos centrais da política econômica pleno emprego e bem-estar da sociedade, o Plano Werner passa a ter concepção de integração monetária “defensiva”, mais preocupada em proteger as moedas europeias da instabilidade financeira. As propostas de “comunitarização” da política econômica com objetivos de pleno emprego em nível europeu, previsão de criação de um Fundo Social Europeu, políticas para promoção da convergência econômica entre os países e ajustes cíclicos das políticas monetária e fiscal, em concepção keynesiana, perdem importância e não são mais adotadas. Como mencionam Burgess e Strath

The idea that monetary and financial organization was an instrument for the pursuit of broader welfare and employment goals gradually disappeared from the forefront of debate. The Werner Plan was transformed into an attempt to compensate for the dollar’s collapse, a strategy that ended up with the creation of the Exchange Rate Mechanism (‘the snake’) (BURGESS; STRATH, 2002, p. 135).

does not mean that total centralization would be needed (as, for example, the American experience of state fiscal autonomy demonstrates). When the interlocking of the economies and the construction of an economic union had provided the necessary conditions for proceeding to the final stage, national currencies would be withdrawn and replaced by Europas” (MAGNIFICO, 1973, p. 204).

¹⁶ Ainda segundo Magnifico o crescimento econômico era central na concepção do Plano Werner, claro no subtítulo de uma de suas partes “Growth as the Ultimate Economic Objective of Integration.” (MAGNIFICO, 1973, p. 06) Em seguida diz o autor “One should not lose sight of the fact that unrestricted freedom of trade and factor movements is not the be-all and end-all of economic union. Because that freedom is not a sufficient condition for full employment and growth, it cannot be considered as more than an intermediate objective and it should be treated as such. Consequently, in the process of achieving the goal of economic union more attention should be paid to matters, other than freedom of circulation, which will secure for the Community a better employment and growth performance” (MAGNIFICO, 1973, p. 06).

E também Rucker

Thanks to the West German chancellor, monetary cooperation was also initiated at The Hague Summit, but any attempts to establish a common European policy failed, largely due to U.S President Richard Nixon decision to suspend the dollar convertibility into gold and impose 10 percent surtax on imports in order to cut rampant inflation. Economic and trade relations between the EEC and the United States suffered from the collapse of the Bretton Woods system. European policy concentrated on restoring the international monetary system and supporting regional currency stability (RÜCKER, 2008, p. 212).

O governo da Alemanha, o Bundesbank e a indústria alemã, preocupavam-se com os possíveis efeitos dos capitais especulativos no marco alemão. O temor era, naquele cenário, a inevitável valorização da moeda que prejudicaria a competitividade industrial alemã. As taxas de juros alemãs, mais altas em relação às americanas, resultado da política anti-inflacionária do Bundesbank, e o apelo do marco como reserva de valor faziam com que estes capitais especulativos se deslocassem preferencialmente para a Alemanha. A posição do governo alemão sobre como se posicionar nesta questão era, no que teve relevância as preocupações com as relações na Comunidade Europeia do Ministro de Relações Exteriores Scheel, favorável a uma flutuação conjunta das moedas europeias.

Pompidou, contudo, tinha em mente que a flutuação conjunta das moedas europeias seria o fim da Política Agrícola Comum. Para a França, a flutuação das moedas europeias significaria a valorização do franco e perda de competitividade de sua agricultura e indústria. Politicamente, os franceses entendiam que esta medida estabeleceria na prática uma “zona marco” na Europa Ocidental, o que só realçaria a proeminência alemã, do ponto de vista da França algo inaceitável. Após tensas negociações em maio de 1971, a flutuação concertada das moedas europeias não foi aceita, porém acordou-se que haveria flutuação temporária do marco alemão. Apesar de não terem conseguido tudo o que queriam os alemães saíram vitoriosos do encontro. Os franceses, totalmente contrários a qualquer flexibilização em relação ao câmbio, anunciam boicote aos trabalhos visando a União Econômica e Monetária Europeia. Outra consequência relevante desta decisão foi o estreitamento das relações entre França e Grã-Bretanha.

As diferenças entre as posições de França e Alemanha no que diz respeito ao câmbio estavam, obviamente, relacionadas aos seus diferentes interesses e capacidades. A grande pressão especulativa sobre o marco, que demandava ações urgentes, era bem menor e causava bem menos apreensão em relação ao franco. A política monetária francesa era mais tolerante com a inflação e a França dependia menos dos Estados Unidos que a Alemanha, esta na fronteira com o Leste e preocupada em manter as tropas americanas em seu território. A posição geográfica francesa e sua maior independência em relação aos Estados Unidos fizeram com que tivesse posicionamento bem mais crítico sobre a política monetária americana durante a crise.

Os eventos de 1971 e 1973 e o fim da vigência dos acordos de Bretton Woods, assim como a distensão entre Estados Unidos e União Soviética promoveram o início de uma inflexão da política externa alemã e, em consequência, da política cambial. A adoção do padrão dólar-flutuante, em 1973, força as economias europeias à “flutuação conjunta” de suas moedas, um sistema regional de taxas de câmbio, que pretendia limitar a 4.5% a variação entre as taxas de câmbio intra-européias, dando origem à chamada “Serpente Monetária” (*Exchange Rate Mechanism*). Na prática, isto significou ancorar as demais moedas ao marco alemão, referência da região, para protegê-las da instabilidade dos movimentos de capital e da inflação. Esta nova posição do marco alemão no cenário europeu não era possível nos limites da estreita cooperação com os Estados Unidos, prevista nos acordos de Bretton Woods. A Comunidade Econômica Europeia tornou-se então, a partir destas mudanças, “território monetário” da Alemanha. Como destaca Neal

What emerged instead was a system of jointly floating currencies anchored to the deutsche mark, which came to be known first as the ‘snake in the tunnel,’ while the other European currencies could stay within +/- 1.5% of the deutsche mark, and later as the ‘snake in the lake,’ when the limits of the variation for the other European currencies could not be held fixed (NEAL, 2007, p. 97).

Como resultado da *Ostpolitik* de Brandt foram assinados os acordos de Moscou e de Varsóvia ratificados pelo *Bundestag*, a Câmara Baixa do Parlamento Alemão, em 5 de maio de 1972. No mesmo ano foi assinado Tratado com a Alemanha

Oriental. Em 1973 as Alemanhas ingressaram nas Nações Unidas e como consequência da *détente* de Brandt a Alemanha Oriental ganhou status internacional. Estes movimentos foram vistos com grande preocupação pela França, o que deu impulso ao ingresso britânico na CEE, em 1973.

Os anos 1970, após 1973, consagrariam uma nova realidade. A aliança atlântica não mais cooperaria, nos assuntos monetários, como antes. A Alemanha não mais estava tão umbilicalmente ligada aos Estados Unidos. Refletindo sua posição de menor dependência política os alemães não mais seguiram estritamente a posição americana. Como diz Gilpin

Em contraste com o acordo Smithsonian, porém, quando esses realinhamentos foram impostos pelos Estados Unidos aos outros países e depois negociados multilateralmente, desta vez o ator principal foi a Alemanha Ocidental, que se recusou a continuar apoiando o dólar (GILPIN, 2002, p. 162).

A França foi compelida a aderir a um arranjo europeu de “flutuação conjunta” que na prática subordinou o franco, assim como as demais moedas da CEE, ao marco. A instabilidade financeira daria o tom da década de 1970 e dificultaria o projeto da moeda comum europeia. A concepção keynesiana do Plano Werner não era mais viável, os europeus estavam em desacordo sobre o assunto, com os franceses temendo perder sua soberania econômica. Por fim, a Alemanha, naquele momento, não mais precisava de uma moeda europeia.

3 O DÓLAR-FLUTUANTE, A CRISE ENERGÉTICA E A SERPENTE MONETÁRIA

Como comentado no capítulo anterior, a Economia Política Internacional mudou muito no início da década de 1970. O fim da vigência dos acordos de Bretton Woods e a adoção do câmbio flutuante por uma parte dos países desenvolvidos, os conflitos bélicos no Oriente Médio e suas repercussões no preço e no fornecimento do petróleo, a distensão entre EUA e URSS e os primeiros efeitos da *Ostpolitik*, com ganho de margem de ação política pela Alemanha transformaram o cenário internacional e, no último caso, o europeu, especificamente. A aliança atlântica não era mais tão “estreita” quanto na década de 1960 e a flutuação transformara o *deutschemark* na “moeda âncora” da Comunidade Econômica Europeia.

As discussões envolvendo a União Econômica e Monetária se tornaram mais difíceis em consequência da mudança de conjuntura. A união monetária europeia que se concretizaria em três estágios, até 1980, havia sido proposta, no encontro de Hague, em 1969, tendo como paradigma a macroeconomia keynesiana e expressando o interesse da Alemanha em estabelecer vínculos mais sólidos com a Europa Ocidental como complemento de sua política de aproximação com o Leste, ou seja, com Moscou e seus países satélites na Europa Oriental, em especial, evidentemente, a Alemanha Oriental. A reunificação alemã era o objetivo no longo prazo.

O padrão dólar-flutuante, estabelecido a partir de 1973, e as pressões dos choques do petróleo em relação aos preços e ao suprimento e suas consequências para as Economias Nacionais e as diferentes visões que respondiam a interesses diversos para se responder a estes problemas fizeram com que as relações franco-alemãs entrassem em período de grande estremecimento e que o desenvolvimento institucional da Comunidade Europeia pouco avançasse, o que durou até 1974, quando terminaram os governos Pompidou, na França e Brandt, na Alemanha. A ideia do *Exchange Rate Mechanism*, a conhecida “Serpente Monetária” frente aos fluxos financeiros no intuito de garantir que as paridades intra-europeias fossem asseguradas.

A “Serpente”, com suas bandas de flutuação, emulava os acordos de Bretton Woods, regionalmente.

Embora tenha havido convergência na questão monetária em face da imposição, pelos EUA, de um novo sistema monetário internacional, alemães e franceses tinham diversas divergências sobre assuntos tais como energia e relações com os próprios Estados Unidos. Em razão de sua *Ostpolitik* e sua força econômica e renovada importância política os alemães se mostraram, neste momento, menos dispostos a cooperar na CEE. Sua proposta de contribuir com um quarto dos 2,25 bilhões de unidades de conta do fundo regional, cota alemã inicialmente pensada pela Comissão Europeia, gerou forte reação da recém ingressa Grã-Bretanha que, em resposta, vetou quaisquer discussões sobre energia ou integração monetária.

No ano de 1973 questões econômicas tinham forte peso no debate interno alemão. O Ministro das Finanças Helmut Schmidt estava preocupado com a inflação e o controle dos gastos públicos e não via com bons olhos o nível de gastos com a CEE que se solicitava da Alemanha. O discurso contra a “Comunidade Europeia dispendiosa” tinha apelo popular e Schmidt era figura em ascensão na política alemã. A mudança na postura do país com a proposta de aumentar a contribuição alemã para 1,2 bilhão de unidades de conta deveu-se muito à influência do Ministro de Relações Exteriores Walter Scheel e suas preocupações políticas com o futuro da CEE diferentes das considerações mais estritamente econômicas de Schmidt.

Os problemas monetários e a crise de energia colocavam-se como sérios obstáculos ao projeto comunitário e levaram os países a posições defensivas de caráter nacional. A crise energética é bastante reveladora a este respeito com as posturas divergentes de França e Alemanha sobre o assunto. Enquanto os franceses (e também os britânicos) defendiam que cada país conduzisse seus acordos energéticos individualmente, os alemães propuseram uma ação conjunta europeia. As posições de cada um no setor de energia e suas prioridades políticas internacionais determinavam sua ação. A França não queria confrontar os árabes, pois dispunha de sólidas relações diplomáticas e comerciais com vários de seus países, no setor petrolífero e como fornecedor de armamentos. A Alemanha não dispunha desta mesma inserção no mundo árabe que garantisse suprimento e preços de energia e se via constrangida pela

sua política pró-Israel do pós-guerra e sua dependência das potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial.¹⁷

Neste contexto, a defesa de ação conjunta europeia por parte da Alemanha e sua proposição de alinhamento aos Estados Unidos na Conferência de Washington, proposta pelo Secretário de Estado americano Henry Kissinger para reunir os países consumidores de petróleo, demonstrava um “europeísmo” alemão centrado em seus próprios interesses. A participação nesta conferência encontrou grande resistência da parte francesa, que enxergava no encontro, corretamente, uma tentativa americana de subordinar os europeus a partir da criação de novas instituições internacionais. O Ministro francês das Relações Exteriores da época, Michel Jobert descreveu em sua obra autobiográfica *L'autre regard* sua visão sobre as pretensões de Nixon e Kissinger e a disposição francesa em não aceitá-las

L'indépendance de la France était tolérée dans un schéma où l'Amerique se sentait assez puissante pour animer des dialogues avec chacun de ses partenaires occidentaux. Telle était l'inclination d'Henry Kissinger et sa manoeuvre constante. Irait-on jusqu'à encourager la manifestation la plus voyante de cette volenté d'indépendance: celle de l'atome, civil et militaire? Alors peut-être pourrait-on croire, au-delà des effusions ou des phrases bien calculées, a des réalités, à um comportement respectueux de lendemains qui nous appartiendraient aussi. On le verrait bien. Dans ce domaine-là, comme dans celui de l'organisation monetaire, les précisions n'étaient pas difficiles à cerner. Si nos interlocuteurs americains s'y prêtaient, alors on pourrait estimer que leur adhesion sentimentale aux efforts du général de Gaulle et de quelques autres pour que le pays ne somber pas dans la dependance, était sincere, et il y serait répondu (JOBERT, 1976, p. 139).

A participação europeia na Conferência de Washington ocorreu, mas por pressão francesa, com a determinação de um mandato específico que deixasse claro que a intenção não era confrontar os países produtores. O “europeísmo” francês, de

¹⁷ Segundo Kennedy, sobre a posição estratégica da Alemanha no pós-guerra “Precisamente porque a Alemanha tinha sido derrotada e dividida, e porque sua posição internacional (e a de Berlim) continuava a ser regulada pelas ‘potências do tratado’, esse peso econômico não se traduziu em poderio político. Sentindo uma responsabilidade natural para com os alemães do leste, a República Federal foi peculiarmente sensível qualquer variação nas relações entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Tinha o maior comércio com a Europa Oriental e a URSS, e estava evidentemente na linha de frente, se ocorresse outra guerra. A preocupação soviética e (apenas um pouco menor) a francesa com qualquer ressurgimento do ‘militarismo alemão’ significou que ela jamais poderia se transformar numa potência nuclear. A Alemanha sentia-se culpada perante vizinhos como os poloneses e tchecos, vulnerável frente à Rússia, e muito dependente dos Estados Unidos” (KENNEDY, 1989, p. 406).

acordo com os seus interesses nacionais, estava centrado na concepção de uma solidariedade política europeia frente aos Estados Unidos, fazendo oposição aos americanos, se necessário, o oposto do pretendido pelos alemães. Os franceses não aceitaram a criação de novas instituições, defenderam que cooperação monetária internacional deveria ocorrer gerenciada pelo Fundo Monetário Internacional e não concordaram em discutir assuntos econômicos e monetários na Conferência e ainda rejeitaram a sugestão alemã aos EUA de discutir as implicações da alta do preço do petróleo no sistema monetário internacional.

A Conferência de Washington inseria-se na proposta de relações renovadas entre americanos e europeus, no denominado por Kissinger “*Year of Europe*” para o seu “*New Atlantic Charter*”, visando reforçar a influência dos EUA na região. Para tanto, pretendia tornar estreitos os vínculos entre as discussões sobre petróleo e questões políticas, econômicas e militares. Havia preocupação nos EUA sobre a perspectiva de uma Europa com mais integrantes, politicamente unida e seus efeitos em sua preeminência na região. Conforme anotou Kissinger em um dos tomos de suas memórias como Secretário de Estado, *Years of Upheaval*

That Atlantic relations needed a fresh look was by early 1973 almost conventional wisdom. For conditions have changed dramatically on many fronts. On January, 1, 1973, three new members were admitted into the European Economic Community – Britain, Ireland and Denmark – joining the six that had founded it in 1958 (France, West Germany, Italy, Belgium, the Netherlands, and Luxembourg). And the new Europe of the Nine was now committed to move toward political as well as economic unification. This expansion and strengthening of European unity marked the end of the matter-of-fact American preeminence in the West that had characterized the period since 1945. The two superpowers excepted, Europe’s economic and potential military strength was now larger than that of any region in the world (KISSINGER, 1982, p. 131).

A proposta por uma “Nova Aliança Atlântica”, por Kissinger, levava em consideração as preocupações americanas com possíveis desenvolvimentos institucionais na Comunidade Econômica Europeia e possibilidade de perda de influência dos Estados Unidos. Desvalorizações competitivas, crises monetárias e protecionismo são preocupações da política econômica americana do período, além da questão do Mercado Comum, na Europa Ocidental, que fazia com que os Estados

Unidos estivessem em desvantagem em relação aos seus concorrentes europeus em razão destes praticarem o livre comércio entre si. Kissinger procura estabelecer vínculos entre estas questões econômicas e políticas, ou seja, entre a conexão militar na OTAN a partir das discussões dos problemas envolvendo o petróleo.¹⁸

(...) in economic relations, where, in contrast to the perhaps overly elaborate NATO coordinating machinery, no formal consultative mechanisms existed at all. As the economic strength of the European Community grew, its competition with the United States intensified and its distinguishing feature, a common external tariff, began to affect American products. This should not have come as a surprise. On the one hand, a revived Europe absorbed more of our exports; on the other hand, what makes a Common Market advantageous to its members is that its arrangements favor internal industry over outsiders. It nevertheless came as something of a shock to Americans to find themselves in serious economic rivalry with the nations they had sustained in the postwar period. (...) By the early 1970's, the liberal financial and trading system on which the West had built two decades of prosperity was at risk to competitive devaluations, currency crises, and protectionist rivalries. And beyond these immediate strains, little had been done to shape a common policy toward the developing countries and international commodity markets, not least of which was oil, the Achilles heel of the West. (...) Those European leaders most dedicated to European unity were beginning to perceive a conflict between Atlantic unity and European identity. European unification was absorbing more of their energies and dedication than was the elaboration of Atlantic institutions, which they had come to take for granted. Some leaders, in fact, considered a new emphasis on Atlantic cohesion a diversion from their priority of constructing united Europe (...) (KISSINGER, 1982, p. 135, 139-140).

No terceiro volume de suas memórias *Years of Renewal*, diz ainda Kissinger, em crítica à visão europeia das propostas americanas

¹⁸ Sobre as relações externas alemãs na década de 1970 e sua nova complexidade, diz Pfetsch “The strong economic interdependence of the Federal Republic has led to an increasing importance of the international aspects of concepts like ‘Western industrial nations’ and ‘Third World’ in the 1970’s. The political and economic pressures originating from these areas (oil and energy crises; economic, scientific, and technological disequilibrium; etc) led to the world economic summit meetings of the seven most industrial nations in Porto Rico 1976, London 1977, Bonn 1978, Tokyo 1979, and Venice 1980, which have become events of considerable importance. On these occasions tensions with the United States have invariably developed over questions relating to the control of business activity, energy policy, as well as military policy (neutron bomb, deployment of strategic weapons). Within the North-South dialogue, the Federal government – especially under economics Minister Graf Lambsdorff – supported the concept of market economy and free trade. The FRG initially rejected any form of ‘regulation’ (indexing of raw material prices, establishment of funds and integrated raw materials programs). Only reluctantly did it later agree to the establishment of raw materials and technology funds” (PFETSCH, 1988, p. 223-224).

In this context, our initiative for enhanced consultations between the European Community and the United States came to be viewed – mostly in France, but not only there – as an American stratagem to thwart the reemergence of a specifically European identity and institutions. If the United States built itself organically into every European consultative organ, so the objection ran, what was the point of a European Community? The American answer was that, if the United States could join a dialogue only after Europe's cumbersome machinery had disgorged a decision, what was the point an Atlantic partnership? A quarter of a century later, that debate is still with us as Europe has moved on to a common currency (KISSINGER, 1999, p. 601-602).

Em conjunto com a iniciativa política de Kissinger, os Estados Unidos buscavam consolidar uma ordem financeira internacional liberal que garantisse seus objetivos econômicos. O “poder estrutural”¹⁹ dos Estados Unidos na ordem financeira internacional emergente, buscava obter, através da “disciplina” dos mercados desregulados, as mudanças cambiais que não seriam obtidas via negociações diplomáticas. Em oposição aos pedidos europeus e japoneses por “simetria” nas taxas de câmbio, os Estados Unidos, através da posição do dólar e de seu sistema financeiro impuseram um sistema monetário internacional não cooperativo que lhe deu grandes vantagens junto aos parceiros comerciais. Conforme Helleiner

(...) they perceived speculative capital movements as an important central tool in the U.S strategy of encouraging foreigners to absorb the adjustment burden required to correct the country's large current account deficits. Market pressures would achieve what direct negotiations could not: both a revaluation of the currencies of Western Europe and Japan and an expansion of their economies. By deliberately neglecting its external deficit and ‘talking down’ the dollar before and after 1971, the United States encouraged private financial operators to speculate against the dollar and in favor of other currencies. Foreign governments were then faced with two options. They could preserve their competitiveness vis-à-vis the enormous U.S market by preventing the dollar's devaluation through dollar purchases that, in the end, would likely bring about an expansion in the domestic

¹⁹ “Poder estrutural”, na definição de Susan Strange “The argument (...) is that there two kinds of power exercised in a political economy – structural power and relational power – but that in the competitive games now being played out in the world system between states and between economic enterprises, it is increasingly structural power that counts far more than relational power. Relational power, as conventionally described by realist writers of textbooks on international relations, is the power of A to get to B to do something they would not otherwise do. In 1940 German relational power made Sweden allow German troops to pass through her ‘neutral’ territory. US relational power over Panama dictated the terms for the Panama Canal. Structural power, on the other hand, is the power to shape and determine the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises and (not least) their scientists and other professional people have to operate” (STRANGE, 1994, 24-25).

money supply as the dollar holdings proved difficult to sterilize. Alternatively, they could accept a revaluation of their currency, which also was likely to be followed by a domestic expansion as domestic exporters, hurt by their loss of competitiveness, would clamor for expansionary macroeconomic policies. The use of this ‘dollar weapon’ by the United States was extremely successful. By 1973, the U.S current account deficit had been largely eliminated, not as a result of changes in U.S economic policy but rather by transferring to foreigners the bulk of the adjustment burden through a combination of these mechanisms. As U.S policymakers were well aware the continued openness of international capital markets was central to this strategy’s success (HELLEINER, 1994, p. 112-113).

A CEE e seu arranjo monetário regional, *Exchange Rate Mechanism* ou “Serpente Monetária” não tinha capacidade para se contrapor a estas políticas americanas, contrárias aos interesses europeus. A concepção de uma moeda comum europeia, proposta pelo Plano Werner, foi uma resposta às pressões americanas nos mercados financeiros e não estava acompanhada de plano que previsse centralização política e perda de soberania nas principais prerrogativas na gestão econômica de cada um dos Estados europeus. Os acordos pactuados em Roma e que deram origem à Comunidade Econômica Europeia pretendiam restabelecer, após a Segunda Guerra Mundial, um sistema estável de Estados na Europa e não previam a forma federativa, necessária, em princípio, ao projeto da moeda única. O fim da ordem financeira de Bretton Woods e o aumento do comércio entre os países da CEE também contribuíram para mudar a atitude alemã frente ao tema da cooperação econômica. Nas palavras de Story

Monetary union had been a integral part of the federalist cause for a united Europe, but the signatories to the Rome Treaty had made no reference to it in the texts on the grounds that the subject was too sensitive politically. Their premonitions were amply justified, as subsequent EU proposals were regularly whittled down to modest accords on exchange-rate coordination (STORY, 1999, p. 23).

E Tsoukalis ressalta

When the Treaty of Rome was signed, it was unthinkable for German politicians that the EEC could provide the framework for common economic policies or for the creation of a regional monetary bloc. The Atlantic Community was considered as the ideal framework for economic and monetary co-operation. With the growing importance of the EEC markets for German exports by comparison with third markets, and the consequent

increase of economic interdependence between the EEC economics and the realization that the Bretton Woods system could not survive for long, there was a gradual conversion in German attitudes. German policy makers became slowly more ready to accept the idea of a regional system for credit facilities (TSOUKALIS, 1977, p. 81).

O esquema redistributivo proposto pela Alemanha quando da formatação do Plano Werner não era mais, para seus intentos, desejável e, à falta de um “federalismo” na CEE, as diferenciadas posições nacionais minaram qualquer possibilidade de ação concertada minimamente eficiente para as moedas do espaço europeu. A “Serpente”, que prosseguiu até 1979, com o advento do Sistema Monetário Europeu, foi um mecanismo de câmbio instável, com entradas e saídas de países de seu esquema (inclusive no caso da França), mas que consolidou na Europa Ocidental, no regime internacional de câmbio flutuante e liberdade de capitais, um “território monetário” alemão. A referência ao marco, para as outras moedas, significava proteção contra a inflação, mas o fato de não terem influência sobre o *Bundesbank*, que na prática já era uma espécie de banco central da Europa, trazia problemas para a execução de suas políticas econômicas nacionais. Como aponta Eichengreen

A Serpente tinha sido instituída como um sistema simétrico em reação às objeções francesas ao papel assimétrico do dólar no cenário de Bretton Woods. Mas depois que a Serpente foi libertada do túnel smithsoniano, o marco alemão assumiu o papel de moeda de referência e âncora antiinflacionária para os países europeus. O Bundesbank deu o tom para a política monetária de todo o continente. Entretanto, não havia um mecanismo através do qual outros países pudessem influenciar as políticas do banco central alemão e não existia outra opção, a não ser abandonar a Serpente, através da qual eles pudessem controlar seus próprios destinos monetários. Essa presença insuficiente de uma autoridade controladora foi um obstáculo definitivo ao sucesso da Serpente (EICHENGREEN, 2000, p.210-211).

Diz ainda Ahijado sobre a Serpente Monetária e o contexto internacional do período

Do ponto de vista teórico, pensava-se que o Mercado Comum não poderia funcionar de forma adequada se as taxas de câmbio, e com elas os preços, flutuassem consideravelmente entre si, aspecto que a experiência posterior não confirmou. Por outro lado, alguma literatura defende que a *serpente* desempenhava um papel de escudo protetor da competitividade da indústria alemã, num período em que o dólar norte-americano estava muito baixo ou,

talvez com maior precisão, débil e, o que era pior, com a possibilidade de arrastar com ele o franco francês, a libra esterlina e a lira italiana, divisas estas de países sócios, mas também concorrentes da Alemanha, eliminando todo o cálculo econômico estável e alterando com isso, de modo arbitrário, os fluxos de comércio normais derivados das preferências dos consumidores e da competitividade em sentido amplo dos produtos industriais (AHIJADO, 1997, p. 62).

A flutuação do franco, em 19 de janeiro de 1974, tornou explícita a fragilidade do mecanismo cambial europeu e o irrealismo das expectativas por uma moeda comum, em 1980. A flutuação, antes encarada como anátema pela França, visava dar competitividade à indústria francesa em ambiente de petróleo caro, movimento similar à flutuação da libra, adotada em agosto de 1972. A política monetária mais inflacionista do *Banque de France* não se harmonizava com a política monetária mais conservadora do *Bundesbank* alemão. Segundo Story

By contrast, the German government from the time of the Werner Report on, adopted a maximalist position in favour of a single currency, which experience had shown in the early 1970's was unlikely to be acceptable to France. The German governments preferred solution for a single currency entailed the adoption of anti-inflationary policies by member states, if necessary at the expense of employment (STORY, 1999, p. 35).

E também Eichengreen

With the collapse of the Smithsonian Agreement (...) capital fleeing the dollar sought refuge in German financial markets, pushing up the deuschemark against other European currencies. (...) With the oil shock and consequent large wage increases, the French government decided that it attached higher priority to expansionary policies than exchange-rate stability and withdrew from the Snake in January 1974 (EICHENGREEN, 2007, p.248-249).

A política europeia francesa sofria graves constrangimentos da situação econômica e novas iniciativas para a CEE no campo econômico dependiam de Bonn. Evidenciando o momento de baixa coordenação na CEE a decisão francesa de flutuar o franco se deu apenas seis semanas após o lançamento do “*European Monetary Cooperation Fund*” e três semanas após o que seria a “segunda fase” da União Econômica e Monetária. Os interesses nacionais europeus e o interesse nacional americano, que desencadeou propositalmente a instabilidade, enfraqueceram o projeto

Europeu e inviabilizaram a moeda única, no prazo primeiramente pensado. Conforme Jones

The differences in macroeconomic policies across Europe made it difficult for national governments to match each other's performance. And, in much the same way, macroeconomic differences and the refusal of American authorities to intervene made it difficult for the collection of European governments to maintain their joint currency parities against the dollar – The transitional mechanism provided for in the Werner plan was inadequate to cope with the change in the international environment, countries could not stay in the snake, and neither could they keep the snake in the tunnel. (...) The snake was taken out of the tunnel by 1974, and all but a few countries left the snake by 1976. Europe's first attempt at monetary integration had ended in failure (JONES, 1998, p. 62).

Com um mês de transição para o chamado “segundo estágio”²⁰ para a moeda única, cinco moedas flutuavam conjuntamente e quatro independentemente. Os franceses retornariam à “Serpente” em julho de 1975 e sairiam novamente março de 1976 para retornar apenas em 1979, com o Sistema Monetário Europeu. Para a Alemanha este era um cenário que despertava grande preocupação, especialmente em relação à “flutuação independente” do franco com sua saída da “flutuação conjunta” da “Serpente Monetária”. Além do prejuízo para as relações bilaterais e a coordenação franco-germânica na CEE, os alemães temiam a repetição da década de 1930 com os países fazendo unilateralmente suas desvalorizações competitivas.

A conjuntura internacional de meados da década de 1970 explicitava as dificuldades da Alemanha no intuito de ter política externa com maior grau de autonomia. Apesar da *Ostpolitik*, a dependência militar dos Estados Unidos produzia constrangimentos à sua ação externa que não eram enfrentados pela França. As propostas alemãs de alinhamento aos EUA frente à crise energética e aceitação das propostas americanas de vinculação entre temas como energia, questões monetárias, militares e políticas evidenciavam esta limitação. Em relação à CEE era grande o desapontamento alemão com as posições francesas. Internamente, o governo alemão também enfrentava sérios problemas. Nos últimos meses do governo Brandt, entre o final de 1973 e abril de 1974 fatores como inflação crescente, falta de novos

²⁰ Nestas discussões “o” segundo estágio se torna “um” segundo estágio, já demonstrando, naquele contexto, a redução de ambição do projeto monetário europeu. Ver Tsoukalis, *European Monetary Integration*, p. 151-154.

desenvolvimentos da *Ostpolitik* e de avanços institucionais na CEE e problemas nas relações atlânticas contribuíram para minar o seu prestígio.

Apenas a partir dos novos governos do Presidente Valéry Giscard d'Estaing, na França, e do Chanceler Helmut Schmidt, na Alemanha, em 1974, inicia-se um processo de reaproximação que se consolidaria no final da década de 1970, com a criação do Sistema Monetário Europeu. Dentre vários fatores que pesaram nesta reaproximação destacam-se a guinada conservadora da política econômica francesa e sua “germanização” no contexto da CEE e do espaço monetário europeu, o que significava na prática a adoção pelos franceses de políticas bastante próximas e coordenadas às alemãs. A nova posição francesa nos assuntos energéticos e também a moderação do presidente Giscard d'Estaing em relação aos Estados Unidos e os problemas entre a administração Schmidt e o governo Carter também contribuíram para a renovação das relações franco-germânicas e nos novos desenvolvimentos da CEE.

Giscard foi mais pragmático em suas relações com os Estados Unidos. Na política energética, diferentemente de Pompidou, defendia boas relações com os países produtores, mas não à custa dos laços com as demais potências ocidentais. O presidente francês anunciou o fim do boicote ao “*Energy Coordinating Group*” e embora não tenha sugerido o fim da ênfase em uma posição europeia em energia aceitou que o “*Energy Coordinating Group*” estivesse na estrutura da OCDE. Após encontro entre Giscard e o Presidente americano Gerald Ford na Martinica, em dezembro de 1974, os franceses aceitaram o princípio da coordenação internacional nas questões energéticas, para o que Giscard propôs negociações tripartites entre os países produtores, os países consumidores industrializados e os países consumidores em desenvolvimento. As posições de Giscard em relação aos EUA e à questão energética agradaram os alemães e facilitaram a reaproximação.

Giscard e Schmidt eram economistas experientes e haviam sido Ministros das Finanças de seus respectivos países. As posições opostas defendidas por franceses e alemães na primeira metade da década de 1970, especialmente no campo econômico, em ambiente internacional de grande instabilidade econômica e política eram vistas pelos dois líderes como potencialmente desintegradoras da Comunidade Econômica

Europeia. A partir de então, os encontros entre os Ministros das Finanças dos dois países se tornaram frequentes e visavam fazer a preparação técnica para as reuniões de alto nível que tinham o objetivo de aumentar a coordenação econômica, o que foi acordado entre seus respectivos líderes. Tais encontros davam-se antes das reuniões da CEE, o que era pensado para não gerar animosidade nos outros países sobre a preponderância franco-germânica. Na prática, nas reuniões da CEE, essencialmente sempre predominou o encontro de posições dos dois principais países.

Nos meses iniciais de seus governos as maiores preocupações econômicas de Giscard e Schmidt eram a inflação, especialmente devido à alta dos preços do petróleo e o protecionismo dentro da CEE (Dinamarca e Itália adotaram medidas comerciais restritivas). Para a Alemanha, de inflação mais baixa que os demais e economia voltada às exportações eram questões de alta relevância e havia o temor de que os franceses pudessem tomar o mesmo caminho. Portanto, a concordância do Presidente francês sobre estes temas foi importante para os alemães e possibilitou a retomada do diálogo visando “relançar” a CEE. Não foi sem custo político interno, porém, a aceitação por Giscard dos termos propostos pelos alemães nas discussões econômicas. A “germanização” da política econômica da França, levada a termo pelo economista e Primeiro-Ministro Raymond Barre, com suas preocupações anti-inflacionárias, teve efeitos recessivos sobre a economia francesa, o que fez aumentar a insatisfação popular e as críticas dos próprios gaullistas sobre o que era considerado subordinação da política econômica francesa à Alemanha.

A recessão de 1975, na França e na Alemanha, fez com que as discussões sobre inflação perdessem relevo perante a urgência de se combater a crise e o aumento do desemprego. O debate se voltou para a necessidade de “reflacionar” as economias e sobre como tecnicamente fazê-lo e também sobre quem recairiam os custos. As relações com os Estados Unidos tiveram peso importante neste problema. A “negligência” das administrações Ford e Carter com o valor do dólar e suas consequências para as outras moedas foram fator de aproximação entre França e Alemanha. Os alemães eram pressionados pelos americanos para “reflacionar” sua economia e induzir parte da recuperação econômica de seus parceiros comerciais, porém resistiram às pressões, pois entendiam que os EUA deveriam revalorizar o dólar

como solução para os problemas do sistema monetário internacional. Aumentaram substancialmente, neste período, as críticas na Alemanha à política monetária dos Estados Unidos. Schmidt apoiou a ideia de Giscard para a Conferência Ocidental para Reforma Monetária, como forma de pressionar os americanos. Em novembro de 1975, em Rambouillet, França, ocorre o primeiro de uma série de encontros anuais sobre o tema. É perceptível, por estes movimentos, que as políticas econômicas dos Estados Nacionais consolidaram-se como “*high politics*” na segunda metade da década de 1970.

Ao mesmo tempo, na burocracia econômica da CEE se produziu documento com fortes críticas ao modelo proposto de União Econômica e Monetária. O Relatório Marjolin (*Report of the Study Group ‘Economic and Monetary Union 1980’*), comandado pelo economista francês Robert Marjolin e apresentado no ano de 1975, foi o reconhecimento da Comunidade Econômica Europeia de que o objetivo do Plano Werner de uma União Econômica e Monetária em 1980 não seria mais perseguido. O relatório reconhece que os acordos de Hague extrapolaram a arquitetura política intergovernamental do Tratado de Roma. Sem avanços políticos e num cenário econômico em que prevaleceram a defesa dos interesses nacionais a moeda comum se tornou inviável. O texto também assinala que o imprevisto aumento dos preços do petróleo afetou gravemente o projeto econômico europeu. Diz o relatório, no tópico 2, “*The reasons of failure*”

The group considers that the causes of this failure can be traced back to three principal ones: unfavourable events, a lack of political will, and insufficient understanding in the past of the meaning of an EMU and the conditions which must be fulfilled if it is to see the light of day and become operational. (...) Why did they on the contrary cause a step back? The fact is that at no time did the governments really try to face together the difficult circumstances. Their will did not show itself as a European will, but a series of national will more or less unaware of those of the others, each one doing its best to find its own way of trouble. Attempts to face up to the different crises through communal action have been timid and short-lived. The consequence of this state of affairs have been aggravated by the fact of the decision in 1969 to create an EMU in the course of the next ten years, without any precise idea of what was being undertaken. At government level, there was no analysis, even approximative, of the conditions to be fulfilled. It was just as if the governments had undertaken the enterprise in the naive believe that it was sufficient to decree the formation of an EMU for this to come about at the end of a few years, without great effort nor difficult

and painful economic and political transformations (EUROPEAN COMMISSION, 1975, p. 3-4).

O relatório também diferencia a idéia de “*Customs Union*” presente no Tratado de Roma, basicamente um espaço comercial comum a vários países no qual o comércio é liberalizado, mas no qual, no entanto, instrumentos de política econômica e mais especificamente monetária são mantidos em nível nacional, da União Econômica e Monetária, na qual os países devem ceder sua política econômica e monetária a um ente comum. O texto é bastante crítico à proposta de uma moeda comum, no curto espaço temporal de uma década, sem a necessária centralização política que daria sustentação a esta mesma moeda. De acordo com o texto da CEE

The Customs Union merely supposes that governments give up, except in exceptional circumstances, the use, in the pursuit of their national interests, of the instruments of commercial policy, notably customs duties and quantitative restrictions; all the other instruments of economic and monetary policy remain at the disposition of each one of them. In an Economic and Monetary Union, national governments put at the disposal of the common institutions the use of all the instruments of monetary policy and of economic policy whose action should be exercised for the Community as a whole. These institutions moreover must have a discretionary power similar to that which national governments possess now, in order to be able to meet unexpected events. (...) that they would have to include a European political power and an important Community budget, and an integrated system of central banks. They would be called upon to function in the appropriate fields in a comparable way to those of a federal State (EUROPEAN COMMISSION, 1975, p. 4-5).

As mudanças institucionais promovidas na CEE na década de 1970 estavam muito distantes do federalismo apontado pelo Relatório Marjolin como indispensável a uma moeda europeia. A criação do Conselho Europeu institucionalizou a periodicidade das reuniões entre os Chefes de Estado e de Governo europeus, no que também se baseava nas reuniões de cúpula franco-alemãs que, com Giscard e Schmidt, passaram a ser periódicas. A criação do Conselho Europeu institucionalizou a concepção intergovernamental para o comando da CEE. Outra inovação institucional foi o Parlamento Europeu, com sua primeira votação em 1978, cuja existência era até então bloqueada pelos franceses.

Apesar de ter ocorrido avanço institucional, certamente bem maior do que a paralisia dos anos 1960, especialmente devido ao veto do presidente De Gaulle a qualquer ideia de supranacionalidade e, da primeira metade dos anos 1970, em razão da conjuntura internacional e dos desentendimentos entre Pompidou e Brandt, descritos anteriormente, o “europeísmo” de Giscard tinha limites bem definidos. Entendia o presidente francês que a integração deveria avançar e que a CEE precisava de novas instituições, porém sem comprometer a França com qualquer esquema federal, possibilidade que também enfrentava forte resistência britânica. O Relatório Tindemans, preparado pelo Primeiro-Ministro belga Leo Tindemans, encarregado, a partir do encontro europeu de Paris de 1974, de propor soluções para os novos desenvolvimentos da CEE deveria definir o que seria a “União Europeia” e seus contornos institucionais. Embora Paris tenha ficado satisfeita com a aprovação pelo relatório da criação do Conselho Europeu, que institucionalizava a concepção intergovernamental de gestão da CEE, divergia não apenas da controversa ideia de “Europa de duas velocidades” (*two-tier Community*) para diferentes níveis de integração entre os países, mas principalmente das implicações institucionais das conclusões do relatório. O aumento de poderes da Comissão e do papel de seu presidente, desejados pela Alemanha, eram inaceitáveis para a visão francesa que propunha um esquema minimalista. A França entendia que a CEE deveria ser comandada por um diretório com seus principais atores políticos. Conforme Simonian

Much more appealing to the French than any such federalist options was the notion of a political directorate to guide the Community. This well-worn scheme resurfaced in government circles in February 1976, partly, perhaps, in response to the Tindemanns Report. Though never put forward officially, Paris appeared to have in mind a group comprising two or three of the larger member states, and one smaller one possibly participating by rotation. What was striking about this kite was the way in which it harked back to a much earlier theme in a French European policy, one most familiar from the days of de Gaulle. It was a firmly inter-governmental Europe that Paris – and presumably Giscard himself – had in mind. More precisely, this was to be a Community dominated by France, Germany, and perhaps Britain, in which there was to be no question of an intrusive Commission nor, for that matter, of an excessive influence for more federally minded member states like the Benelux countries (SIMONIAN, 1985, p. 262-263).²¹

²¹ Segundo Matli intergovernamentalismo assim se define “Intergovernamentalism holds that integration can best be understood as a series of bargains between the heads of governments of the leading states in a region. These political leaders, jealous of their national sovereignty, carefully

A “Europa trilateral” pensada por Brandt e Pompidou e que incluía os britânicos torna-se, com o progressivo afastamento do Reino Unido das posições francesas e alemãs, impraticável depois de 1974. No encontro do Conselho Europeu de dezembro de 1975, a posição britânica como produtor de petróleo, à parte dos demais europeus gerou grande insatisfação entre os integrantes da CEE. Disputas entre britânicos e franceses a respeito do orçamento da CEE (os britânicos entenderam que sua contribuição era muito elevada) e suas posições sobre, por exemplo, as políticas agrícola e de pesca comuns, levaram a questionamentos sobre o comprometimento do Reino Unido com o projeto europeu quando da sua presidência da CEE em 1977. O desapontamento com os seguidos problemas na relação com os britânicos é também fator de aproximação entre franceses e alemães e restabelecimento do bilateralismo franco-alemão como condutor dos assuntos comunitários europeus.

Em relação aos Estados Unidos, em fins da década de 1970, a política externa de Carter e sua ênfase em direitos humanos e na *detente* com a URSS, nos primeiros anos de seu mandato, preocupou franceses e alemães²². Embora Schmidt e Giscard pudessem ter simpatia pelo conteúdo moral das propostas de Carter, a preocupação principal de ambos era com a segurança europeia e a maior vulnerabilidade do continente frente à União Soviética vis-à-vis a posição estratégica dos Estados Unidos. França e Alemanha entenderam que deveriam coordenar suas posições nesta área frente às proposições americanas. Outra questão que gerou estremecimento nas relações entre Estados Unidos por um lado, França e Alemanha pelo outro foi a política para a venda de tecnologia nuclear civil. A Alemanha fechou acordo de

circumscribe any sacrifice of sovereignty that may become necessary in order to attain common goals. Big states exercise a de facto veto over fundamental changes in the rules of integration. As a result, ‘bargaining tends to converge towards the lowest common denominator of large states interests’” (MATTLI, 1999, p. 28-29).

²² Na descrição de Ludlow “President Carter’s commitment to a campaign for human rights, promised before he became president and implemented in a series of rather dramatic gestures shortly after he came to power, was perhaps the clearest indication that the new administration’s foreign policy differed in both substance and style from that of its Republican predecessor and of Henry Kissinger in particular. The change was not unwelcome to many Western Europeans. The European Community governments had all themselves attempted a similar link in their contribution to the Helsinki negotiations. Whatever enthusiasm the Carter policy may have aroused in London or even in France and Germany, however, it was not shared, it would seem, at any stage by Mr. Schmidt or M. Giscard d’Estaing, who saw the new policies as a threat to their countries’ increasingly important and profitable, but nonetheless delicate, relations with the Eastern bloc in general and the Soviet Union in particular” (LUDLOW, 1982, p. 66).

cooperação e venda de equipamento nuclear com o Brasil²³ e a França contrato similar com o Paquistão. Com o argumento da não-proliferação (entendido pelos alemães como proteção a um monopólio), em razão dos acordos mencionados, a administração Carter suspendeu a venda de urânio enriquecido à França e a Alemanha. Como os EUA, franceses e alemães defendiam a não-proliferação, porém entendiam que países em desenvolvimento deveriam ter acesso a equipamento nuclear, desde que destinado a uso pacífico. França e Alemanha reagiram ao que consideraram interferência americana em suas políticas comerciais e, num primeiro momento, conjuntamente, se negaram a atender o pleito dos EUA. Apesar de terem sido posteriormente forçados a recuar e descumprir os acordos, por pressão dos Estados Unidos, franceses e alemães tiveram nesta matéria mais uma razão para se reaproximar, dando continuidade ao movimento iniciado em 1974 por Giscard e Schmidt. A fricção entre Alemanha e Estados Unidos nesta questão foi mais uma demonstração da postura mais ativista alemã e sua afirmação em política exterior.

O crescimento do comércio entre os países da CEE e os problemas já mencionados com a Serpente Monetária levaram à necessidade de criação de mecanismo de coordenação monetária entre os países que necessariamente teria de ir além das políticas estritamente nacionais. Diferentemente do Plano Werner, que visava criar uma moeda europeia, o Sistema Monetário Europeu nasce, fruto da experiência dos anos 1970 e do contexto econômico internacional ainda difícil, (o mundo viveria novo choque do petróleo em 1979) com concepção mais pragmática e menor grau de ambição. O objetivo era estabilizar o câmbio entre as moedas europeias.²⁴ A

²³ Segundo Ludlow “The dispute centred on an agreement negotiated between Germany and Brazil in 1975, under the terms of which the German promised to supply nuclear reactors and enrichment and reprocessing technology to Brazil, in exchange for supplies of uranium that, it was expected, the Brazilian would soon be able to mine. The issues involved were numerous, ranging on the American side from alarm that the deal might open a way to the development of nuclear weapons elsewhere in the American hemisphere, to outright hostility to the exploitation of nuclear energy as such, and on the German side from outrage at what was regarded as an unacceptable manipulation of the rules of the nuclear game for their own commercial advantage by the Americans in their capacity as senior partners in the Western alliance and principal suppliers of uranium, to fear for the long-term security of their very considerable investment in nuclear as an alternative to oil” (LUDLOW, 1982, p. 67-68).

²⁴ A criação do Sistema Monetário Europeu (SME), portanto, pretendia evitar grandes oscilações entre as moedas do continente, principalmente pela coordenação mais eficiente das taxas de câmbio, com novos mecanismos de intervenção. Foi definida a criação do ECU (*European Currency Unit*), cerne do novo modelo, unidade contábil criada a partir do peso relativo das Economias Nacionais tendo em consideração o tamanho de seu Produto Interno Bruto. O marco alemão passou a representar 30% da

estabilidade econômica era vista também como pré-condição para o aumento da coesão política entre os países da CEE, prejudicada por políticas econômicas nacionais divergentes. Segundo Gros e Thygesen

Few could have predicted by late 1977 that a major new initiative to relaunch monetary integration was close. The nine EC member states at this time appeared to have settled into two groups with very different economic performances and exchange-rate regimes. One group had achieved some success in keeping inflation moderate and had maintained the outward appearance of loyalty to the intentions of the first stage of the Werner Plan by continuing to participate in the joint float *vis-à-vis* third currencies – the ‘snake’. The ‘snake’ despite technical soundness of its operational provisions, was a lopsided system, with the German economy accounting for more than two-thirds of the collective GDP of the group, and the DM as the only significant international currency. Germany, however, ran the system with a fairly light hand, leaving the choice of realignment and/or domestic adjustment very much to the discretion of this partners (the three Benelux countries and Denmark, with Norway as an associate member). Three of the remaining four EC currencies (sterling, the French franc and the lira) were floating individually and had all experienced recent high inflation, sizeable current account deficits and substantial depreciation (...) It seemed difficult to find a common denominator for monetary integration that could apply to all of the floaters, and next to impossible to devise an exchange-rate policy (or system) which comprised both groups of countries (GROS; THYGESEN, 1998, p. 35-36).

Do ponto de vista francês, na concepção econômica liberal de Giscard, a ligação entre o franco e uma moeda mais forte como o marco alemão teria o efeito benéfico de reduzir a inflação na França assim como o país colheria benefícios da exposição à competição com a Alemanha, podendo então, a seu ver, emulá-la. A preocupação com a ascensão econômica alemã e seu protagonismo era o motivo destas propostas de Giscard com o intuito de revitalizar a economia francesa. Do lado alemão, além do processo de reaproximação com os franceses, outros fatores tiveram

cesta de moedas, sendo considerado assim, a “moeda âncora” do SME. O ECU foi o embrião do que viria a ser o euro. O Sistema Monetário Europeu, contudo, não se operacionalizou exatamente como pretendido pelos franceses. Em sua condição de país de “moeda fraca” no contexto monetário europeu procurou estabelecer mecanismos de transferência de recursos dos países de moeda forte para os demais. Na questão cambial a proposta do “*basket method*”, com a qual os franceses esperavam ter vantagens cambiais foi derrotada pela defesa alemã do “*parity grid system*”. Esta decisão foi tomada no encontro bilateral em Aachen (local de grande valor simbólico para as tratativas franco-alemãs, a cidade alemã de Aachen esteve no centro do império carolíngio, considerado origem comum histórica e cultural das duas nações) nos dias 14 e 15 de setembro de 1978, no qual os franceses concordaram com o sistema proposto pelos alemães e reconheceram dificuldades técnicas de gestão de seu sistema de “cesta de moedas”.

importância em sua aceitação de um novo sistema de coordenação monetária europeu: as relações ruins com o governo Carter e a queda do dólar, entre 1977 e 1978 e também, como resultado, a revalorização do marco, que como no início da década de 1970 ganhou importância como reserva de valor para a finança internacional, o que prejudicava as exportações alemãs para os EUA e tornava obsoletos os mecanismos da Serpente, fazendo-a inadequada então para manter as paridades dentro da CEE e a competitividade das exportações alemãs na região. O Sistema Monetário Europeu foi um aperfeiçoamento da Serpente, sendo que esta funcionou bem para a economia alemã, pois manteve certa estabilidade nas paridades cambiais, fator favorável ao comércio. Um sistema mais estável favoreceria a indústria alemã²⁵ e evitaria a importação de inflação dos outros países do bloco. Ao restringir o uso das desvalorizações pelos países mais fracos da CEE, o SME aumentava a pressão para que estes tivessem políticas econômicas menos expansionistas.²⁶ Nas palavras de Gros e Thygesen

(...) political consideration, closely linked to international economics, was to prepare the ground for more independence from United States, particularly for Germany. Chancellor Schmidt had not hidden his preference for another outcome of the US presidential election of November 1976, which had brought in the Carter administration. On foreign policy in general, major differences of emphasis from traditional European perceptions of *realpolitik* emerged, and on economic issues the German government found U.S domestic expansionary policies highly risky. (...) This would aggravate a squeeze on profits and on employment in Germany's internationally oriented industry. Chancellor Schmidt was sensitive to these concerns and was anxious to alleviate such pressure towards 'excessive' appreciation of the DM. Undertaking any form of outright intervention obligations *vis-à-vis* the dollar – a remedy not totally absent of the thoughts of the US administration and the Federal Reserve in 1978 – would not have been feasible in the

²⁵ Para De Cecco a criação do SME foi uma vitória da posição defendida pela indústria alemã. Diz o autor “The creation of the EMS thus represented, in Germany, a victory of industry over the monetary authorities. It was seen as a truce in the struggle for the market shares, where Germany was being heavily penalized by the strong currency option adopted in isolation. The supremacy of the German industry over its European and American competitors was not so complete as to withstand a protracted policy of competitive devaluations” (DE CECCO, 1989, p. 89).

²⁶ Segundo Eichengreen os franceses em relação à operação do SME “procuraram fortalecer os poderes de monitoração da Comissão Monetária da Comunidade Europeia com o objetivo de criar um organismo da CE perante o qual as autoridades encarregadas das políticas monetárias nacionais pudessem ser responsabilizadas. (...) autorizando os governos a sacar um volume *ilimitado* de créditos (...) parecendo obrigar os países de moeda forte a prestar ajuda ilimitada aos seus parceiros de moedas fracas (...) porém, nenhuma das provisões do novo sistema funcionou como pretendido pela França e pelos pequenos países da CE que dependiam da política alemã” (EICHENGREEN, 2000, p. 211).

absence of far-reaching commitments on policy coordination: the recollection was too vivid in the Bundesbank and in the German financial community of the events in 1971-3, when interventions to support the dollar had created major problems of excess liquidity. This was particularly so at a time when confidence in US leadership was at a low point (GROS; THYGESSEN, 1998, p. 37).

A desconfiança em relação aos Estados Unidos e sua liderança internacional e a necessidade de uma resposta coordenada europeia às políticas econômicas americanas (e seus efeitos para os demais países) estão no cerne da decisão pela criação do Sistema Monetário Europeu. Embora França e Alemanha não tivessem as mesmas posições em relação ao formato do sistema monetário internacional e os franceses, em razão de sua situação mais vulnerável em relação à moeda e ao seu balanço de pagamentos, defendessem a volta de um sistema cambial internacional com paridades fixas e câmbio ajustável, as posições convergiram. Como antes mencionado, a valorização do marco não era do interesse da Alemanha. A posição britânica estava alinhada à americana, e clamava que a Alemanha e demais europeus superavitários assumissem o ônus do estímulo às suas economias e, com efeito, do estímulo à economia mundial, mais um exemplo do menor grau de compromisso e coordenação na CEE por parte da Grã-Bretanha. A estratégia alemã foi aceitar realizar certo estímulo econômico interno para legitimar na CEE o Sistema Monetário Europeu e proteger o marco. Segundo Gros e Thigesen

(...) in Chancellor Schmidt's 1978 strategy was to take budgetary measures to encourage some expansion of domestic demand in Germany. This became evident at the Bonn Economic Summit of July 1978, where the Bonn government did undertake to implement a stimulation programme designed to increase German domestic demand by approximately 1 per cent in 1979 through additional federal government expenditures and tax cuts. (...) the emerging European Monetary System (...) promise both better cohesion within Europe and a satisfactory joint response to the pressure exercised by the United States in the World Economic Summits and the OECD for Europe to assume more responsibility for growth in the international economy and for the narrowing of current-account imbalances between the main regions. (...) The United Kingdom, which had been an architect, as much as the United States of the call for global macroeconomic coordination at the London Economic Summit of 1977, wanted Germany as the main European surplus country to undertake more of a role as an international locomotive. The top French priority is to develop a new framework for monetary cooperation in the EC, though the French did not in this occasion, or later in the 1980's, fail to emphasize the importance of such regional system for the evolution of a more stable international monetary system.

France had worked hard during the negotiations in the Committee of Twenty in 1972-4 for the formula of fixed-but-adjustable exchange-rates in the global monetary system, and had been more active than other European countries in working for the Second Amendment to the IMF Articles of Agreement of 1976, which introduced the concept of multilateral surveillance of economic policies. The position of France had throughout most of the 1970's been more evenly balanced, between an interest in reforming the global monetary system and an interest in resuming European integration than those of either Germany or the United Kingdom. But in early 1978, French and German interests appeared finally to converge on a common interpretation of the challenge posed by US policies and on the mix of the initiatives required (GROS; THYGESEN, 1998, p. 38).

A respeito das pressões americanas sobre a Alemanha e da percepção do Secretário do Tesouro do governo Carter, Michael Blumenthal, diz Biven

Michael Blumenthal visited Bonn in mid-February and raised the threat that the United States would not attend the Bonn summit unless the Germans made an advanced commitment on their growth plans. 'We don't need a new economic summit', he was quoted as saying 'that would only send empty platitudes floating down the Rhine'. (...) Schmidt stressed to Mike how important a summit was, for political as well for economic reasons, and how much he was looking forward to it. It's evident that's he wants the Bonn summit; it is also evident that he understands what our price is' (BIVEN, 2002, p. 146-147).

O Sistema Monetário Europeu só foi possível devido à estreita coordenação política e econômica entre França e Alemanha e à proximidade entre os líderes Giscard e Schmidt, o que tornava mais fácil a resolução de problemas internos em seus países. Sua existência, a partir de março de 1979, foi a mais importante demonstração, no período do governo de ambos, do compromisso franco-alemão com o projeto europeu. O pragmatismo das novas políticas adotadas para a coordenação monetária na CEE foi fruto das dificuldades enfrentadas anteriormente, portanto, do aprendizado com a experiência e também da correlação de forças políticas. A ideia de uma moeda europeia, objetivo do Plano Werner, não estava mais sendo considerada, neste momento, pelo *establishment* político dos dois países. O Sistema Monetário Europeu, que duraria até 1992, enfrentaria problemas com a descoordenação franco-alemã do início dos anos 1980 e com a progressiva liberalização financeira na mesma década. As dificuldades com a administração de fluxos financeiros cada vez maiores e com

menos controle, o euroliberalismo dos socialistas franceses e a reunificação alemã mudariam novamente o cenário para as moedas europeias no final da década de 1980.

4 A RETOMADA DA HEGEMONIA AMERICANA E O SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU

A *deténte* entre americanos e soviéticos, que se iniciou em fins da década de 1960 e perdurou durante quase toda a década de 1970, o que englobou os primeiros dois anos do governo Carter, terminou em 1979. Teve seu começo neste ano movimento de reafirmação do poder global americano, com suas dimensões estratégica e econômica. Na área militar os Estados Unidos elevaram drasticamente seus investimentos. Na economia o “choque de Volcker”, como ficou conhecida a elevação da taxa de juros promovida pelo presidente do Federal Reserve, Paul Volcker, visava reabilitar a hegemonia do dólar como moeda reserva mundial e dos Estados Unidos como principal ator econômico. A elevação dos juros americanos redirecionou os fluxos de capital para os Estados Unidos, revalorizando o dólar e dissipando as contestações ao seu papel de moeda reserva mundial.²⁷ Outros efeitos desta decisão foram levar a economia mundial para a recessão e provocar a crise da dívida de países periféricos. Fiori trata desta questão, citando também Conceição Tavares

No campo geoeconômico, a diplomacia do dólar forte, ‘ao manter uma política monetária dura e forçar a sobrevalorização do dólar, a partir de 1979, permitiu que o FED retomasse na prática o controle de seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articulasse em seu proveito os interesses do rebanho disperso. A partir daí, o sistema de crédito interbancário orientou-se decisivamente para os EUA e o sistema bancário ficou sob controle da política monetária do FED, que passou a ditar as regras do jogo mundial’. (...) Paralelamente, no campo geopolítico, a administração Reagan deslança uma ofensiva anticomunista, que começa no início dos anos 80, com anúncio do programa militar Guerra nas Estrelas e culmina com a decomposição da União Soviética – dois movimentos em pinça que, segundo M. C. Tavares, explicam, em última instância, a gigantesca concentração de poder econômico, militar e financeiro, que ocorreu nas duas últimas décadas do século XX. Ou seja, sua tese é de que a

²⁷ Biven cita Paul Volcker, sobre as conversações com os europeus e as pressões sofridas destes “(...) but I got some psychological reinforcement when we stopped off at Hamburg, hometown of Helmut Schmidt, who had become chancellor of the West German Republic. We spent part of the day with him and with Otmar Emminger, who had become president of the Bundesbank. Schmidt was at his irascible worst – or best, depending upon one’s point of view. He dominated the conversation and left no doubt that his patience with what he saw as American neglect and irresolution about the dollar had run out.’ Volcker received similar complaints from other European representatives” (BIVEN, 2002, p.240).

retomada da hegemonia americana e a nova financeirização capitalista são duas faces do mesmo processo, resultado das políticas do próprio governo norte-americano, amadurecidas na hora em que seu poder parecia entrar em decadência. Essa estratégia e suas políticas mudaram a face econômica e política do capitalismo contemporâneo: primeiro consolidou-se um novo sistema monetário internacional, baseado no dólar e sem qualquer padrão de referência; aos poucos, foram se definindo as regras e instituições de um novo regime de acumulação e de uma nova hierarquia político-militar mundial (FIORI, 2001, p. 13-14).

A confrontação com os soviéticos e a decisão da URSS de invadir o Afeganistão e ainda a rebelião operária liderada pelo Sindicato Solidariedade na Polônia (em clara contestação aos soviéticos) atrapalharam os esforços alemães pela continuidade da *Ostpolitik*, que avançou, entre o final da década de 1960 e o final da década de 1970, graças, em grande medida, ao processo de distensão entre americanos e soviéticos. A Alemanha, e em menor grau, a França foram beneficiados pela *détente* e não queriam desafiar os soviéticos. Condenaram a invasão do Afeganistão, mas, diferentemente dos americanos, eram contra qualquer sanção comercial. A declaração conjunta franco-germânica sobre o tema foi indicativa do renovado peso político destes países e da importância da aliança entre ambos. O antagonismo entre EUA e URSS se acentuaria e ganharia tons bem mais ideológicos no governo de Ronald Reagan, convicto da necessidade de aumentar a influência internacional americana, que se reduziu no governo de Jimmy Carter. O tom belicoso da administração americana e os temores que gerou em franceses e alemães em relação à segurança europeia contribuíram também para sua aproximação e definição conjunta dos rumos da Comunidade Econômica Europeia e defesa de posição europeia independente nos assuntos mundiais, bem como nos assuntos relacionados à defesa, no seio da OTAN.

Não havia, contudo, no início da década de 1980, o mesmo grau de coordenação franco-germânica na economia e também no tocante ao formato de possíveis reformas nas instituições europeias. O Sistema Monetário Europeu teve o início de sua operação apenas poucos meses antes da decisão americana por uma guinada em sua política monetária e novas dificuldades, pela conjuntura econômica mundial adversa, advindas desta decisão dos EUA e do segundo choque do petróleo, além das divergências entre França e Alemanha, seriam enfrentadas para seu objetivo principal de estabilização do câmbio entre as moedas europeias. Pode-se dizer então,

que há um primeiro momento, no funcionamento do Sistema Monetário Europeu, entre 1979 e 1983, dominado pela instabilidade no câmbio intra-europeu, provocado em larga medida pelo ambiente internacional hostil, com grandes flutuações no valor do dólar e também pela descoordenação franco-alemã em suas políticas econômicas. A recuperação econômica europeia se inicia apenas em 1983, na esteira da retomada do crescimento econômico nos Estados Unidos. A respeito disso diz Verdun

from March 1979 to March 1983, in which parities were often adjusted, and the policies and objectives of the member countries diverged. The international monetary climate was gloomy, with recession, debt crisis and dollar fluctuations. It was only after 1983, following the earlier recovery of the US, that the Western European economy started to pick up (VERDUN, 2002, p. 79).

O Chanceler alemão Schmidt e o Presidente francês Mitterrand vieram de forma bastante crítica as políticas monetária e fiscal do início da gestão Reagan. Divergências euro-americanas ocorreram também em relação ao comércio de aço, com as restrições impostas pelos EUA aos produtos siderúrgicos europeus e no que dizia respeito às relações comerciais destes com o Leste Europeu. Os Estados Unidos eram contra a ampliação do comércio com a Europa Oriental, em especial com a União Soviética, o que fazia parte de sua política de enfrentamento com o bloco socialista. Este bloqueio comercial foi obstáculo importante para o avanço da *Ostpolitik*, que se assentava, em boa parte, no estabelecimento de maiores e mais sólidos vínculos econômicos com a Europa Oriental. Na questão monetária, a taxa de juros americana em nível surpreendentemente elevado e o dólar sobrevalorizado eram vistos como sérios empecilhos à recuperação econômica europeia. Não sem certa ironia, o dólar forte e não mais o dólar fraco das gestões americanas da década de 1970 era, naquele momento, o principal problema econômico para os europeus. No início de 1982, este era tema de forte atrito entre Estados Unidos, de um lado, e França e Alemanha, do outro. Contudo, apesar das ameaças europeias de endurecimento e aumento do protecionismo, a redução das taxas de juros americanas, e em consequência, das europeias, em meados de 1982 reduz a disposição para o conflito. Em junho de 1982, em encontro sediado em Versalhes, Reagan, sob forte pressão europeia, concorda com a realização de intervenções ocasionais nos mercados de câmbio, com o intuito de

prevenir flutuações consideradas excessivas no valor do dólar, sem comprometer, no entanto, as políticas adotadas pela administração republicana. Como diz Harrison

Foreign Trade Minister Michel Jobert, Finance Minister Jaques Delors and Foreign Minister Claude Cheysson added that wild fluctuations in the dollar exchange rate and U.S interest rate policies were examples of American insensitivity to the needs of its allies, and examples of American abdication of 'the responsibilities of international leadership.' In the face of French resistance bolstered by firm support by the Federal Republic of Germany and other Western European governments, the Reagan administration was gradually forced to retreat from its Atlantic sanctions design, and, in November 1982, to accept a face-saving agreement that merely restated existing allied commitments, and perhaps adopt more restrictive approaches when technology with military applications was at stake (HARRISON, 1987, p. 54).

Poucos dias depois as autoridades monetárias dos EUA fizeram grande intervenção para evitar maiores flutuações da cotação da moeda americana. A administração Reagan, contudo, não fez valer este esquema por muito tempo e o dólar voltou a ter maiores variações em seu valor. Apesar das queixas francesas, que pediam pela volta de um esquema baseado em paridades fixas, não era do interesse dos Estados Unidos, e nem do setor financeiro, esta volta ao passado.

As mudanças de governos na França e na Alemanha, com a ascensão do Presidente socialista francês François Mitterrand e do Chanceler Democrata-Cristão alemão Helmut Kohl e as diferenças entre as políticas econômicas e sobre as visões a respeito da CEE de suas gestões, no início da década de 1980, configuraram relação bilateral bem diferente da pactuação que existiu entre os governos de Giscard e Schmidt, na segunda metade da década de 1970. Na economia, a preocupação de Mitterrand era reduzir o desemprego e para tanto, a política econômica socialista²⁸ era keynesiana, no que se diferenciava da ortodoxia macroeconômica alemã, tanto do social-democrata Schmidt quanto, ainda mais, do conservador Kohl. O programa socialista de reativação econômica propunha nacionalizações e expressivo aumento nos gastos sociais, o que para os alemães era visto como política pouco responsável e

²⁸ Diz Hitchcock sobre a opção econômica francesa "In 1981, the socialist government of François Mitterrand embarked on a dramatic series of statist economic measures designed to promote socialism and jump-start the flagging French economy: nationalization of industry, heavy states subsidies, full employment" (HITCHCOCK, 2003, p. 442).

perigosamente inflacionista. Bonn temia os efeitos da política francesa em sua própria economia e pressões adicionais sobre o Sistema Monetário Europeu, afetando seriamente a coordenação monetária europeia, em momento de severa recessão mundial. O ambiente financeiro internacional mais liberal da década de 1980, em comparação com as três décadas precedentes, e o mecanismo de bandas cambiais do Sistema Monetário Europeu não colaboraram para o sucesso da política econômica dos socialistas franceses, em seus dois primeiros anos de mandato. Déficit em conta corrente crescente e inflação mais alta que outros países europeus, com constante expectativa de desvalorização do franco, o que dificultava o estabelecimento de paridades relativamente estáveis com as moedas mais fortes da CEE, como o florim holandês e especialmente o marco alemão, eram os problemas da política econômica francesa. Segundo Helleiner (1994, p. 140) “The government’s expansionary program produced rapidly growing current account deficits as well as an inflation rate higher than that in other West European countries, both with raised the possibility of a franc devaluation”.

A questão do valor do franco e da necessidade de sua desvalorização marcou os primeiros dois anos da gestão de François Mitterrand, que teve seu começo em maio de 1981. Desde o início da operação do Sistema Monetário Europeu, ainda sob o governo conservador de Giscard, dois anos antes, a inflação francesa manteve-se em níveis semelhantes à alemã e o franco valorizou-se 12% em relação ao marco, um problema para a indústria francesa. Com a contínua deterioração da balança comercial, em outubro de 1981, o Ministro das Finanças francês Jaques Delors negocia “realinhamento” do Sistema Monetário Europeu, com o franco francês e a lira italiana sendo desvalorizados em 3% em relação ao marco alemão e em 5,5% em relação ao florim holandês. Como a inflação francesa aumentou no governo socialista este pacto mostrou-se insuficiente e outro realinhamento foi feito, em junho de 1982, com valorização do marco e do florim em 4,25% e desvalorização do franco em 5,75% e da lira em 2,75%.

Em março de 1983, nova pequena desvalorização do franco foi realizada em relação ao marco e este momento marca importante inflexão na política econômica francesa. A desvalorização, em sintonia com as preferências de Jaques Delors, foi

acompanhada de um forte programa de austeridade nas contas públicas. Embora não tenha havido, concomitantemente, medidas com vistas ao crescimento econômico alemão, o que frustrou os franceses, a guinada ortodoxa dos socialistas marca o retorno à “germanização” da gestão econômica que preponderou no período de Giscard e seu Ministro das Finanças Barre. O Sistema Monetário Europeu, assimétrico e centrado no marco alemão, impunha grandes custos aos países, como a França deste período, que optassem por operar política monetária e fiscal divergentes da alemã, portanto, que tivessem política econômica diferente da ortodoxia²⁹. Embora tivesse tido resultado melhor em termos de crescimento econômico, em tempos de recessão global, comparado aos seus vizinhos da CEE, a política econômica francesa teve de se deparar com o constrangimento estrutural da liberalização dos movimentos de capital e do dólar volátil, e com sérias limitações em nível europeu. Conforme Mazzucelli

On 21 March 1983 a key decision to keep the French in the Exchange Rate Mechanism of the European Monetary System set the course for Mitterrand’s European Policy. The President’s decision was accompanied by an economic policy of rigor. (...) This episode constitute a critical learning experience for the French political establishment. The lesson was clear: German policy makers would respect the French government only if it had a strong currency. The policy of *franc fort* had begun, to be pursued with an impressive bipartisan continuity. As economics and finance minister in the Socialist government (1981-1984), Delors learned first hand the powerfull constraints and costs imposed on national economic policy making by the asymmetry of the EMS (MAZZUCELLI, 1997, p. 36).

E também Howarth

The precise combination of motives and attitudes which shaped Mitterrand’s decisions to kept the franc in the ERM and pursued more determined deflationary economic policies is impossible to determine. Nonetheless, there have been numerous, mostly journalistic, accounts of the policymaking during this period which together help to provide a clear description of the motives and attitudes which shaping the policymaking. Most of these authors focused upon the debate on the economy within the Socialist government and stress the importance of international economic constraints which

²⁹ O governo Mitterrand considerava também que os alemães não colaboraram para que o Sistema Monetário Europeu “acomodasse” o franco, assim como a política econômica heterodoxa da França à época “France’s president, François Mitterrand, was in the vanguard of moves to limit Bundesbank power. Mitterrand and his advisers believed that the government’s ‘socialism in one country’ experiment of the early 1980s had been undermined by German unwillingness to accommodate the French expansion within ERM” (CAMERON, 1992a *apud* GARRET, 2001, p. 119-120).

encouraged certain key policy actors to accept greater deflation and kept the franc in the ERM (HOWARTH, 2001, p. 56).

A relativa “calmaria” nos mercados internacionais entre 1983 e 1987, com queda nos preços do petróleo e menores flutuações no valor da moeda americana contribuiu para a estabilidade do Sistema Monetário Europeu, assim como a adesão francesa à ortodoxia. A consequência social de maior impacto da desinflação na CEE foi o aumento generalizado das taxas de desemprego. Conforme Verdun

The second period started in 1983 and lasted until January 1987. The fact the French government committed itself to the EMS system contributed to the stability of the second period. In this time, interval fewer currencies were realigned, and the realignments occurred with a lower frequency. Inflation rates started to fall. However, the cost to achievement disinflation was large: the acceptance of relatively high levels of unemployment in the EMS countries (VERDUN, 2002, p. 79).

Portanto, nos primeiros dois anos de seu governo, os socialistas franceses defenderam e praticaram política econômica substancialmente diferente da alemã e também não tinham interesse em reformas institucionais na Comunidade Econômica Europeia, propostas logo no início do governo Kohl, que pudessem comprometer a autonomia francesa. A iniciativa ítalo-germânica de relançamento da CEE, o chamado *Genscher-Colombo Plan*, que levava o sobrenome dos Ministros de Relações Exteriores alemão e italiano, embora com diferenças entre os dois países (os italianos não queriam compromisso com um novo tratado europeu) não despertou o interesse francês. A proposta feita por Paris, em resposta ao plano ítalo-germânico, para “relançamento da Europa”, de outubro de 1981, era bastante conservadora em relação ao formato institucional da CEE, sem prever grandes alterações. Como descreve Pedersen

The French socialist government showed very little interest in the German-Italian initiative. Instead it published its own memorandum on a ‘relaunching of Europe’ on 8 October 1981. The document proposed closer cooperation in a number of economic and social areas. The approach of the document was pragmatic as far as institutional matters were concerned. It argued that no institutional reform was needed. Instead it recommended a return to the provisions of the Treaty of Rome including the provisions on majority voting (PEDERSEN, 1998, p. 89).

François Mitterrand, apesar de ter tido como aliados os comunistas em seu governo, tinha opiniões muito críticas em relação à União Soviética e, a despeito de toda a retórica socialista da década de 1970, de reprovação às iniciativas de política externa dos conservadores, deu continuidade à política exterior gaullista e procurou se aproximar ainda mais dos Estados Unidos, enquanto ao mesmo tempo buscava convergências com os alemães, no intuito de obter mais autonomia europeia em questões de segurança, sem que isto significasse confrontar os Estados Unidos. Havia temores no governo francês, devido ao ambiente político interno alemão, de afastamento da Alemanha de seus compromissos com a Europa Ocidental e a diplomacia de Mitterrand visava construir elos mais sólidos com seus vizinhos germânicos. Nas palavras de Harrison

The axis of French European policy has been a special relationship with the West Germany which was institutionalized by de Gaulle-Adenauer treaty of 1963. The intensification of this relationship at Mitterrand's urging was one of the genuine successes of his presidency. During his first couple of years in office, Mitterrand was preoccupied by the possibility of weaker West German attachment to the West, after the German public and elements in the Social Democratic Party and the Green movement reacted to the Euromissile debate by flirting with pacifism and neutralism. His reaction was to link the Federal Republic firmly to the West by urging Bonn to make its own contribution to the Atlantic security effort, while France, though still independent, was clearly supportive of NATO security efforts that were in its own as well as others' national interests. While reinforcing the Atlantic connection, France tried to put new life into bilateral security cooperation in the hope that it might lay the groundwork for a more general revival of cooperative West European efforts in a forum such as the West European Union. Thus, in October 1982 Mitterrand and West Germany new conservative chancellor, Helmut Kohl, made military ties the focus of their first summit and something of a benchmark for future French-German relations. The two leaders decided to revive and intensify their defense discussions under the 1963 treaty, and particularly to discuss the implications of France's development of the new longer-range Hades tactical nuclear weapon and a neutron bomb, both of which would affect their joint security interests. French sources left no doubt that they harbored hopes that discussions might lay the groundwork for a European defense system more independent from the NATO and the United States, though it would be complementary to the Atlantic system and not antagonistic (HARRISON, 1987, p. 55).

Do ponto de vista alemão, a aproximação com os franceses e o aprofundamento da integração, nas dimensões estratégica e econômica (assim como em outras áreas, por exemplo, a cooperação na área cultural) tinha por objetivo

umentar o grau de independência frente aos Estados Unidos, movimento iniciado pela *Ostpolitik*, e que tinha na política integracionista do Chanceler Helmut Kohl e seu Ministro de Relações Exteriores Hans Dietrich Genscher um novo desdobramento. O momento histórico de reativação das tensões entre as superpotências, no entender dos alemães, dava a motivação política do aprofundamento da integração europeia. Diz Pedersen a respeito

The year of 1984 saw reactivation of Franco-German consultations and a call for a relaunching of Europe. The seeds of the new impetus in Franco-German cooperation, which was to led to the reactivation of the EC, were sown in the early 1980's. For Germany, the new interest in Franco-German cooperation was partly motivated by security concerns, the Soviet invasion of Afghanistan in 1979 being a seminal event. But more important was the wish to find ways to balancing the USA, a wish that had grown ever stronger since the early 1970's. The new Kohl-Genscher government continued Schmidt's overall European policy but introduced important changes. First of all, it placed a new emphasis on tactical differentiation as a way of pushing integration forward. Secondly, while continuing to promote economic integration, the Kohl-Genscher government also took broader initiatives aimed at political unification. The idea of a revival of European integration was first mooted publicly in a speech by the German foreign minister, Hans-Dietrich Genscher, to his party, the FRP. Speaking at so called *Dreikönigstreffen* in Stuttgart on 6 January 1981, Genscher called for the conclusion of a treaty on European Union. In his speech Genscher, who in this occasions seemed to be acting in a personal capacity, stressed political rather than economic needs. He was first and foremost concerned about the deteriorating climate between the superpowers. According to Genscher, the fundamental objectives of European Union were to be development of a common foreign and security policy, extension of the scope of economic integration, closer cooperation in the cultural sector and legal harmonization (PEDERSEN, 1998, p. 88-89).

O governo Kohl tomou a decisão de se aproximar dos italianos pelas incertezas em relação aos socialistas franceses. O fracasso da iniciativa ítalo-germânica foi mais uma demonstração da importância do eixo entre Alemanha e França como polo propulsor das iniciativas para a integração europeia. A mudança de ênfase francesa em relação às instituições europeias, no primeiro semestre de 1984, da postura defensiva e conservadora à adesão ao integracionismo de tintas liberais foi o complemento das mudanças na política econômica do ano anterior. Os problemas econômicos franceses e a queda de popularidade do presidente fizeram com que o *establishment* político não mais considerasse a política econômica em nível apenas nacional, mas também com dimensão europeia. As tratativas em prol da integração

européia se somaram também à aproximação de caráter estratégico entre França e Alemanha, desde o primeiro encontro entre Mitterrand e Kohl.

Outra interpretação a respeito das relações entre França e Estados Unidos na década de 1980 põe ênfase no argumento de que a busca francesa de aproximação com os alemães seria um contraponto ao ativismo militar americano e a expansão de seus arsenais, que poderiam anular o poderio nuclear francês.³⁰ É possível dizer que Mitterrand, enquanto buscava aproximação com os Estados Unidos, no contexto de recrudescimento da Guerra Fria, também estava preocupado com a busca de maior autonomia por parte da Alemanha, portanto, ao mesmo tempo procurou aprofundar os laços com os alemães, com intuito de anular qualquer possível tentativa de “descolamento” alemão de seus acordos com a Europa Ocidental. Buscava com este movimento, concomitantemente, contrabalançar as novas capacidades estratégicas americanas. Para tanto, além dos acordos tecnológicos franco-germânicos, os franceses entenderam que se devia avançar rumo à integração monetária. O *deutschemark*, com seu papel central na economia do continente, deveria ser europeizado e sua gestão, compartilhada.

Desde o início do governo socialista o futuro da Alemanha foi motivo de preocupação. Os socialistas buscaram aproximação com o governo alemão mesmo no período em que suas políticas para a economia e para a CEE divergiam substancialmente das do vizinho. Em discurso no *Bundestag*, em janeiro de 1983, Mitterrand já havia falado em *consanguinité*, para se referir às relações entre os dois países. No contexto internacional de acirramento de tensões entre as superpotências, segurança era o elemento essencial na aproximação franco-alemã.

³⁰ Segundo Pedersen “The age-old French rivalry with the USA continued, sharpened by the ideological clashes between French socialism and Reagan’s fierce neo-conservatism. Although Mitterrand himself does not appear to have been particularly anti-American, his experiences in the first years of the socialist reign had reinforced his belief that a European alternative to American supremacy in the West was needed. The clash with the US came to head when in March 1983 the USA launched its Strategic Defense Initiative project, which posed a direct threat to French nuclear policy. Thus France European offensive focused upon the technological field, but it also emphasized the need for European monetary unity. In France’s balancing strategy, which had the support of most of France’s political class, the *Deutschemark* played a key role. Initially, Mitterrand adopted a pragmatic approach but, spurred by Germany, gradually began to take on board some of the ideas of the institutionalists, to the point of agreeing to break some Gaullist taboos in European policy” (PEDERSEN, 1998, p. 91)

Helmut Kohl tinha clareza do papel central da Alemanha no avanço da integração europeia. Como ator política e economicamente mais forte deveria, no entender do Chanceler, ajudar os economicamente mais fracos. Dizia, naquele período, que cada marco investido no futuro da Comunidade era um pagamento pelo “futuro da liberdade”. A Alemanha deveria ser o país pronto a defender os interesses de longo prazo da CEE.

Como, no entanto, a parceria com os franceses sempre foi essencial para impulsionar o processo de integração, deu-se que, a partir do discurso do Presidente François Mitterrand, em 24 de maio de 1984, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, no qual defendeu mudanças nos Tratados e avanço no processo de integração, rompendo com um quarto de século de ceticismo francês no fortalecimento das instituições regionais, os alemães puderam, enfim, levar adiante seus intentos de fortalecimento institucional da CEE. Mitterrand, neste discurso, falou em *L'Europe politique*, e procurou se mostrar flexível em relação ao formato das novas instituições europeias: geometria variável, Europa de múltiplas velocidades foram os termos usados. O líder francês buscou enfatizar a questão das novas instituições e práticas trazidas pela adesão de novos Estados e pelo ambiente político internacional e defendeu reformas nos procedimentos decisórios. A nova situação requeria um novo Tratado europeu. Como salienta Mazzucelli

In an address Mitterrand gave to the European Parliament on 24 May 1984, he underlined the need to strengthen the Community as the central part of the European edifice. (...) This type of activity, defined as Europe à *geometrie variable* keeps the core of Community legislation, or the *aquis communautaire*, constant while grafting on to that core selective collaboration for particular kinds of policy areas. Yet, the fact that these policies occur outside traditional Community competencies led some countries, notably BENELUX and Italy, to question France's commitment to European integration. In Mitterrand eyes, however, Europe à *geometrie variable* corresponded to an evolving economic and political reality in the late twentieth century derived from the international pressures on nation-states (MAZZUCELLI, 1997, p. 37).

O discurso de Mitterrand muito agradou aos alemães. Em encontro entre os dois líderes, poucos dias depois, na cidade de Rambouillet, França, em 28 de maio de 1984, Kohl apoiou as propostas de Mitterrand e defendeu a criação da União Europeia

Ocidental. Nesta reunião ambos acertaram também o estabelecimento de política externa e de defesa comuns. Em termos práticos, no setor de defesa, acertaram a construção conjunta de um helicóptero de ataque. Após estas discussões, um mês depois, o encontro europeu em Fontainebleu, nos dias 25 e 26 de junho de 1984, tornou-se momento decisivo para as transformações que viriam na CEE nos anos seguintes. Neste encontro se resolve a questão da contribuição financeira britânica para Comunidade, Portugal e Espanha são aceitos como novos membros e formou-se o *Dogde Committee*, presidido pelo Senador irlandês James Dogde, encarregado de elaborar relatório com sugestões de aperfeiçoamentos na cooperação europeia em várias áreas. E, no que provavelmente foi a decisão mais importante para o desenvolvimento da CEE, Kohl e Mitterrand acordaram pela indicação do Ministro das Finanças francês Jaques Delors para a presidência da Comissão Europeia, a partir de janeiro de 1985. Um mês depois, os líderes de França e Alemanha assinaram acordo de livre circulação entre os dois países, o que foi base para o acordo de Schengen, de livre trânsito entre as nações europeias da Comunidade.

A Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher também referendou o nome de Delors, a seu ver preferível em relação aos políticos socialistas mais à esquerda, influentes nos primeiros dois anos do governo Mitterrand. A Grã-Bretanha não queria mudanças nos Tratados de Roma. Estava mais preocupada em assegurar o livre comércio na CEE e com questões como a competitividade internacional das empresas do bloco europeu. Quando Thatcher percebeu que não poderia bloquear uma reforma nos Tratados de integração assumiu postura coerente com sua agenda econômica pró-desregulação e o livre mercado na CEE. A aceitação de uma nova Conferência Intergovernamental para um novo Tratado Europeu estava assentada no temor de um isolamento britânico e também na percepção de que alemães e franceses seriam forçados a negociar as assimetrias com os demais. Os britânicos, à semelhança dos franceses, também tinham como meta evitar qualquer ressurgimento de nacionalismo ou “caminho independente”, por parte da Alemanha. Conforme o embaixador britânico Stephen Wall, especialista em política europeia, descreve em suas memórias “Tying the Germans into the West European system would be a continuing French

preoccupation. Nor was it in Britain's interest to see the development of more nationalistic attitudes in Germany" (WALL, 2008, p. 62).

Com o estabelecimento do Dodge Committee, franceses e alemães pretendiam criar, gradualmente, a União Europeia. Maurice Faure, ex-Ministro francês e signatário do Tratado de Roma foi a figura predominante neste comitê. Próximo a Mitterrand, tinha bastante liberdade de ação. O relatório de Faure prefigurou o relatório final do comitê. Os alemães, entusiastas da integração, não tinham, contudo, o mesmo pendor para a integração em relação à moeda. Não podiam rechaçar a ideia, sempre presente nas discussões sobre o futuro da CEE, contudo eram contrários à criação de uma moeda europeia em conjunto com o advento da União Europeia. Embora aceitassem o termo "união", no que se referisse à defesa e segurança não concordaram com qualquer menção à democratização das instituições europeias (o que também nunca interessou aos franceses e, menos ainda, aos britânicos), o que também ilustra os limites do processo de integração. Conforme descreve Pedersen

The Germans appear to have been more ambitious than their partners in all areas except the monetary. Even here, however, the Germans were flexible in part because it was difficult to express a strong commitment to European union while at the same time resisting monetary union, an essential element in any union. The German side did however register reservation on the promotion of the ecu(...) Germany and Italy(...)strengthened the idea of European Union. The Germans accepted that the draft could use the term 'union' referring to foreign and security cooperation alone, leaving out the issue of democratization (PEDERSEN, 1998, p. 99, p.104).

O relatório final do Dodge Committee prevê uma Conferência Intergovernamental para a negociação de um novo Tratado com o objetivo de criar a União Europeia. No início de 1985, porém, duas questões colocam-se como obstáculo na reaproximação franco-alemã³¹. A Alemanha resolve aderir ao projeto militar

³¹ Apenas em 1986, no campo estratégico especialmente, se consegue alcançar certa convergência. O Ato Único Europeu aumentou a coordenação entre França e Alemanha na economia, porém sem dissipar a rivalidade de ambos no interior da CEE. Em 1986 os alemães questionam os franceses a respeito do uso de armas nucleares táticas e afirmam ter o direito de serem consultados sobre o assunto. Mitterrand concorda com a criação de um mecanismo de consultas, mas refuta estabelecer co-decisão nas decisões referentes à área. A Alemanha defendeu a criação de conselho de defesa franco-alemão no que foi respondida com o pedido francês de um conselho monetário entre os dois. Ambos foram criados em 1988.

americano SDI³² e concordou com os EUA para que se realizasse uma nova rodada de negociações de liberalização comercial no âmbito do GATT. Os franceses se opuseram a ambos. Como alternativa, no campo estratégico lançaram o *Eureka Project*, propondo uma iniciativa europeia independente na área de defesa. No entanto, os líderes manobraram para que estas divergências não atrapalhassem o momento considerado promissor nas discussões para a reforma das instituições europeias. O relatório previa, essencialmente: integração dos mercados, reforço dos poderes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, política externa europeia comum e um secretariado para cooperação política separada da Comissão e do Conselho Europeu. Esta última ideia enfrentou resistência da Comissão, que temia perder influência e não saiu do papel.

Jaques Delors fez com que a Comissão Europeia tivesse papel importante nas negociações para o Ato Único Europeu³³. A Comissão participou efetivamente da Conferência Intergovernamental e das negociações, o que, em tese, seria papel apenas dos Estados Nacionais. A participação ativa da Comissão no processo fez muitos autores institucionalistas defenderem que, após a posse de Delors, o processo de negociação europeu teria começado uma nova dinâmica, a partir deste momento com sua origem nas próprias instituições europeias. A participação franco-germânica nos processos negociadores desde então não corrobora esta tese. O exercício da presidência da CEE, na segunda metade de 1985, por Luxemburgo, Estado pequeno e de pouca influência política, dificulta a afirmação de uma “autonomia”, por parte da Comissão. Não se tratava, portanto, de um Estado dos mais relevantes no processo, que pudesse obstaculizar a ação da Comissão. O fato de Delors ser francês também não ajuda. As conversações entre os dois países costumam preceder as reuniões europeias. Também contrário ao argumento institucionalista se poderia argumentar que

³² Strategic Defense Initiative.

³³ O Ato Único Europeu foi assinado em fevereiro de 1986 e entra em vigor em 1º de julho de 1987. Foi a modificação mais profunda nos Tratados europeus antes de Maastricht. O Ato Único Europeu, segundo Fontaine, introduz as seguintes mudanças institucionais “a extensão das competências comunitárias, a introdução do voto por maioria qualificada e uma associação mais estreita do Parlamento Europeu ao processo decisório” (FONTAINE, 1995, p. 90). No entanto, mais relevantes foram as mudanças em favor da liberalização econômica no interior da CEE. Ainda segundo o mesmo autor, o artigo 8º A desta norma diz: “O mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições do presente tratado” (FONTAINE, 1995, p. 90).

nesta fase da negociação, em caso de discordância dos dois Estados líderes com o intento da Comissão, estes teriam apoiado pequeno Estado de pouca influência ou Estado aliado (Estado que estivesse na presidência rotativa da CEE) ou ainda poderiam se colocar diretamente na liderança dos entendimentos, assumindo a presidência da CEE. Poderiam também buscar manipular o processo para ultrapassar a liderança formal. Neste período, porém, em verdade, a Comissão e seu presidente, estavam bastante afinados com as lideranças dos dois países líderes da região. A partir deste acordo, a Comissão Europeia teve papel ativo na promoção das novas instituições do continente. Embora não se conheça exatamente o grau de influência que teve o governo francês sobre Delors, este, em suas ações, buscava não antagonizar os alemães.³⁴ A Comissão Europeia não era mero instrumento de alemães e franceses. No entanto, faz-se necessária certa cautela em relação ao real papel do Comissário Jaques Delors neste processo.

França e Alemanha, no encontro de chefes de Estado e de Governo da CEE em Luxemburgo, nos dias 2 e 3 de dezembro de 1985, para as negociações para estabelecimento do Ato Único Europeu³⁵³⁶, ameaçaram excluir da Comunidade os países que não aceitassem o acordo. Na questão monetária a posição alemã era a mesma das discussões no ano anterior: não queriam compromisso com uma moeda europeia, porém não poderiam simplesmente negar a ideia, presente nas discussões sobre integração. Num primeiro momento defenderam que os parlamentos nacionais

³⁴ Thomas Pedersen diz que muitas das ações de Delors pareciam muitas vezes mais próximas dos alemães do que dos franceses. Suas decisões e propostas antecipariam a visão germânica. Delors faria a mediação entre Mitterrand e Kohl tentando fazer o presidente francês compreender o ponto de vista de Bonn. Para o autor os alemães negociavam, em muitos momentos, via Comissão Europeia (PEDERSEN, 1998, p. 107).

³⁵ Segundo Maes “While Mitterrand gradually turned to European integration as the key theme of his presidency, senior French policymakers, especially pro-European socialists, started manoeuvring towards economic and monetary union. As Finance Minister, Jaques Delors already argued that the logic of the EMS needed to be transcended. As President of the European Commission, he began in early 1985 to push for liberalization of capital movements as part of internal market programme” (MAES, 2007, p. 61).

³⁶ Gilpin enfatiza que “No espírito liberalizante que norteou a construção da economia regional europeia o Ato Único Europeu, de 1986, acelera o processo de integração ao prever, para o início de 1993, a criação de um livre mercado entre os países que fosse base de uma posterior união monetária, que fossem removidas até o fim de 1992 todas as barreiras à livre movimentação de capitais, bens, serviços e pessoas dentro da Comunidade Europeia. (...) Os dirigentes europeus acreditavam que o dinamismo desse mercado revitalizaria a economia europeia e capacitaria o continente a desenvolver grandes corporações multinacionais preparadas para competir eficazmente com suas rivais americanas e japonesas” (GILPIN, 2004, p. 266).

aprovassem a integração monetária, passo atrás em relação ao que se discutia, naquele momento, na direção de maior institucionalização de competências em nível europeu. Os alemães, no entanto, reconheceram que sem progressos nesta área o processo não avançaria. Nesta questão a posição de Delors coincidia com a da França e ambos esperavam avanços. O comprometimento de França e Itália com certa liberalização em suas leis nacionais para a transferência de capitais facilitou a concordância de Kohl para maiores compromissos na área. Para Thatcher, que anteriormente havia recebido de Kohl garantias de que não haveria mudanças nos Tratados de Roma relativas aos assuntos monetários, a mudança de posição do Chanceler alemão fez com que adotasse a tática de conseguir a inclusão, nos novos acordos, da frase “cooperação em política econômica e monetária”³⁷, o que restringiu o escopo da integração monetária, convergência de interesses, neste momento, entre Grã-Bretanha e Alemanha. Os alemães também condicionaram a integração monetária à convocação de uma nova Conferência Intergovernamental, de acordo com o artigo 236 do Tratado de Roma, o que foi uma vitória política, pois estabeleceu o vínculo entre possíveis mudanças na esfera monetária a mudanças de caráter mais amplo nos acordos da Comunidade. No entanto, o termo *ecu* foi incluído no texto por insistência da Comissão Europeia.

No entendimento da Alemanha e da Comissão Europeia a definição de mercado interno europeu deveria ser ampla, o que novamente enfrenta resistência britânica, que defendia restrições em várias questões como a abertura das fronteiras físicas e a transferência de soberania fiscal. Os alemães estavam sendo coerentes com seu objetivo de longo prazo em prol do livre mercado. Aos britânicos interessava a abertura do protegido mercado de serviços da economia alemã. Estabeleceu-se o prazo de primeiro de janeiro de 1993 para que se constituísse o Mercado Único Europeu. A Comissão Europeia trabalhou em favor do estabelecimento deste prazo, como forma

³⁷ Segundo Wall “Both Margaret Thatcher and Geoffrey Howe were concerned at the reference in the SEA to EMU, but the Prime Minister felt obliged to accept it. ‘Whereas at their conference in Paris from 19 to 21 October 1972 the Heads of State or of Government approved the objective of the progressive realization of Economic and Monetary Union’, read the preamble of Single Act. The Prime Minister felt she could not object to this historical reference, even though she did not share the objective to which Ted Heath had signed up. But she felt she had circumscribed the meaning of the reference by securing, in the substantive part of the Single Act, a heading: ‘Co-operation in Economic and Monetary Policy (Economic and Monetary Union)’. In the other words, in her mind, EMU meant no more than policy cooperation” (WALL, 2008, p. 69).

de reforçar o compromisso político dos Estados membros. A estratégia do Comissário Delors, nestas conversas, foi elaborar propostas em pacotes inseparáveis, não antagonizando os principais Estados, e procurando aprovar as propostas em bloco. O orçamento de Bruxelas foi elevado de 1,05% para 1,2 do PIB dos países membros. A resistência britânica a estas proposições só foi ultrapassada com forte endosso do Chanceler Kohl à Delors, apoio, no entanto, com a exigência de que as propostas da Comissão não fossem antagônicas aos interesses nacionais dos principais países.

A decisão pela adoção do Ato Único Europeu e suas medidas liberalizantes³⁸ estava influenciada pela mudança no discurso econômico e retomada da hegemonia do pensamento econômico conservador, mas também do comparativamente mau desempenho dos países da CEE, entre 1973 e 1983, em termos de crescimento econômico, em relação ao resto do mundo. Aumento da competitividade europeia, crescimento das economias com baixas taxas de inflação, abertura comercial e redução dos subsídios são alguns dos objetivos propostos. Neste contexto, a ideia política da necessidade de avanço da integração europeia embasava esse conjunto de ações. Holmes expõe criticamente a opção europeia

Herein lies the origin of the Single Market process which aimed to increase European competitiveness, and to inject dynamism into the European economy without necessarily creating a massive inflationary surge. The objective was illusory combination of economic growth while maintaining stable prices and stable monetary policies. It can be argued, with much justification, that the EC should have responded by reducing labour costs, curbing welfare expenditure, accelerating privatization, resisting external protectionist temptations, and dismantling the ‘industry policy’ network of subsidies. But such solutions too politically painful for countries which lacked a free-market tradition. The Single Market had the advantage of being politically non-controversial as well as advancing the cause of European integration which was now being pursued with the greatest intensity since the 1950s under the interventionist leadership of Jaques Delors (HOLMES, 2001, p. 77).

A liberalização financeira, global e no espaço europeu, teve consequências para a política monetária dos Estados Nacionais do continente, adeptos do Sistema

³⁸ Segundo Helleiner, a respeito do “Livro branco” “Its 1985 White Paper, which established the framework for 1986 Single European Act, emphasized the importance of liberalization capital movements as part of its goal of completing the creation of the single market” (HELLEINER, 1994, p. 157).

Monetário Europeu, concebido em realidade diferente. Havia, na segunda metade da década de 1980, o que era chamado de triângulo impossível para os Ministros de Finanças e Banqueiros Centrais europeus: a existência concomitante de liberdade de movimentos de capitais, taxas de câmbio fixas e autonomia da política monetária. As décadas de 1980 e 1990 caracterizaram-se por gigantescos aumentos nos fluxos de capitais entre os países. Estes fluxos fizeram com que a autonomia dos países para controle de variáveis-chave de gestão macroeconômica, tais como câmbio e juros, se reduzisse. Além das razões políticas, a leitura ortodoxa dos problemas cambiais europeus pelos próprios levou à conclusão de que uma moeda comum seria o “próximo passo”, a providência a ser tomada para a estabilização econômica. No início de 1988, o Ministro das Finanças francês, Edouard Balladur, segundo Maes

argued in a memorandum of January 1988 that the EMS still had some important defects, notably its asymmetry. Although the Balladur Memorandum focused on adapting the way in which the EMS functioned, it also argued that it was necessary to consider further institutional steps in Europe’s monetary construction. The liberalization of capital movements and the internal market would create an integrated economic area: Logic demands the creation of a single currency zone (BALLADUR, 1988 *apud* MAES, 2007, p. 62-63).

Apesar dos discursos em favor da integração e da especial atenção dada por Helmut Kohl ao tema (e às responsabilidades, inclusive financeiras, da Alemanha, como país líder da região) as mudanças ocorridas na década de 1980, bastante direcionadas para construção de instituições europeias favoráveis ao livre mercado, revelam que as três nações mais ricas da região entendiam que a “convergência” dos padrões sócio-econômicos na CEE se daria através das “reformas” mercadistas: liberalizações, privatizações e desregulamentações e não primordialmente por transferências de recursos entre as regiões. O que é revelador e desconstrói parte dos argumentos dos genuínos federalistas europeus, que nunca estiveram no comando dos principais Estados da região. Para efeito de comparação a “convergência” entre as porções ocidental e oriental da Alemanha, após a reunificação, está sendo realizada com maciças transferências para o lado leste menos desenvolvido. O não comprometimento com transferências maiores para as partes menos desenvolvidas mostra claramente os limites do projeto de integração, que não tem como produzir

“convergência” ou “modernização”, apenas dando vazão aos movimentos do mercado no espaço econômico comum continental. Como descreve Wall

(...) in the Community’s financial system, the community was likely to develop its own ‘north/south’ divide. The first shared interest and task for Britain, France, and Germany would be to ensure that the Community did not become intolerably costly. Convergence between rich and poor would be brought about not by transfer payments, but by modernization of national economies (WALL, 2008, p. 62).

O processo de reunificação da Alemanha tornou-se elemento inseparável das discussões sobre a moeda única europeia. Desejo dos franceses, desde a “germanização” da política econômica promovida por Mitterrand, com início em 1983, e de seu movimento em favor da integração europeia, a partir de 1984, esperavam acordo com os vizinhos do leste com o objetivo de europeizar a gestão do marco, substituindo-o por uma moeda comum regional. A reunificação possibilita esta barganha entre franceses e alemães. Para a liderança britânica, na pessoa de Margareth Thatcher, existiam fortes temores em relação à reunificação alemã³⁹, que esperava evitar. Tal posição, no entanto, além de não ter o endosso francês não encontrava apoio no principal aliado dos britânicos, os Estados Unidos, favoráveis à reunificação desde que a Alemanha ratificasse seus compromissos com a OTAN. Diz Wall

Mrs. Thatcher drew from this belief that German reunification was not inevitable. But, if she had hopes of French support for her own subsequent public hostility to reunification, those hopes were disappointed. (...) he had [Mitterrand] other fish to fry, notably his strong wish to see progress towards EMU – all the more so as German reunification, and the prospect of German economic dominance, became more imminent. (...) By then, President Bush had publicly referred to Mrs. Thatcher, in doorstep remarks outside 10 Downing Street, as ‘his anchor to windward’, a comment that was correctly interpreted by the media as meaning that the United States did not regard her views on what was happening in Germany as being part of the mainstream (WALL, 2008, p. 89).

³⁹ Segundo Judt “A primeira-ministra Margaret Thatcher não escondia seus temores. Em suas memórias, ela relembra uma reunião convocada às pressas com o presidente francês Mitterrand: Tirei da bolsa um mapa que exibia as diversas configurações da Alemanha no passado, o que não pronunciava um futuro dos mais tranquilos (...) [Mitterrand] disse que, no passado, em momentos de grande perigo, a França sempre mantinha relações especiais com a Grã-Bretanha, e que ele achava que estávamos diante de mais um desses momentos (...) Ocorreu-me que, embora não houvésemos descoberto o meio de fazê-lo, ao menos nós dois queríamos deter a destruidora força germânica. Já era um começo” (JUDT, 2007, p. 633).

A Alemanha reafirmou seus compromissos com a OTAN, exigência dos Estados Unidos e acertou compensações financeiras e um cronograma de desocupação militar de sua parte oriental com a União Soviética. Além destes entendimentos os alemães se comprometeram, como preço político pela sua reunificação, a aceitar a demanda francesa por um novo Tratado Europeu que incluísse a previsão de uma moeda comum europeia. Diz Judt a este respeito

Os alemães poderiam se unificar, mas haveria um custo. Uma Alemanha maior, seguindo um caminho independente, ou retomando as suas antigas prioridades de país da Europa Central, estava fora de cogitação. Kohl precisaria se comprometer a desenvolver o projeto europeu sob a égide de um consórcio franco-germânico, e a Alemanha precisaria se submeter a uma união —cada vez mais próxima – cujos termos (notadamente uma moeda europeia comum) seriam estabelecidos num novo tratado (a ser negociado no ano seguinte, na cidade holandesa de Maastricht) (JUDT, 2007, p.634).

Ou ainda, como destaca Kahn (2007, p. 30) “Non seulement la monnaie unique pour éviter la disparité franc/deustchemark, mais aussi, et, surtout, une politique étrangere et de sécurité commune (...)”.

Em 1989, o Presidente da Comissão Europeia Jaques Delors preparou relatório⁴⁰ que foi base do acordado no Tratado de Maastricht, e previa o princípio do gradualismo para consecução do objetivo da união monetária⁴¹. Segundo Ahijado, foi

⁴⁰ Segundo Goodman o *Delors Report* “(...) satisfied the demands for price stability in the Community as well as the desire of Germany’s partners for greater participation in the process of monetary policy-making” (GOODMAN, 1992, p. 205).

⁴¹ L. Randall Wray expôs criticamente, em trabalho anterior à adoção da moeda europeia, a respeito do arranjo institucional adotado na zona do euro, a área da União Econômica e Monetária (UEM) e antecipou os problemas vividos pela experiência europeia de moeda sem Estado “Sob a UEM supõe-se a política monetária divorciada da política fiscal, com um alto grau de independência da política monetária de modo a dar prioridade ao objetivo principal da estabilidade de preços (...) Mais importante, como Goodhart (1997) reconhece, será o primeiro experimento moderno do mundo em larga escala que tentaria quebrar o vínculo entre um governo e sua moeda. A UEM teria uma única moeda e essencialmente uma única política monetária, mas permitiria (em teoria) a cada país operar uma política fiscal (dispêndio e tributação) independente (dentro das restrições mencionadas). Mais importante, pretende-se que este arranjo corte para sempre a possibilidade que um governo possa usar a política monetária para escapar de uma política fiscal errática, por exemplo, emitindo dinheiro pelo banco central para financiar déficits excessivos. A política fiscal ficará sujeita aos critérios de Maastricht (com penalidades aplicadas aos déficits excessivos) e às ordens do mercado (uma vez que os tesouros não podem recorrer aos bancos centrais para vender títulos governamentais que os mercados privados não querem). (...) A relação dos países membros com a UEM é mais parecida com a relação dos tesouros dos estados membros dos Estados Unidos com o FED do que a do Tesouro dos Estados Unidos com o FED. Nos Estados Unidos, os estados não tem poder de criar dinheiro; tributos realmente ‘financiam’ o dispêndio estadual e os estados realmente têm de tomar empréstimos (vender

estabelecida a criação do Banco Central Europeu, uma ideia franco-italiana, que, para ter o apoio do governo alemão e do *Bundesbank*, seguiu suas diretrizes para gestão da moeda propondo que “modificar-se-iam os estatutos dos bancos centrais para torná-los independentes dos governos e das suas políticas econômicas” (AHIJADO, 1997, p.110).

O relatório do Comissário Delors teve seu embasamento intelectual no chamado relatório Emerson, elaborado pela burocracia da CEE, o qual ficou conhecido como *One Market, One Money*. Dentre as vantagens elencadas pelo relatório em defesa da constituição da moeda europeia estão, conforme citado por Ajihado

- 1) eliminação da incerteza dos valores das taxas de câmbio dos países comunitários, o que seria favorável para os fluxos internacionais de comércio e investimento; 2) redução de diferenciais de taxas de juro entre os países, embora persistam diferenciais de solvabilidade e ganhos para o crescimento do PIB no longo prazo; 3) supressão dos custos de transação relacionados ao câmbio; 4) a consolidação do mercado único; 5) maior controle da inflação e menores diferenciais de preços entre as regiões; 6) potencial aumento de investimento decorrente de expectativas favoráveis; 7) maior papel internacional da moeda europeia com potencial para concorrer com o dólar como moeda reserva; 8) redução das reservas de ouro e divisas (segundo o relatório, uma poupança de 200 bilhões de dólares); 9) maior peso da UE nas negociações de cooperação e coordenação internacional (AJIHADO, 1997, p. 118-119).

títulos aos mercados) a fim de gastar mais do que as receitas tributárias. As compras de títulos estaduais geram preocupações relacionadas ao crédito – a solvência dos estados e sua capacidade de incorrer déficits dependem, ao menos em parte, das percepções de risco do mercado. Como Goodhart assinala (1997) assinala, o estado norte-americano com a pior avaliação de crédito em 1994 era a Louisiana, com uma relação de serviço de dívida para receitas de 11,5%. Em contraste, a Alemanha tinha uma relação de 17,8%, enquanto a Itália tinha uma relação de 50% - e presumivelmente ninguém operando em mercados privados acreditaria que a Louisiana era um risco de crédito melhor que a Alemanha ou mesmo a Itália. A razão, naturalmente, é que os mercados reconhecem que os tesouros de nações soberanas têm a capacidade de emitir dinheiro, ao passo que os estados individuais dos Estados Unidos não tem. Embora seja certamente verdade que a Louisiana pode recorrer à ajuda do governo dos Estados Unidos quando necessário, não é assim tão claro que os países individuais da UEM serão tão afortunados. Como corretamente indicado, a UEM terá um banco central (o BCE), mas ele não terá uma área fiscal. Seria muito mais como os Estados Unidos, que operassem com um FED, mas somente com tesouros de estados individuais. Será como se cada país membro da UEM fosse tentar operar a política fiscal numa moeda estrangeira; dispêndio deficitário requererá a tomada de empréstimos naquela moeda estrangeira de acordo com as determinações dos mercados privados (WRAY, 1998, p. 112-114). Se um governo não tem seu próprio banco central contra o qual possa emitir cheques livremente, seu gasto só pode ser financiado por operações de mercado aberto em competição com os agentes privados, e isso pode provar ser excessivamente caro ou mesmo impossível, particularmente sob condições de ‘extrema emergência’ (...) O perigo, então, é que a restrição orçamentária com a qual os governos estão comprometidos individualmente espalhe um viés deflacionário que bloqueie a Europa como um todo numa depressão da qual ela será impotente para erguer-se” (GODLEY, 1997 *apud* WRAY, 1998, p. 114).

Dentre as críticas a estes prognósticos avalia-se que as vantagens são bastante exageradas e os custos subestimados. Avalia-se que a tão propalada vantagem da eliminação dos custos de transação teria impactos pequenos e que o esforço dos países para a redução de déficits públicos (com vistas a atender os critérios de convergência de Maastricht) teria elevado os já altos índices de desemprego. A política monetária, bastante conservadora, submeteu, portanto, a partir do Tratado de Maastricht as políticas fiscais nacionais a limitações; não seriam possíveis políticas fiscais nacionais expansionistas para contrabalançar períodos recessivos em determinadas regiões. Ou ainda, segundo Letessier, Silvano e Soin

Les modalités de la mise en place de l'euro définies dans le traité de Maastricht ont conduit à une certaine perte d'autonomie des politiques économiques des pays membres engagés dans un processus de convergence. La politique monétaire est du ressort de la BCE. L'objectif prioritaire qui lui est assigné est la stabilité des prix. La politique monétaire ne peut donc a priori être —accommodante. La référence est explicitement neo-classique. (...) Le pacte de stabilité et les critères de convergence qui s'incrincent dans cette logique placent d'une certaine manière les politiques budgétaires nationaux sous la tutelle de la politique monétaire (LETESSIER; SILVANO; SOIN, 2008, p. 93).

A década de 1980, com suas mudanças nas esferas geoeconômica e geopolítica propiciou a existência da moeda comum europeia. Do “duplo movimento”, articulado, de afirmação da hegemonia do dólar e do sistema financeiro americano e, da agressiva política dos Estados Unidos de “escalada” militarista contra a URSS surgem os problemas com os quais se defrontou o Sistema Monetário Europeu: um ambiente financeiro internacional cada vez mais desregulamentado e com maiores volumes de transações especulativas, fruto das políticas financeiras liberalizantes americanas, hostil, portanto, a um esquema de coordenação como o SME; e na geopolítica, o esfacelamento do bloco socialista comandado por Moscou, resultado do belicismo da presidência de Ronald Reagan, abriu espaço para a reunificação alemã. Da liberalização financeira e, principalmente, da posição alemã no contexto geopolítico europeu, nasceu o euro. O próximo capítulo se dedicou a explicar as negociações para o Tratado de Maastricht, que levaram à criação da União Europeia e previram, para 1999, a existência da moeda comum do continente.

5 A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA, AS NEGOCIAÇÕES PARA O TRATADO DE MAASTRICHT E A CRIAÇÃO DO EURO

Os acontecimentos do dia 9 de novembro de 1989 provocaram uma inflexão na conjuntura política europeia e mundial. A queda do muro de Berlim, ocorrida nesta data e a independência dos Estados da Europa Central, que já vinham ocorrendo trouxeram grandes alterações no cenário político do continente. E também na balança de poder.⁴² Para a Europa Ocidental a mudança histórica abriu a perspectiva do “alargamento” para o Leste. O enfraquecimento e posterior esfacelamento da URSS com a confirmação da vitória americana na Guerra Fria, portanto a consequente ascensão dos EUA a uma posição incontestada de hegemonia global fez também com que os respectivos *establishment* políticos de França e Alemanha percebessem que se fazia necessário manter, como contrapeso, a coesão política⁴³ entre os dois sócios principais do projeto europeu de integração.

⁴² A este respeito diz Anderson “To many observers, these events confirmed elemental postwar continuities. For forty-five years after the end of World War II, West Germany relationship to Europe resembled a virtuous circle in stable equilibrium: the Federal Republic drew economic prosperity and political legitimacy from its membership in a larger European project, which in turn gained strength from Germany’s constructive engagement on the continent. The contrast with the pre-war Europe could not have been more stark. And yet is good reason to peer more closely into this comfortable and still intact fit between Germany and Europe, if only because so much of the postwar landscape has changed since the collapse of the Berlin Wall on November 9, 1989. Internationally, Cold War constraints on German foreign policy vanished with astonishing rapidity. Where once the mighty Warsaw Pact alliance stood poised on West Germany’s doorstep, the settling dust now revealed a collection of fledgling democracies seeking to free themselves from a mortally weakened Soviet empire” (ANDERSON, 1999, p. 01).

⁴³ Diz Calleo, a respeito da aliança franco-germânica, após o fim do Império Soviético “The unexpected sudden collapse of the Soviet Union naturally ended this tripolar balance and thereby severely challenged the two poles that remained. How, for example, was American military hegemony to be justified without a Soviet threat? Or how was Franco-German partnership to continue, now that Germany was reunited, Russia weak, and Eastern Europe wide open? How were NATO and the EU to fit together within the new Pan-European space? Recognition of these challenges prompted the French and German leaders of the time, François Mitterrand and Helmut Kohl, to press for major new steps toward European integration, sketched in the Maastricht Treaty of 1992. The first fruit of their joint strategy was European Economic and Monetary Union (EMU) – a project that advanced Europe’s economic integration without directly challenging American military protectorate. But Maastricht’s other major project – Common Foreign and Security Policy (CFSP) – implied major changes in NATO that pointed toward ending American management of European security problems. It implied returning to a European system that was once more autonomous” (CALLEO, 2001, p. 167).

A Alemanha estava preocupada em estabilizar e expandir sua zona de influência para a Europa Oriental⁴⁴ e a França determinada em evitar que o parceiro ocupasse (ou ao menos evitar que ocupasse sozinho) o espaço deixado no Leste Europeu com a queda da União Soviética. O ambiente geopolítico que havia vigorado nas décadas precedentes havia se alterado dramaticamente⁴⁶. Sem a presença da União Soviética e de seus satélites na Europa Oriental o equilíbrio de poder entre França e Alemanha havia pendido para os alemães.

⁴⁴ Martens sintetiza a preocupação alemã com a estabilidade política na Europa, no cenário dado pela queda do muro de Berlim e também suas intenções de expansão de sua zona de influência para o Leste Europeu e construção de novas relações com a Rússia “Le Government du Chancelier Kohl est convaincu que l’élargissement de la CE vers l’Est est nécessaire, nous seulement pour des raisons de devoir moral, mais aussi et surtout en vue du maintien de la stabilité politique et économique du continent. Il est de l’intérêt vital de l’Allemagne de se trouver dans une position sûre au centre de l’Europe, préservée en même temps par son ancrage occidental et par l’ouverture à l’Est des institutions occidentales, car Il s’agit d’avoir des partenaires ‘occidentaux’ à l’Est. Si le Chancelier Kohl insiste sur la nécessité de mener en parallèle les débats sur l’élargissement et la réforme de l’UE – dans sa déclaration devant le *Bundestag*, le 11 novembre 1993, juste après l’entrée en vigueur du traité de Maastricht, il plaide clairement en faveur de la construction politique de l’Europe – la priorité allemande est l’élargissement de l’UE à tout prix à ses voisins à l’Est. A ce titre, la nouvelle qualité des rapports entre Bonn et les capitales est-européennes se manifeste aussi par le fait que la politique allemande n’est pas centrée, de manière bilatérale, sur des rapports d’Etat à Etat, mais entend prendre en compte un ensemble d’Etats ayant un intérêt diplomatique égal. (...) l’Allemagne entend jouer le rôle de ‘médiateur’ entre les États-Unis et la Russie; l’Acte fondateur des relations entre l’OTAN et la Russie, signé à Paris le 27 mai 1997, est en grande partie dû à l’intercession allemande. Aujourd’hui – como hier – la sécurité en Europe, du point de vue allemand, ne peut être atteinte qu’avec et non contre la Russie.” (MARTENS, 2006, p. 141-142).

⁴⁵ Sobre a questão fundamental das relações entre Alemanha e Rússia e a estabilidade política da Europa Central, diz Kupchan “Rather than viewing developments inside Central Europe’s as being the key determinant of relations between Germany and Russia, I view relations between Germany and Russia as being the key determinant of security in Central Europe. World Wars I and II started in Central Europe not because little wars in the region spread into big ones as a matter of course, but because the region was the location of geopolitical rivalry among Europe’s great powers. (...) Central Europe’s welfare will follow from, and not be determinative of, relations among the Continent’s major states” (KUPCHAN, 1997, p. 216-217).

⁴⁶ A ordem sobre a qual foi construída a Comunidade Europeia estava assentada nos acordos que visavam primordialmente segurança. Sobre qualquer ilusão acerca de um “poder civil europeu”, divorciado das questões geopolíticas, diz Wallace “This successful European regional order to which other promoters of regional integration look is, of course, *not* Europe as a whole but Western Europe – and not even Western Europe as a whole, but those West European countries (at first a small core group) which came together to form the European Communities. The history of European integration is itself a contested area, with its own myths and debunkers. One of the central myths is that of Western Europe as a ‘civilian power’, pursuing economic objectives without the need for Clausewitzian power politics. The central reality was that West European integration was rooted in a wider security framework, and constructed in large part around the security dilemmas which faced France, the Low Countries, and a divided Germany” (WALLACE, 1995, p. 208).

Tornar possível a continuidade da aliança franco-germânica⁴⁷⁴⁸ no pós-guerra fria e compatibilizar a reunificação da Alemanha e a integração europeia eram os desafios que se colocavam para os líderes europeus naquele período.

A posição francesa a favor da moeda europeia fortaleceu-se com a queda do muro. Como anteriormente mencionado, os alemães não poderiam se reunificar sem estabelecer acordos com as “Potências do Tratado”, ou seja, as potências que ocuparam o país ao final da Segunda Guerra Mundial. A França utilizou esta nova situação histórica para barganhar sua aceitação da reunificação alemã com a condição de que Kohl se comprometesse com uma moeda comum. Importante nesta questão salientar a mudança de posição da Holanda, o que fornece mais uma evidência da ligação entre a geopolítica e a economia. Os holandeses normalmente apoiavam as posições alemãs na CEE, por razões institucionais e econômicas, e até então defendiam um processo gradual para uma futura União Econômica e Monetária. Porém, tendo em vista a questão fundamental do futuro da Alemanha no continente, endossaram as propostas francesas de aceleração do processo de criação da moeda comum. O Chanceler alemão, em princípio, não queria assumir compromissos com prazos para o estabelecimento da moeda europeia, pois temia prejuízos eleitorais aos Democrata-Cristãos (CDU) nas eleições de dezembro de 1990, além de, na visão

⁴⁷ Segundo Baun “Perhaps more than any other country, France stood to lose from unification and the end of the cold war. Not only would a united Germany be larger than France, but the end of the cold war meant a removal of international constraints on German sovereignty that had been in place for the previous four decades and that had given Paris important advantages in its bilateral relations with Bonn. At the same time, the shift from a security order dominated by military power and concerns to one based on economics favored the German civilian power over the French nuclear state. In the new Europe, in other words the value of the D-Mark would be significantly enhanced relative to that of the bomb. To compensate for these developments, France sought a deepening of EC structures, which would allow it to retain some influence and control over its powerful neighbor. At the same time, France feared that an EC that neglected further integration and remained instead a simple trading bloc would be more capable of being dominated in the future by Germany, and that within such a Community, France’s own national standing would be even further diminished” (BAUN, 1996, p.609-610).

⁴⁸ No cenário pós-URSS para França e Alemanha se colocou a questão das relações entre a Rússia e a Europa. A respeito deste tema, diz Andréani “Russia belongs to Europe by virtue of geography, but is, at the same time, much more than a European country. She is both an asian and global power. The metaphor of a Europe from the Atlantic to the urals reflects this reality. Russia has a role to play in Europe, but is never going to be tightly integrated into Europe. Immensely important as she is to France, and even more so to Germany, Russia is both inside and outside of Europe” (ANDRÉANI, 1998, p. 30).

dominante da elite política do país, a moeda regional não ser necessária e oferecer poucos benefícios econômicos à Alemanha. Como explica Garret

Let us begin with the preferences of the critical player of the EMU negotiations: the German government of Helmut Kohl. The most important to note here is that the government was quite satisfied with the EMS status quo. Germany possessed considerable macroeconomic autonomy in the ERM as the *n*th currency in a de facto ‘n-1’ fixed exchange rate regime. So long as the currency markets viewed the deutsche mark as ‘good as gold’ – and this seemed not to have been shaken by the massive economic costs of German unification – the German government could set its own fiscal policy, and the Bundesbank could maintain its preferred monetary policy, while policymakers in other ERM member states were constrained to follow the German lead. (...) On the basis of economic dimension of monetary politics in Europe, one would have expected the German government to have been in very strong position to impose its preferences to the countercore. The German government was quite satisfied with the EMS. It had an economic rationale to support a move to EMU, but these incentives were far smaller than those for the governments of the countercore, which were suffering badly at the hands of the Bundesbank within the ERM (GARRET, 2001, p.118-121).

E também Crawford

Why did Germany agree to participate in – indeed help instigate the plan for – EMU? Why did agree to complete monetary union, making unprecedented domestic sacrifices to do so? (...) The EMS worked well. It provided Germany with a stable trading order in Europe and leadership over D-mark zone. In contrast to the EMU, it preserved Germany’s monetary and economic sovereignty within a multilateral regime. In retrospect, EMU, as originally planned, usurped sovereignty in unacceptable ways. EMS was supported by the powerfull German Bundesbank and by German public opinion, while both – at various times – voiced strong opposition to EMU (Bulmer, Jeffery, and Paterson, 1996, p. 93). But the German government steamrollered over both the public and the Bundesbank to help lead the move toward the much more restrictive EMU arrangement (CRAWFORD, 2007, p. 103).

Apesar de muito relutar, Kohl concordou com a realização de uma Conferência Intergovernamental para discussões sobre uma futura moeda europeia e, como compensação, conseguiu o compromisso de François Mitterrand de que se realizariam reformas institucionais na CEE. Mitterrand havia dito, pouco antes, que estas discussões seriam uma “segunda fase”, após as discussões sobre a moeda, tentando adiar as discussões sobre reformas institucionais. Kohl, por sua vez, resistiu em assumir compromissos com o projeto da moeda única até o último momento.

Apesar dos compromissos entre França e Alemanha no encontro europeu de Estrasburgo, em 8 e 9 de dezembro de 1989, Paris entendia que os entendimentos entre as duas Alemanhas⁴⁹ sobre a reunificação, expressados no “Programa de Dez Pontos”, de 28 de novembro do mesmo ano, apenas 20 dias após a queda do muro e feitos à sua revelia, a colocariam em condição de grande desvantagem na política europeia. Os meses seguintes seriam de difíceis relações entre os governos francês e alemão pelas disputas acerca dos rumos da reunificação alemã. Mitterrand, por sua vez, reagiu a estes movimentos com discursos e atitudes que esboçaram uma estratégia de resistência à reunificação. O encontro de Mitterrand com Gorbachev em Kiev, em 6 de dezembro de 1989, e a visita do líder francês à Alemanha Oriental, também em dezembro de 1989 e nos mesmos dias da primeira visita de Kohl à Alemanha Oriental, com discursos do líder francês favoráveis à “autodeterminação” do povo alemão, todavia cobrando que se levasse em consideração o “equilíbrio europeu”, geraram grande insatisfação entre os alemães. No início de 1990 embora se dissesse favorável à reunificação e ao processo de unificação monetária entre as divisas das duas Alemanhas, Mitterrand colocou-se ao lado da liderança polonesa e destacou o respeito à fronteira entre Alemanha Oriental e Polônia como condição para a concretização da reunificação. Explica a este respeito Baun

The compromise achieved by EC leaders at Strasbourg did not end the tensions between Bonn and its neighbors, however. In particular, despite the conciliatory rhetoric after the summit, there had emerged a growing rift between Germany and France over the issue of unification. Paris was irritated at not being consulted about inter-German developments and felt increasingly powerless and in danger of being pushed to the sidelines of European politics. For this reason, in the initial months after the opening of

⁴⁹ A unificação monetária das duas Alemanhas ocorre com um forte componente político na definição da taxa de câmbio entre as duas partes para a adoção do marco pelo lado oriental. Economistas, o Bundesbank e representantes empresariais defendiam taxa de câmbio mais depreciada para a divisa oriental em relação à ocidental (como, por exemplo, 4 por 1) que transformasse o lado oriental em produtor a custos baixos. Esta política junto às privatizações e um longo período de transição deveriam reger a transição para a unificação monetária. Kohl sabia que isto não era politicamente viável e sustentou uma transição rápida. Segundo Jarausch “The reason for fast action was ‘above all its political effect.’ The quick introduction of the DM would reassure the East that ‘we are ready to take a decisive step towards German unity.’ (...) For the West transfer payments and consumer demand raised the specter of inflation. For the East shock therapy threatened widespread bankruptcies. But Helmut Kohl persuaded his reluctant cabinet to override expert objections in order to channel GDR hopes toward unification: ‘Because of the dramatic events I now consider this path both possible and necessary’” (JARAU SCH, 1994, p. 143-144).

the Wall, the French government flirted with the strategy of blocking German unification. (...) Mitterrand sought to use the issue of Poland's border with East Germany as a lever to influence inter-German developments. (...) he stressed the need for formal recognition by Germany of the Polish border as a precondition for unification (BAUN, 1996, p. 614-615).

Como destacado, nestes meses, entre a queda do muro de Berlim em novembro de 1989 e março de 1990 as relações entre França e Alemanha não se encontravam em seus melhores momentos. Contudo, a despeito dos problemas, as conversações entre os países sobre união monetária e união política avançaram. Os franceses fizeram importante concessão aos alemães e concordaram em discutir os temas institucionais europeus em conjunto com a união monetária. A vitória de Kohl e dos Democrata-Cristãos (CDU) nas eleições de março de 1990, na Alemanha Oriental, também influenciou. Para o entendimento do governo francês a reunificação colocava-se então como realidade inevitável e a política a ser perseguida era atar firmemente a nova Alemanha reunificada à Comunidade Europeia.

É preciso, contudo, matizar o interesse alemão em “aprofundar” as instituições europeias, como comentado em outros momentos deste texto. Publicamente o Chanceler alemão se dizia favorável à união federal europeia, porém trabalhou pelo fortalecimento do Conselho Europeu em relação à Comissão e outras instituições europeias. A instituição intergovernamental do Conselho, esta ocupada pelos Chefes de Estado e de Governo europeus, então fortalecida, continuaria dando à Alemanha possibilidade de exercer grande influência. O “federalismo” alemão buscava, de forma bastante pragmática, instituições e regimes regionais em que pudesse consolidar suas vantagens econômicas e políticas.

A ideia de uma “união política europeia”, em consonância com seus interesses nacionais, colocou-se no pós-guerra como objetivo de política externa alemã e como estratégia de longo prazo. A reunificação alemã passa a ser defendida por Bonn como “catalizador” da aceleração da unificação europeia em direção a uma união política. Para tanto, os alemães defendiam o fortalecimento do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu, onde advogavam o uso mais frequente do voto majoritário. Na visão francesa permanecia a defesa de uma Europa confederal com moeda, política externa e de segurança comuns. A elite política do país passou a aceitar a reunificação,

porém desde que com “paridade institucional” na Comunidade. As instituições europeias não poderiam ser modificadas para “acomodar” o aumento populacional decorrente da reunificação alemã. Havia preocupações especialmente com um aumento do número de cadeiras alemãs no Parlamento Europeu.

Após reunião entre Kohl e Mitterrand, em abril de 1990, na cidade de Dublin, elaborou-se carta enviada aos demais Estados defendendo o avanço da integração e a criação de áreas de decisão comum. Mitterrand surpreende então ao falar em “finalité federaliste” para o bloco europeu. Neste encontro se acordou que a reunificação alemã ocorreria sem a necessidade de renegociação anterior dos Tratados Europeus e que haveria incremento na ajuda financeira aos países da Europa Central e do Leste. Nas palavras de Garret

There is little doubt that in the period up until the all Germany election in December 1990, Kohl was prepared to trade acquiescence in a rapid movement towards EMU (and political union) for the acceptance by the other EC members of rapid German unification (such as allowing the new Germany into the EC without any revisions of EC treaties). Indeed, it was in the calendar year 1990 that the firm pro-EMU (and pro-political union) alliance was formed between Kohl and Mitterrand [CAMERON, 1992b, pp, 40-43]. But the Maastricht treaty was not signed until December 1991 – one year after the process of German unification was formally complete and internationally recognized. (...) German interests changes significantly in the wake of the implosion of the Soviet bloc in 1989, moving beyond the short-term goal of gaining international acquiescence in German unification [ANDERSON AND GOODMAN, 1993]. The clearest manifestation of these new German interests was the importance the government attached to convincing not only these European neighbours but also the U.S that unification would not be the harbinger of a bellicose remilitarization; creating powerful institutional ties to the EC was viewed as the best way to achieve this end. The economic consequences of the momentous events of 1989-1990 were at least as significant as these security concerns. In virtue of its geographic location, the historical ties of East Germany to the former Soviet bloc, and unified Germany's position as the economic hegemon in Europe, the German government of necessity had to play a central role in dealing with the problems that arose from the revolutions to the east. The government committed itself to a very large aid program to Russia in return for the latter's acquiescence in unification. It made this largest contributions of aid and other forms of economic assistance to the emergent capitalist democracies in Eastern Europe (GARRET, 2001, p. 122).

Em 22 de junho de 1990, os dois líderes se encontraram novamente em Bingen-Büdesheim, Alemanha, em preparação para encontro europeu em Dublin que ocorreu poucos dias depois, 25 e 26 do mesmo mês, e definiram que nesta reunião

deveria se ratificar, com os demais líderes europeus, a previsão da realização de duas Conferências Intergovernamentais, uma sobre reformas institucionais e outra sobre a união monetária, para dezembro do ano de 1990, na cidade de Roma.

Para o governo Kohl, por razões de política interna, era bastante relevante que, como contraponto à concessão de abandonar o marco, se estabelecesse que seriam discutidas reformas institucionais. Embora não tenha conseguido vincular o avanço das discussões na questão monetária às reformas institucionais, como inicialmente defendia, Kohl acordou com Mitterrand que ambas seguiriam paralelamente. Não foi fácil, contudo. Os dirigentes do *Bundesbank* expressaram sérias reservas ao projeto da moeda comum, com o argumento de que primeiro os países deveriam alcançar padrões germânicos de inflação, taxas de juros e nível de endividamento antes da integração monetária completa. O período para a transição precisaria ser mais longo. Outra alternativa, defendida pelo Banco Central alemão, era a de que o processo deveria prosseguir em “duas velocidades” com um grupo menor de países composto de Alemanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, dotados de grande convergência macroeconômica, fazendo parte num primeiro momento e um segundo grupo, os demais integrantes da Comunidade Econômica Europeia, após atingirem estes *standards*, podendo então também integrar a área da moeda comum. A oposição do *Bundesbank* ao projeto da união monetária teve algum resultado. Kohl e outros membros do governo passaram a expressar publicamente dúvidas sobre as datas dos estágios de transição à futura união monetária, o que gerou incerteza nos demais europeus sobre as reais intenções de Bonn a respeito do tema e de seu compromisso com a Europa. O Comissário Europeu Jaques Delors expôs claramente o descontentamento com a indefinição alemã. De acordo com Baun

In a warning to the German government issued in September, Commission President Delors admitted that setting firm dates for EMU was a ‘way of testing Germany’s commitment to economic and monetary union,’ and that this was necessary to ‘bind Germany into Europe irreversibly.’ Delors went on to question the commitment of Germany to further European integration by asking, ‘Do the Germans really want economic and monetary union? Quite frankly, I often wonder (BAUN, 1996, p. 618).

Em outubro de 1990, Kohl comunicou ao Primeiro-Ministro italiano, Giulio Andreotti, então Presidente do Conselho Europeu, que poderia, naquele momento,

aceitar estabelecer datas para os próximos estágios da União Econômica e Monetária. Expressou também que não poderia fazê-lo em dezembro, no encontro europeu de Roma, paralelamente às eleições federais alemãs. Os demais líderes europeus aproveitaram a oportunidade. Em reunião especial da CEE em Roma nos dias 27 e 28 de outubro acordou-se que o segundo estágio da União Econômica e Monetária se iniciaria em janeiro de 1994. Este arranjo consistiria em completar o mercado único europeu que teria seu início em 1992, iniciar o processo que daria independência aos bancos centrais da região no início do terceiro estágio e estabelecer limitações para a política fiscal dos Estados Nacionais. Ficou decidido também que, no início do segundo estágio seria criado o Instituto Monetário Europeu, embrião do Banco Central Europeu e que a terceira fase se iniciaria dentro de três anos a partir do lançamento da segunda fase. Esta reunião estabeleceu os parâmetros gerais e datas para a transição em direção à moeda única, o que teve grande relevância prática e simbólica. Inúmeras questões técnicas foram definidas *a posteriori*.

A carta franco-germânica, escrita no encontro dos líderes dos dois países, em Dublin, para os demais governantes europeus, foi base das discussões nas conferências em Roma, nos dias 14 e 15 de dezembro de 1990, início oficial do processo político que durou quase três anos e necessitou de aprovações dos parlamentos nacionais e, em alguns casos, referendos populares para sua legitimação.

Sob sua presidência na Comunidade Econômica Europeia, no primeiro semestre de 1991, Luxemburgo não queria marginalizar a Grã-Bretanha, esta contrária a qualquer ideia de união política ou união monetária, e defendia que o novo Tratado Europeu devia estar assentado em três pilares de diferentes princípios. As negociações, porém, avançavam. Em maio de 1991 em reunião com Kohl, o líder espanhol Felipe Gonzáles declarou apoio aos planos alemães, e disse que a união política é inseparável da união econômica. Madri defendeu os esforços de coordenação econômica em conjunto com uma nova estrutura política em nível europeu. O período da presidência de Luxemburgo, no entanto, assistiu a um esfriamento nas relações franco-germânicas. O motivo foi o conflito na Iugoslávia. Os franceses eram mais próximos aos sérvios e defendiam que a Iugoslávia se mantivesse unida enquanto os alemães tinham relacionamento mais estreito com os croatas e propuseram a divisão do país.

A partir da ascensão de John Major ao cargo de Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, alemães e britânicos viveriam melhores relações, depois dos problemas diplomáticos gerados pela decidida resistência de Thatcher à reunificação da Alemanha. Os alemães saudaram a nova política “europeísta” de Major e pragmaticamente propuseram uma união política sem menções a “federalismo”, com o compromisso de respeitar os limites das diferentes legislações de cada país. No entanto, apesar das boas relações, não havia a ideia de novamente se buscar um “trilateralismo” no comando das instituições europeias. O aceno aos britânicos, por parte dos alemães, tinha também o intento de pressionar a França. Contudo, no entender tanto de alemães como de franceses, aproximar os britânicos da Europa seria uma maneira de tentar distanciá-los, em alguma medida, dos EUA, aliança que indiretamente atrapalhava os planos franco-germânicos para um sistema de defesa europeu menos dependente da OTAN.

A “federalização” em curto espaço de tempo, defendida por alemães e holandeses e a “Europa de duas velocidades”, proposta pelos últimos no campo econômico e monetário encontraram oposição francesa. O plano holandês previa três fases para a unificação monetária e defendia que aqueles países que não atingissem os objetivos propostos seriam temporariamente derogados. Propuseram também que em 1996, seis ou mais membros que atingissem as metas comunitárias poderiam adotar a moeda em dois anos, no que concordavam o Ministro das Finanças alemão e o *Bundesbank*. A França, os Estados do sul, Itália em particular, e o Comissário Jaques Delors criticaram o plano e defenderam o princípio de que todos os Estados deveriam ter o mesmo objetivo⁵⁰. Os Estados do sul europeu temiam ficar de fora da união monetária. A Grã-Bretanha saudou o plano e defendeu a ideia da não obrigatoriedade

⁵⁰ Diz Portes, a respeito das implicações geopolíticas da questão “Even if Germany were willing, so this solution would involve Maastricht- style power sharing in ECB, and even if France were there, the creation of northern European monetary club would raise serious geopolitical problems. France itself might hesitate to enter any such grouping without the counterweight of the other Latin countries – and indeed, the UK. There is here a potential *political* ‘fault line’ that raise many difficult issues. If it opens up, the southern countries will no longer be taken seriously. Conversely, the Franco-German alliance would under such conditions be a very unequal partnership. Could France settle comfortably into the Protestant north? Germany looks mainly East, France is increasingly preoccupied with the problems in the South (security issues, migration from the Maghreb, Islamic fundamentalism) that are also important for the Community as a whole. A strictly Franco-German monetary union (Pisany-Ferry, 1992) would encounter some of these problems as well” (PORTES, 1993, p. 14).

de adesão à moeda comum no terceiro estágio. O protagonismo holandês, Estado pequeno na CEE, em seu período na presidência da Comunidade, no segundo semestre de 1991, incomodou os franceses que, como antes mencionado, se opuseram à suas propostas. Embora os holandeses estivessem mais próximos dos alemães não encontraram apoio a seus intentos federalistas, pois para a Alemanha sempre interessou uma estrutura “federal” assimétrica.

Esta intenção estava expressa na proposta de elevar a participação alemã no Parlamento Europeu em dezoito cadeiras, por conta do aumento populacional propiciado pela reunificação, o que gerou insatisfação, especialmente dos franceses. Mitterrand tinha receios de uma “Europa germânica” e junto ao Primeiro-Ministro italiano Giulio Andreotti propôs a criação de um Senado Europeu, com igual representação dos Estados Nacionais, o que não foi aceito pela Alemanha. Kohl aceitou o aumento de cadeiras dos demais Grandes Estados (França, Itália e Grã-Bretanha) no Parlamento Europeu com a condição de que fosse um número menor do que o concedido à Alemanha. A raiz dos embates, e da piora das relações franco-germânicas, tanto nos assuntos institucionais como na questão monetária estava no novo cenário dado pela reunificação da alemã.

Apesar das divergências e dificuldades havia claro comprometimento dos dois países líderes do processo em dar continuidade à integração. O debate com os EUA acerca da segurança europeia também ajudou a manter a parceria entre os dois países. Como salienta Pedersen

The parallel debate with the USA on the future of European defence undoubtedly helped weld the two European states together. At the end of November summit the two leaders both tried to whip up a crisis atmosphere, Kohl talking about a ‘historic opportunity’ and ‘the risk of setting back the European integration for more than a generation’ and Mitterrand saying that a ‘failure to reach agreement in Maastricht would be the beginning of the downfall of the Community and mark the return of competitive nationalism (PEDERSEN, 1998, p. 148-149).

A Grã-Bretanha propôs uma série de emendas ao texto que viria a ser o preâmbulo do novo Tratado Europeu. Expressões como “federal goals” ou qualquer outra que fizesse alusão a um comprometimento com uma moeda comum foram descartadas. A Alemanha entendia que os britânicos poderiam não aderir àquilo que

não quisessem, porém não queriam consagrar o princípio da “geometria variável”⁵¹ na Comunidade. Major aceitou o direito de co-decisão no Parlamento Europeu para as questões do mercado europeu, mas não para assuntos judiciais, políticas sociais e outras questões internas nacionais⁵²⁵³.

Nas discussões acerca do formato institucional da União Econômica e Monetária, embora os franceses defendessem um “governo econômico europeu”, como sempre fizeram desde as primeiras negociações para a integração o conteúdo não era exatamente o mesmo. Diferentemente das propostas das décadas de 1950 e 1960 que desejavam planejamento econômico em nível europeu (o que, especialmente por resistência alemã, nunca ocorreu) o “governo econômico europeu” dos socialistas convertidos ao liberalismo econômico consistiria no aumento da cooperação entre os

⁵¹ Segundo Forster, sobre a estratégia britânica nas negociações para a União Econômica e Monetária “Behind the cloak of the hard ECU plan and public opposition to the principle of a two speed Europe, he was therefore increasingly thinking in terms of securing an opt-out provision which left it to individual states to decide whether and when they should join a single currency. This was a somewhat weaker position than the one he had adopted six months earlier, when he had thought in terms of an opt in for those who wanted a single currency rather than an opt out for countries who did not. To London the strategy was seen as the best means to allow the British government to take an active part in the negotiations and potentially shape the outcome, but permit it to post-pone a decision whether to participate in a single currency” (FORSTER, 1999 p. 58).

⁵² Forster destaca as divisões internas no Partido Conservador (a posição da liderança, no caso John Major, era eurocética) e entre a elite econômica britânica a respeito do projeto da moeda europeia “Although there was a high degree of support for these objectives across the Conservative Party, it must be noted that this support was something of an optical illusion. The fact was that the support stemmed largely from the ambiguity of the hard ECU plan. To the left wing, the plan represented a recognition of the need to move albeit slowly towards EMU, while to the right wing its original credentials as an alternative to EMU assuaged concern about the implications of EMU for national sovereignty. Outside Westminster opinion was also very divided. One of the City’s concerns was its importance as a financial centre in relation to Frankfurt. Some City figures feared that the government’s nuanced position would diminish British influence if it did not accept idea of a single currency. Others in the City opposed a single currency, but feared the consequences if it came about. The Confederation of British Industry had shifted its stance in the second part of 1989 from tacit to explicit approval of the principle of a single currency, but counseled caution” (FORSTER, 1999 p. 59-60).

⁵³ Eltis trata da desconfiança nos partidos políticos britânicos acerca de uma possível adesão do Reino Unido ao euro e dos interesses da City londrina nesta questão. Segundo o autor a soberania era a questão principal dos debates políticos sobre o euro, sem menções à vulnerabilidade existente no projeto da moeda comum. “The Conservative Party in Britain has been undermined for almost a Parliament by the debate on the merits of British participation in EMU. This debate was mainly about the Single Currency’s implications for national sovereignty, without any recognition of its potential vulnerability. (...) Prudence is likely to prevail, especially as there are some in the Labour government who are as suspicious of EMU as the most skeptical Conservatives. (...) If Britain remains outside EMU, the City of London will retain the same opportunities as Switzerland to be one of the world’s leading financial centres. (...) The City of London was vastly more international financial business than Frankfurt and Paris combined and the advantages which have produced this will remain, and even grow if the Euro proves vulnerable” (ELTIS, 2000, p. 174).

Estados e do reforço dos mecanismos institucionais europeus já existentes que propiciassem a devida fiscalização das políticas econômicas nacionais, as quais deveriam seguir as linhas gerais determinadas pelo Conselho Europeu. As propostas francesas também não visavam estabelecer poderes comparáveis a de um Estado em nível europeu, mas sim o aumento da cooperação intergovernamental, em linha com suas concepções de Europa confederal. Segundo Ungerer

In a communication of December 5, 1990, the French government argued for the establishment of a 'gouvernement économique' (France, 1990). A parallelism should be ensured between the 'pôle monétaire' and the 'pôle économique' of EMU. The independence of the new monetary institution could be understood only in the interdependence with an 'economic government' that had to be democratic and should engage directly the member states, which continued to implement economic policy. France was not aiming at a new and separate institution in charge of economic policy but, rather, had in mind existing institutions representing member states, such as the Council of Ministers and the European Council. In a document dated January 29, 1991, the French ideas were made more explicit, and a reinforced Council of Ministers was identified as the center of the 'economic government' (France, 1991b). The French draft amendments assigned an important role to the European Council. The European Council would define the broad guidelines of EC economic policy. Within these guidelines, the Council of Ministers would coordinate the economic policies of member states. To member states that did not comply with the guidelines, the Council could direct recommendations, which could be made public (Art. 1-3). The guidelines would serve as a framework for the multilateral surveillance of national economic policies, and the Council of Ministers would decide on appropriate measures (Art. 1-5) (UNGERER, 1997, p. 222-223).

Existia considerável grau convergência entre França e Alemanha nas propostas para o formato da economia da futura União Europeia, assim como nas demais questões. As propostas alemãs para o funcionamento da economia do continente, em consonância com seus interesses nacionais e que se consagraram em Maastricht enfatizavam a prevalência da livre competição. Diz Ungerer a este respeito "The main drafts to the EEC Treaty, submitted by France, Germany and the Commission, were quite comprehensive. They showed a remarkable consensus on the most of the important issues" (UNGERER, 1997, p. 225). Ainda segundo o referido autor

The German amendments put significant emphasis on the general objectives and principles of economic policy such as a competition-based market economy with open domestic and external markets (Art. 102b.1), free consumer choice and free price formation (Art 102b), and the freedom to negotiate collective wage agreements (Art. 102d). The establishment of a cartel office was proposed (art. 90a). The Council of Ministers would adopt guidelines for the economic policies of the EC and the member states and carry out multilateral surveillance (Art. 105) (UNGERER, 1997, p. 223).

Neste período a Alemanha apresentou proposta para a União Econômica e Monetária. Nesta, os estatutos do Bundesbank foram copiados. Coerente com sua postura na economia a partir de 1983, o governo socialista da França estava de acordo com a ortodoxia econômica alemã e sua “europeização”, que se materializaria na criação da moeda e do banco central da Europa nos moldes alemães, porém com sua participação e dos demais países europeus na gestão. Como menciona Goodman

At the economic level, the principles outlined in the Delors Committee report satisfied the demands for price stability in the Community as well as the desire of Germany’s partners for greater participation in the process of monetary policy-making. France was particularly adamant on this point. Ever since President Mitterrand’s decision in 1983 to remain in the EMS, France had made decisive moves to reform its financial structure, to end its reliance on the encadrement du credit, and to abandon its use of capital controls. (...) French officials had kept their monetary policy closely aligned to Germany’s, but many bristled at the thought that monetary policy in the EMS was essentially set by the Bundesbank. As Prime Minister Michel Rocard, for example, argued ‘We must reform the system so that the responsibilities for the conduct of European monetary policy would be equally shared.’ In practice, France appeared quite willing to make the Euro-Fed politically independent to satisfy Bundesbank so long as a French official had a seat at the table (GOODMAN, 1992, p. 205).

A União Econômica e Monetária avançou com mais facilidade em comparação com as discussões a respeito da reforma institucional por contar com as já existentes conexões entre os bancos centrais da CEE e a hegemonia do pensamento econômico liberal. A união política não contava com o mesmo aparato, tinha grau de convergência menor entre os atores sobre o seu conteúdo e era vista como uma concessão aos alemães⁵⁴. O “déficit democrático” presente nas instituições da

⁵⁴ A este respeito, diz Baun “In contrast to the EMU conference, the discussions on political union were much less focused. This, in part, was due to the greater diversity of issues being discussed, which in turn meant a proliferation of the national and the non-state interests involved. At bottom, however, the key difference between the two conferences was their divergent status and relative importance.

Comunidade Econômica Europeia e depois na União Europeia se tornou bastante evidente no modo de funcionamento que veio a ter o Banco Central Europeu. As regras acordadas em Maastricht garantiram um “insulamento” de seus dirigentes ainda maior do que nos bancos centrais nacionais considerados independentes. Nestes, apesar da autonomia em relação às autoridades eleitas, existem mecanismos de prestação de contas e possibilidades legais de influência direta em seu funcionamento, embora os governos prefiram não fazer uso destas prerrogativas. O Banco Central Europeu não tem a obrigação legal de se reportar ao Parlamento Europeu como o faz o Federal Reserve em relação ao Congresso dos Estados Unidos, por exemplo. Diz Cooper sobre a questão

(...) the question of legitimacy and accountability, two features already considered deficient in the European Community. The monetary provision of Maastricht greatly widens the so-called democratic gap. The central tenant of democratic government, the ultimate basis for its legitimacy, is accountability to the public by all officials who make policy decisions affecting public welfare. Democracies differ greatly in their detailed institutional arrangements for providing accountability, but all share that fundamental principle. The Maastricht Treaty fails to satisfy this fundamental principle. It creates a body of Platonic monetary guardians, accountable to no one, to frame and execute one of the most important aspects of policy in modern economies, affecting hundreds of millions of people. This was done in the name of insulating monetary policy – and its primary objective of price stability – from political pressure, and of endowing the new European central bank with political independence, as the German Bundesbank apparently has. But Maastricht has taken the notion of central bank independence much too far. It is true that the central banks of Germany and the United States (and Switzerland) are independent of the sitting government, in that they cannot be given orders with respect to monetary policy. But they are certainly not independent of the political *process* in those countries, as any of their central bankers would testify. All are created by simple statute, and a change in the statute could sweep away the independence. That is not so easy to accomplish under the separation of powers in the United States: both houses of Congress as well as the President would have to agree. Even so, governors of the Federal Reserve Board pay close attention to Congressional sentiment, even though they rarely yield to it (COOPER, 1994, p. 70).

While monetary union was the core objective of most EC countries and was viewed as the centerpiece of strategy to make German unification compatible with European integration, the political union conference was largely a set of side-bargains. Most important, it was viewed as a concession to the German government, which needed an agreement on political union so that an EMU treaty would politically defensible at home” (BAUN, 1996, p. 619).

Problemas ocorreram para a conclusão da ratificação do Tratado de Maastricht em países que optaram por realizar consulta popular. O eleitorado da Dinamarca o recusou em primeira votação e o aprovou com 53,8% dos votos favoráveis em segunda consulta com a chamada “cláusula de exclusão” (*opting out*), semelhante à disponibilizada para a Grã-Bretanha ratificar seu ingresso, que previa a possibilidade do país não entrar na união monetária e não reconhecer os poderes da nova União Europeia para assuntos relacionados à defesa. Os votantes na França o aprovaram por estreita margem (com 51,4% pelo sim). Em 2 de novembro de 1993 o Tratado de Maastricht entrou em vigor.

A liberalização dos movimentos de capital, em escala global e no interior da Comunidade Europeia, levou à crise do Sistema Monetário Europeu. Em 16 de setembro de 1992, por não conseguir manter a libra nos limites cambiais estabelecidos a Grã-Bretanha⁵⁵ deixa o Sistema Monetário Europeu e se afasta definitivamente do projeto da moeda europeia, do qual nunca efetivamente quis fazer parte. Esta decisão gerou fortes oscilações nos mercados financeiros e dificuldades para os Estados da CEE. Também neste contexto do início da década de 1990, a reunificação da Alemanha, país núcleo e âncora do sistema monetário e econômico europeu, teve como consequência o aumento do endividamento público alemão para gastos nos novos *länder* (estados) do lado oriental, fato que também contribuiu para alterar as condições de funcionamento do Sistema Monetário Europeu. Diz Ahijado sobre a liberalização financeira e seus efeitos

⁵⁵ “(...) only in United Kingdom that there is so much outspoken hostility to a single currency. This is supported by the fact that its opponents tend to speak of 12 September 1992 not as Black Wednesday but as White or even Golden Wednesday. Exports increased, thanks to the competitive advantage obtained by a weaker pound, and the economy grew faster than that of any of its three major continental competitors, France, Germany and Italy. The supporters of the discipline imposed by the ERM said that this was all a flash in the pan, and maintained that there would be tears before bedtime as the inflationary effects of devaluation caught up with the United Kingdom as they invariably had in the past. In reply, the Eurosceptics point to the generally poor record which economists have had in predicting what is going to happen, and maintain that the improvement in the British economy since 1992 is living proof of the advantages to be derived from a country’s freedom to manage its own affairs without interference from abroad or the need to take the interests of other countries into account” (THODY, 1997, p. 88).

Assim, *a posteriori*, pode-se concluir já que, no mínimo, o sistema era instável e, em certas circunstâncias, muitas instável. Os movimentos de capital muito liberalizados previamente à escala internacional, em consequência da primeira globalização, a financeira, foram reforçados pela liberalização dos movimentos dentro da área da UE levada a cabo em 1990. E neles estava provavelmente a *semente da instabilidade*. Os governos foram um tanto ingênuos e com eles os seus assessores e os criadores do sistema, embora seja fácil dizê-lo agora, *a posteriori*. Alguns deles, vários, depois das chamadas tempestades monetárias, queixavam-se amargamente da liberalidade com que os mercados cambiais ou, com maior rigor, os especuladores dentro deles, movimentavam os capitais que desestabilizavam as suas moedas, quando previamente tinham cantado as excelências de um sistema livre e liberal muito aberto e competitivo, como uma variante aplicada agora aos mercados de câmbio da *celebração do mercado* posterior à queda dos regimes comunistas. A estabilidade só tinha sido postulada e não demonstrada. Esta é a primeira e talvez a mais importante contradição séria do sistema (AHIJADO, 1997, p. 78-79).

Explica também o mesmo autor, em texto de 1997, portanto antes da adoção do euro, acerca dos efeitos⁵⁶ da reunificação no SME

Num primeiro momento, um efeito positivo de carácter expansivo, devido ao aumento da procura e do comércio intracomunitário derivado (...) (entre 1990 e 1991). No entanto, num momento posterior, a política de altas taxas de juro nominais relativas ao resto dos países membros e o seu papel de âncora do Sistema, ao procurar atrair os empréstimos externos (...) assim como a tradicional luta contra a taxa de inflação restritiva em termos de média (*Stabilitätspolitik*), tornaram mais grave a espiral deflacionista posta em marcha a partir de 1991-1992 no seio da União, em grande medida provocada, ou consentida, ou estimulada, pelos governos dos países membros e pela própria Comissão Europeia. Os efeitos negativos da mesma no crescimento económico e no emprego foram devastadores no seio de toda ela (em conjugação com as restantes pressões deflacionistas de carácter fiscal e cambial que o sistema económico europeu sofre desde então) (AHIJADO, 1997, p. 101).

⁵⁶ Ninkovich destaca as contradições entre as necessidades económicas da reunificação alemã e a “economia da europeização”, objetivo primordial dos acordos de Maastricht. Diz o autor “Another essential precondition of German reunification was that nation’s integration into larger, federative European structures, such as the European Community. Indeed, Kohl and Genscher themselves made sure to play up on every occasion Germany’s role as good European. ‘Germany is our fatherland, Europe our future,’ said the Christian Democratic Union’s 1990 electoral program. Following the conclusion of the reunification drama, leaders of the European Community reached agreement in Maastricht (...) the Europeanization of Germany would soon have been well on the way to completion. However, events showed quickly that the proponents of European unity had been overly optimistic. Not only did popular resistance to loss of national sovereignty remain strong throughout the Continent, but in Germany the policies of the Bundesbank made it clear that the financing of German unification conflicted with the economics of Europeanization” (NINKOVICH, 1995, p. 177).

Com a crise de 1992, o Sistema Monetário Europeu, de mecanismo com bandas rígidas de flutuação passou a contar com intervalos possíveis de 15% (de valorização ou desvalorização, o que significava na prática 30%) entre as moedas, o que era quase flutuação livre. Não era mais possível um sistema cambial regional estável no contexto da ampla liberdade de circulação dos capitais. A transição para o euro, adotado em 1999, teve como exigência que os Estados europeus adotassem políticas fiscais restritivas. Tais iniciativas fizeram da década de 1990, na maior parte do tempo e na maioria dos países em transição para a moeda comum, período de elevadas taxas de desemprego e baixo crescimento.

No que diz respeito à moeda comum europeia, o Tratado assinado na cidade de Maastricht findou um processo político iniciado em 1969, na reunião na também holandesa Hague. Neste momento histórico, os Estados Unidos encontravam-se na condição inédita de superpotência única do planeta e comandariam, na década de 1990, um novo período de liberalização financeira e comercial no mundo. Neste contexto, a Alemanha reunificada transformaria o Leste Europeu em sua área de influência direta, como destino de exportações e investimentos e começaria parcerias econômicas com a Rússia. Os países do Leste Europeu se incorporariam à União Europeia, em sua maioria, a partir de 2004. A mudança na ordem política mundial, na virada dos 1980 para os 1990 deixou para trás os 45 anos de constrangimentos à expansão econômica e política alemã para o Leste. O que tornaria reais, com a crise na zona do euro a partir do final da década de 2000, os piores temores dos críticos da concepção *germanizada* da moeda europeia estabelecida em Maastricht.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento da União Europeia com o Tratado de Maastricht, em 1992, e a previsão neste de criação da moeda comum europeia, em 1999, foram as mais importantes iniciativas de todo o processo europeu de integração. Em nenhum outro momento dos 56 anos a contar da assinatura do Tratado de Roma, em 1957, foram tomadas decisões tão relevantes e destas se destaca em importância a de se criar uma moeda da União Europeia. Como enfatizado no início deste trabalho, em grande medida a questão monetária se confunde com a própria integração em sentido mais amplo, e se tornou, a partir do início da década de 1970, com as pressões sistêmicas do contexto de acirramentos e distensões competitivas na Guerra Fria e com a desregulamentação monetário-financeira iniciada com o padrão dólar-flutuante, “a questão” da integração europeia.

Como explicitado na introdução e nos quatro capítulos anteriores, os estudos nos quais este trabalho se baseou, sejam reconstruções históricas, teses ou análises econômicas acerca da constituição da moeda comum europeia, explicaram seu surgimento como produto da progressiva liberalização financeira a partir dos anos 1960 e da posição da Alemanha na geopolítica europeia. Estas considerações finais, a partir da análise desta bibliografia especializada, elencarão quatro hipóteses sobre o processo de criação da moeda regional. A elaboração destas está de acordo com o pensamento e a epistemologia de Karl Popper. Para este autor as generalizações inferidas a partir da experiência não são conclusões, mas sim tem o estatuto de conjecturas ou hipóteses. No entendimento de Popper

(...) o método da ciência consiste em tentativas experimentais para resolver os nossos problemas por conjecturas que são controladas por severa crítica. É um desenvolvimento crítico consciente do método ‘ensaio e erro’. A assim chamada objetividade da ciência repousa na objetividade do método crítico. Isto significa, acima de tudo, que nenhuma teoria está isenta do ataque da crítica; e, mais ainda, que o instrumento principal da crítica lógica – a contradição lógica – é objetivo. (POPPER, 2004, p. 16).

Na sequência, as hipóteses extraídas do estudo da história.

6.1 PRIMEIRA HIPÓTESE

Existe uma vinculação necessária, nesta questão, entre política e economia, entre geopolítica e geoeconomia, prevalecendo decisões de natureza política, tanto no que importa ao interesse nacional dos principais atores, França e Alemanha, quanto, em segundo plano, ao projeto de integração europeu, sobre as questões mais estritamente macroeconômicas e as instabilidades dos mercados financeiros.

As discussões, no âmbito dos Estados Nacionais da Comunidade Econômica Europeia, sobre a criação de uma moeda regional, se iniciaram por iniciativa alemã. Deram-se no contexto da *Ostpolitik*, a política da então Alemanha Ocidental de aproximação com o Leste Europeu, especialmente com a Alemanha Oriental, e que visava, no longo prazo, a reunificação do país. A ideia de se propor uma moeda comum aos demais cinco participantes da CEE tinha como objetivo estabelecer uma *Westpolitik* como contraponto à iniciativa de reaproximação com a Europa Oriental. O objetivo foi, em princípio, político. A primeira proposta de moeda europeia era keynesiana e propunha mecanismos redistributivos e de coordenação entre os países da CEE que não mais estiveram presentes nas propostas sobre o tema feitas após o fim da vigência dos acordos de Bretton Woods. Depois deste momento, com a adoção de parte dos países centrais (em especial Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha) do câmbio flutuante e do sucesso da reaproximação alemã com sua parte oriental, a posição germânica se alterou e o projeto da moeda única perdeu relevância, situação que mudaria apenas no final da década de 1980, com as transformações ocorridas pelo fim do bloco socialista e pela consequente reunificação alemã. Todas as mudanças de vulto que propiciaram avanços rumo à integração monetária, ainda que estimuladas por dificuldades econômicas (oscilações cambiais, problemas de balanço de pagamentos, inflação) com diferenças, às vezes expressivas, entre os países participantes e também pelas oportunidades do mercado regional (como no caso da Alemanha e a defesa dos mercados na CEE para suas exportações) ocorreram tendo como sua origem interesses políticos. O que significou a defesa de posições de interesse nacional e de diferentes posturas frente à integração, relacionadas a estes

interesses. Todavia, é importante frisar, estes compreendidos também como um compromisso político com o processo de integração, estabelecido a partir do Tratado de Roma, entre os seis primeiros integrantes (Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Holanda e Bélgica) e, complementado pelo acordo franco-germânico, no Tratado do Eliseu, de 1963. Portanto, os avanços na coordenação cambial europeia, além de responderam a pressões sistêmicas, sejam políticas ou financeiras, atenderam os interesses dos Estados, em especial os dois maiores na CEE, e também o interesse na manutenção da integração como um todo. Neste sentido é que se defende, na primeira hipótese deste estudo, a preponderância das considerações de natureza política, dos interesses dos Estados, no caso os Grandes Estados europeus (Alemanha, França e, em grau menor, Grã-Bretanha) e do interesse destes na integração europeia sobre as questões mais estritamente econômicas para a definição dos rumos e das decisões que deram forma à coordenação monetária do continente, base da futura divisa comum e, ao final do processo, da moeda propriamente dita.

6.2 SEGUNDA HIPÓTESE

A moeda europeia tem caráter defensivo, com seu desenvolvimento ao longo do tempo ocorrendo de maneira condicionada às decisões do hegemon. As decisões mais importantes relacionadas ao processo de criação da moeda europeia no tempo histórico, entre os anos de 1969 e 1992, abrangendo o Encontro de Hague e o Plano Werner (1969/1970), a criação da Serpente Monetária (início em 1972), o advento do Sistema Monetário Europeu (início em 1979), a reunificação da Alemanha (1990) e o Tratado de Maastricht (1992) estão relacionadas às iniciativas da potência hegemônica global, os Estados Unidos, nos campos estratégico e econômico.

A proposta alemã de criação de moeda comum, apresentada em Hague, na Holanda, após prévias discussões bilaterais com seus pares franceses, e que tinha o propósito de revitalizar a integração europeia, estava, contudo, primordialmente assentada nos objetivos alemães, já mencionados, de reaproximação com sua parte

oriental e busca, no longo prazo, da reunificação e também de criação de maior espaço para atuação de sua política externa. A busca de contatos mais próximos com o Leste Europeu, na qual figurava especial papel os contatos da Alemanha Ocidental com a URSS foi possível em razão da *deténte* entre as superpotências, negociada entre Estados Unidos e União Soviética no final da década de 1960. A necessidade alemã de estreitar relações com a Europa Ocidental como contrapeso à sua *Ostpolitik* e a consequente proposta de uma moeda comum estiveram, portanto, diretamente vinculadas ao espaço de negociação aberto pela distensão entre americanos e soviéticos.

A Serpente Monetária (como ficou mais conhecido o *Exchange Rate Mechanism*), surgida em 1972, mecanismo de coordenação cambial europeu que emulava o sistema de bandas acordados em Bretton Woods, no imediato pós-guerra, surge como reação ao fim deste sistema. O padrão dólar-flutuante, que se estabeleceu a partir de então, inviabilizou os planos europeus de moeda comum, em moldes keynesianos. Coordenação monetária deixou de ser “assunto transatlântico” para se tornar um problema europeu, com o qual a Alemanha, detentora do marco, ganhou política e economicamente. A necessidade da potência hegemônica de estabelecer um novo padrão monetário que garantisse a continuidade de suas vantagens como detentor da moeda reserva mundial desorganizou as bases sob as quais se assentava o projeto monetário europeu. E do ponto de vista da Alemanha Ocidental, que já havia flutuado o marco antes do estabelecimento da Serpente Monetária e tido sucesso no processo de reaproximação com o Leste Europeu e com a Alemanha Oriental, a moeda europeia não era naquele momento uma necessidade para seus interesses nacionais. O mecanismo da Serpente foi uma concessão aos demais membros da CEE, em especial a França, que temia a livre flutuação do franco. As iniciativas geopolíticas e de geoeconomia dos EUA de fins da década de 1960 e início da década de 1970 fortaleceram a posição alemã na Europa Ocidental e enfraqueceram o projeto da moeda comum.

O Sistema Monetário Europeu tem o início de seu funcionamento em 1979, como resposta aos problemas de funcionamento da Serpente Monetária, resultado em grande parte da política de dólar fraco das gestões americanas da década de 1970. A

Serpente Monetária não funcionou mal para a Alemanha, pois protegeu sua economia exportadora de eventuais desvalorizações competitivas de seus competidores europeus, especialmente franceses, italianos e britânicos. Contudo, vários países, inclusive a França, não conseguiram se manter nas bandas cambiais da Serpente, em todo o período no qual esta teve sua vigência. O SME foi a principal iniciativa dos líderes de França e Alemanha, Valéry Giscard d'Estaing e Helmut Schmidt, em conjunto com a criação do Parlamento Europeu e a institucionalização do Conselho Europeu, para o fortalecimento do processo europeu de integração, em crise nos primeiros anos da década de 1970. No final desta década não mais se pensava em projeto de moeda europeia e o objetivo do SME era mais modesto e realista: coordenar mais eficientemente o sistema cambial intra-europeu. Em mais uma evidência, entretanto, da vulnerabilidade europeia frente às decisões do *hegemon*, estas de caráter estrutural, poucos meses após o estabelecimento do SME os Estados Unidos mudaram sua política monetária e elevaram inesperada e substancialmente sua taxa de juros, o que atraiu grande volume de capitais para o seu sistema financeiro e novamente minou as bases sob as quais se assentava a ideia de estabilização deste mecanismo cambial europeu.

Portanto, à semelhança do ocorrido com o Plano Werner e a Serpente Monetária o Sistema Monetário Europeu se tornou inviável à medida que avançou a liberalização financeira promovida pelos Estados Unidos. Outros dois momentos cruciais, a reunificação da Alemanha e o Tratado de Maastricht conformam a segunda hipótese proposta. A reunificação ocorre como consequência do esfacelamento do bloco socialista. O belicismo da presidência de Ronald Reagan, com a elevação dos gastos militares a um nível considerado insuportável pela liderança da URSS teve como resposta uma política de apaziguamento e abertura política e econômica por parte dos soviéticos que respondia pelos nomes de *Glasnost* (transparência) e *Perestroika* (reconstrução). A política soviética, resposta às pressões americanas, estimulou processos de abertura em todo o Leste Europeu. A reunificação da Alemanha foi possível neste momento histórico, e sua consecução gestada por um lento processo de aproximação entre as Alemanhas. A posição francesa nas negociações com os alemães sobre o processo europeu de integração se fortaleceu e o

comprometimento germânico com a divisa europeia se estabeleceu como condição de aceitação da reunificação por parte de seu principal sócio na CEE. As tratativas em Maastricht e o acordo que criou a instituição União Europeia e previu a existência da moeda comum para 1999 foram decorrência do processo de reunificação e das mudanças experimentadas na geopolítica europeia e global. Estas transformações, com origem em movimentos de caráter sistêmico, foram decisivas para que os atores envolvidos aceitassem a realização de duas Conferências Intergovernamentais, sobre integração monetária e reforma institucional, e acordassem maior comprometimento de todos os envolvidos (a exceção foi a Grã-Bretanha) com o projeto europeu.

6.3 TERCEIRA HIPÓTESE

A moeda europeia nunca foi projeto comum de França e Alemanha. Sua implementação defendida por um ou outro, em diferentes conjunturas, ao longo de seu processo de criação. Assim como em nenhum momento foi meta destes países a contrapartida indispensável à criação desta moeda, o estabelecimento de um Estado europeu, estrutura faltante e no cerne dos problemas enfrentados pela moeda europeia nos anos recentes.

A moeda europeia foi defendida por alemães e franceses em diferentes momentos. A conjuntura entre 1969 e 1971 foi o intervalo temporal em que a moeda europeia foi ativamente defendida pelos alemães, do encontro europeu em Hague ao fim da arquitetura de Bretton Woods e do padrão dólar-ouro. Os franceses foram os atores propositivos nesta questão na segunda metade da década de 1980. A moeda europeia, no período entre 1969 e 1992, no qual foi gestada, nunca foi projeto efetivamente comum aos dois países. Embora em cúpulas europeias como a de Hague, em 1969, assim o parecesse. O que ditou sua conveniência a ambos foram seus interesses nacionais. Sua efetiva criação, portanto, acordada em Maastricht, ocorre como resultante da reunificação alemã, evento decisivo para esta decisão. A moeda europeia, neste período entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, foi um

objetivo francês, plenamente adaptado a uma política econômica de padrão alemão, que se transformou em projeto europeu.

Importante neste debate sobre a moeda também é a questão institucional. A integração europeia com delegação de competências, criação de estruturas, surgimento de direitos e obrigações em nível supranacional, avançou consideravelmente nestes vinte e quatro anos estudados por este trabalho, embora tenha havido períodos de paralisia, como no início das décadas de 1970 e 1980. Avançou também no período posterior. No entanto a integração, embora tenha importado em relevante cessão de soberania pelos países membros em várias áreas, não se constituiu, porque nunca foi o objetivo, no processo de criação de um Estado europeu. O “federalismo” alemão para as instituições europeias foi defesa das liberdades de mercado na CEE e da primazia da Alemanha nas instituições europeias, como, por exemplo, com sua defesa de um maior número de suas cadeiras no Parlamento Europeu, logo após a reunificação, mas não para os demais países. A política externa alemã do pós-guerra pautou-se por um europeísmo, um compromisso com o projeto europeu, em larga medida em razão do trauma da Segunda Guerra Mundial, porém com limites definidos por seus próprios interesses como Estado e pelos constrangimentos políticos do período da Guerra Fria. O mesmo se pode dizer da França com a diferença de que para os franceses a liberalização econômica e a europeização de competências, ao menos até 1983/1984, na maior parte do tempo foram vistas com mais ressalvas pelo temor da competição com o vizinho economicamente mais poderoso e da perda da soberania política.

A moeda europeia é uma moeda sem Estado. Diferentemente do ocorrido ao longo da história, em especial, a história do Sistema Mundial Moderno, este projeto de moeda não está associado a um projeto de poder, o que faria necessária a existência de um Estado europeu. A moeda europeia é mais uma evidência histórica, desta vez em arranjo institucional de tipo novo, envolvendo um conjunto de países associados, da correlação estrita entre poder e dinheiro, da necessidade de um poder estatal prévio com capacidade de sustentação de uma moeda própria. Ente central que possuiria Tesouro, Receita, Fundos Regionais de maior monta para equalização das diferenças entre europeus do norte e sul (atual área do euro) e também entre Europa Ocidental e Europa Oriental, que entrou na União Europeia a partir de 2004. A ausência da

articulação entre a moeda e um centro de poder com prerrogativas legais e capacidade coercitiva para impor a todos os seus membros suas decisões, arbitrando os conflitos quando necessário e dando garantias em última instância à sustentação de sua divisa está na gênese dos problemas enfrentados pela moeda europeia, o que foi percebido pela burocracia da CEE, ainda na década de 1970, e exposto no Relatório Marjolin.

A descoordenação entre as políticas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais, bem como diferentes legislações sobre seus sistemas financeiros nacionais não colabora para que se construa, efetivamente, um espaço econômico continental integrado, uma economia europeia propriamente dita, com a coerência normativa e a coordenação política das economias nacionais. A atual União Europeia, mesmo com a moeda regional e as recentes mudanças na área fiscal e bancária, europeizando determinadas competências, continua ainda como espaço de liberdade econômica concorrencial, comum a vários países. A existência de um Estado centralizado, porém, não significa, necessariamente, a superação ou a redução expressiva das desigualdades regionais. A Itália é um exemplo de Estado Nacional europeu que mesmo em seus anos de prosperidade não conseguiu (ou não teve vontade política para tanto) superar o substancial atraso relativo da sua região sul em relação ao norte. No entanto, em um espaço econômico com moeda única a constituição de um poder central é essencial para que exista a possibilidade de se construir um espaço econômico mais homogêneo.

Portanto, assim como a moeda foi objeto de disputa no espaço europeu, entendida como instrumento a atender determinados interesses nacionais em dadas circunstâncias, o processo europeu de integração não se conformou, porque não era o objetivo dos dois países líderes do processo e provavelmente por não ser a forma como sempre se deu historicamente, em processo de negociação para a formação de um Estado. São, principalmente, os projetos de poder de França e Alemanha que dificultam ou impedem um projeto propriamente europeu, em se entendendo como projeto europeu a criação de um ente público com poderes que se sobreponham aos de todos os integrantes da União Europeia. O processo negociador europeu, embora tenha resultado em uma complexa estrutura institucional e cessão de soberania por parte de um conjunto de países em um grau inédito na história, não eliminou a dinâmica

constitutiva de disputa de poder entre os Estados Nacionais da Europa, estes tendo sido formados por guerras e imposições dos vencedores e não por negociações ou pactos.

6.4 QUARTA HIPÓTESE

A moeda comum europeia foi um resultado de período histórico específico, de bipolaridade geopolítica e ideológica global e de uma determinada correlação de forças entre os principais Estados europeus, que dava certo significado ao processo europeu de integração, específico destes anos de Guerra Fria.

A quarta hipótese refere-se à moeda europeia como consequência de um determinado tempo histórico. As decisões que levaram à sua criação, desde as primeiras conversas oficiais sobre o tema, em 1969, estiveram relacionadas ao cenário da Guerra Fria entre as duas superpotências. O euro, portanto, é também resultado desta realidade histórica e de uma determinada correlação de forças no cenário europeu e global, que davam determinado significado ao processo europeu de integração.

Haveria moeda europeia sem o fim do bloco socialista entre 1989 e 1991? Evidentemente não há como se responder a esta pergunta, porque não se sabe o curso que a história tomaria. No entanto, é possível afirmar que foi necessária uma mudança estrutural na geopolítica global, o fim do sistema de Estados que se colocava como alternativa ao sistema interestatal capitalista e da disputa entre os esses dois blocos para se admitisse a reunificação alemã e fosse criado o cenário propício ao surgimento da moeda única europeia.

Os períodos de grandes mudanças na geopolítica global (final da década de 1960 e início da década de 1970 e 1989-1991) e que possibilitaram mudanças no status político da Alemanha foram aqueles em que a ideia da moeda foi proposta e, após a queda do muro de Berlim, finalmente aceita. Depois de consolidado um início de reaproximação com a Alemanha Oriental, não ocorreram expressivas mudanças de caráter geopolítico que fossem favoráveis ao país mais importante neste processo, a então Alemanha Ocidental. Este foi principal motivo, ainda que não o único, da

proposta de moeda comum, discutida e desejada por determinados atores, não ter sido realmente considerada pela porção dominante do *establishment* alemão por quase todo o período estudado por este trabalho.

De um ponto de vista estritamente monetário a liberalização financeira, movimento geoeconômico promovido pelos EUA, e que ganha força na década de 1980, juntamente à hegemonia adquirida pela escola econômica neoclássica, fortaleceu, no interior da Europa, a convicção da necessidade de uma moeda comum como “proteção” contra os movimentos das finanças cada vez mais desreguladas e que tornavam instável o Sistema Monetário Europeu. A elite política francesa e parte da elite política alemã já entendiam em 1987 a moeda como um “passo lógico” após o SME. Haveria, portanto, uma “tendência” a se adotar a moeda única e a ideia de uma “área monetária ótima” (*optimum currency area*) dava o substrato intelectual da teoria econômica ortodoxa para sua criação. A moeda seria a defesa europeia contra a financeirização promovida pelos EUA. A experiência prática mostraria, no futuro, o equívoco de se considerar uma moeda sem Estado e concebida em moldes ortodoxos um aperfeiçoamento em relação a um sistema cambial regional fragilizado pelos cada vez mais expressivos movimentos de capital.

É necessário destacar a posição alemã na geoeconomia europeia. O *deutschemark*, especialmente após o fim dos acordos de Bretton Woods, com o estabelecimento da Serpente Monetária, tornou-se a moeda de referência na CEE e o Banco Central Alemão (*Bundesbank*), na prática, uma espécie de banco central da Europa. Economia exportadora, a Alemanha sempre defendeu o marco de valorizações consideradas excessivas contra seus competidores na área de livre comércio da CEE, no que foi bem-sucedida. Assim como os franceses conseguiram historicamente fazer valer suas posições relativas à Política Agrícola Comum, os alemães normalmente prevaleceram nas questões monetárias.

Interessava ao país com a maior e a mais competitiva economia no continente, de moeda forte e banco central com foco nas prioridades de sua economia nacional abrir mão de sua divisa? Uma resposta simplesmente econômica do problema poderia argumentar consistentemente que não. Ocorre que o projeto da moeda europeia,

quando proposto ou simplesmente aceito pelos alemães se subordina a objetivos políticos e a uma dinâmica sistêmica, esta da Economia Política Internacional.

Desse ponto de vista sistêmico, portanto, mais uma vez se destacando a relação entre o processo europeu e um processo maior, global, é possível perceber a adesão alemã a ideia de uma moeda comum nos momentos de distensão entre as superpotências, mais especificamente entre 1969 e 1971 e entre 1989 e 1992. Em ambos os períodos, apesar das diferentes conjunturas (e da Alemanha Ocidental de 1989 bem mais poderosa que a Alemanha Ocidental de 1969) as alterações no cenário político global propiciaram aos alemães ganhos políticos e avanços na superação de sua dependência e condição de país ocupado, e de sua divisão em 1989, construída no acordo entre as potências no pós-guerra. A partir de 1969 restabelecem-se os contatos com a Alemanha Oriental, com vistas a uma reunificação futura. Em 1989, com a queda do muro de Berlim, possibilitada pela distensão iniciada pelos soviéticos, forçados a tanto pelos EUA, em meados dos anos 1980, e que teve como consequência o esfacelamento do bloco comandado por Moscou, a reunificação colocou-se como realidade palpável.

O fim dos acordos de Bretton Woods, entre 1971 e 1973, movimento de afirmação do poder americano na esfera financeiro-monetária, fortaleceu a posição da moeda alemã no cenário regional das moedas europeias; como a Alemanha já havia conseguido uma reaproximação bem-sucedida com o Leste Europeu, especialmente com a Alemanha Oriental não haveriam ganhos políticos expressivos em eventuais concessões aos demais europeus na questão da moeda. De resto, os franceses também não desejavam uma moeda comum. As enormes transformações da economia global com fim dos pactos financeiros do pós-guerra e início do padrão dólar-flutuante não ensejaram, portanto, ganhos políticos da mesma envergadura e sim vantagens econômicas à Alemanha. Politicamente a vinculação das demais moedas europeias ao marco e ao Banco Central Alemão, com a Serpente Monetária, configurou-se também um ganho, mas o fim da *Hallstein Doctrine*, o princípio que pregava total afastamento da Alemanha Ocidental do Leste Europeu, possível a partir da distensão entre EUA e URSS, teve significância maior, pois propiciou um importante novo espaço de ação para a política externa alemã. A criação da Serpente Monetária (*Exchange Rate*

Mechanism) foi uma acomodação entre os europeus após o fim do sistema das paridades semi-fixas, uma resposta coordenada a um novo cenário de taxas flutuantes. Mas no que importa aos dois países líderes do processo, uma necessidade da França e uma concessão da Alemanha.

O Sistema Monetário Europeu, de 1979, nasceu como resposta à “negligência” americana com o dólar, na década de 1970 e da instabilidade decorrente. Pretendia aperfeiçoar a coordenação cambial da Serpente. Sua criação deu-se, além da necessidade desta mudança no mecanismo de câmbio europeu, como parte de um esforço dos líderes de França e Alemanha, Valéry Giscard d’Éstaing e Helmut Schmidt em “relançar” o processo europeu de integração. Politicamente os dois países esperavam que a CEE fosse dotada de mecanismos institucionais mais eficientes e que lhe conferissem maior grau de legitimidade, como no caso do Parlamento Europeu. A institucionalização do Conselho Europeu, defendida também pelos alemães, consolidou o intergovernamentalismo como modo de governar a Europa, fazendo da Comunidade Econômica Europeia uma organização política mais próxima de uma confederação do que de uma federação. O SME, no campo financeiro-monetário, complementava essas mudanças. Contudo, mesmo sendo o SME importante peça do “relançamento” do projeto europeu não se pensava em moeda europeia. Este sistema tinha como objetivo dar mais previsibilidade às cotações das moedas e evitar com que membros fossem, mesmo que temporariamente, obrigados a abandonar o sistema, por não terem conseguido se manter no mesmo. Não se vislumbrava um projeto de moeda única, até aqui nunca abraçado propriamente pelos franceses e abandonado, desde 1971, pelos alemães.

O Sistema Monetário Europeu foi uma espécie de continuação, aperfeiçoada, da Serpente Monetária. Alemães e franceses ganharam politicamente ao terem dado mais substância à CEE. As mudanças na geopolítica patrocinadas pelos Estados Unidos, o fim da *detente* com a URSS e a política do dólar forte, inaugurados no final do governo Carter, em 1979, mais uma vez dificultaram os esforços europeus de coordenação monetária, ao menos até 1983. O acirramento das tensões com a URSS prejudicou a *Ostpolitik* e o processo de reaproximação das Alemanhas. Não havia objetivos políticos nos atores principais que levassem a uma nova proposta de moeda

comum, neste momento. A Serpente foi uma resposta à formação de um novo padrão financeiro-monetário pela potência hegemônica e o SME uma versão renovada desta resposta.

A corrida armamentista iniciada nos estertores do governo Carter e continuada e intensificada pelo governo Reagan impõe-se, como já colocado, como desafio além das capacidades da URSS. Esta propõe uma política de relaxamento das tensões e aproximação com o ocidente no governo Gorbachev. Tal política deu margem à que as tensões latentes e insatisfações no interior do bloco socialista resultassem nos movimentos populares que derrubaram os regimes do Leste Europeu, no final da década de 1980. A derrubada do regime socialista da Alemanha Oriental, com o simbolismo da queda do muro de Berlim, alterou o quadro político e o equilíbrio de poder na Europa e no mundo. O desmantelamento do bloco socialista e a reunificação alemã provocaram esperanças e temores. As potências que ocuparam e dividiram a Alemanha no pós-guerra (EUA, URSS, Grã-Bretanha e França) tinham suas diferentes visões e interesses e fizeram diferentes gestões frente ao novo quadro. A Grã-Bretanha, na pessoa de sua Primeira-Ministra, Margaret Thatcher, demonstrou a maior resistência em relação à reunificação, receosa de uma Alemanha maior e mais poderosa. Os Estados Unidos condicionaram seu apoio à manutenção da Alemanha na OTAN, uma preocupação, portanto, de natureza eminentemente estratégica e que visava conservar o *status quo*, a Europa Ocidental como um protetorado dos Estados Unidos. A URSS negociou sua saída da Alemanha Oriental obtendo compensações financeiras da Alemanha Ocidental. Os franceses aproveitaram o momento para selar um maior comprometimento dos alemães com o projeto europeu pela sua adesão a uma moeda única regional. Na prática os franceses, que entendiam ser inevitável uma *zona marco* na Comunidade Econômica Europeia, pelo papel da moeda alemã no SME, queriam europeizar o marco com a criação de um banco central da Europa e ter influência na gestão monetária do continente.

Aspecto também destacado pela quarta hipótese é um “certo sentido” que teria integração europeia no período da Guerra Fria. Não há como desconhecer que a adesão alemã ao projeto europeu está diretamente ligada ao contexto de bipolaridade geopolítica e ideológica destes tempos. Sua preocupação em manter-se junto aos

parceiros da Europa Ocidental está intimamente relacionada à sua posição estratégica, na fronteira entre os dois blocos. Neste aspecto a França sempre esteve em posição bem menos vulnerável, mais distante da fronteira e com maior poderio bélico, inclusive fazendo parte do restrito grupo de países detentores de armas nucleares. Evidentemente outras questões tem grande peso como as vantagens econômicas do livre comércio com os vizinhos, a resolução pacífica dos conflitos através das leis e instituições europeias, etc. No entanto, após a reunificação, o fim do bloco socialista e transformação do Leste Europeu em uma espécie de periferia econômica da Alemanha e o estabelecimento de elos, especialmente na área energética, com a Rússia, fez a dependência alemã em relação à Europa Ocidental diminuir. É por isto que se deve entender a moeda europeia como advento de um momento excepcional. Do ponto de vista germânico, porque aderir a uma moeda, de gestão compartilhada com outros países, e bancar os eventuais custos e responsabilidades, como se viu no período recente, se não como concessão a um considerável ganho político (a reunificação)?

Se também é verdade que a Alemanha reunificada continuou sob a tutela militar dos EUA, como membro da OTAN e território no qual estão instaladas tropas americanas, a reunificação e queda dos regimes socialistas abriu um novo e expressivo espaço para a política exterior alemã e expansão de suas empresas, através de exportações ou investimentos diretos. O crescimento, em anos recentes, de mercados em outras regiões do mundo, especialmente na Ásia, com destaque para a China também tornou a economia alemã menos dependente da Europa Ocidental, ou, também se pode dizer, da Europa da zona do euro. Os novos mercados em outras regiões fazem com que a crise nas economias da zona do euro tenha tido, ao menos até este momento, impacto pequeno para a economia alemã. A questão mais relevante da crise para a Alemanha foi disponibilizar recursos de seu orçamento nacional para programas de regaste de países com problemas de solvência em sua dívida pública. Problema com forte componente político pela resistência do contribuinte alemão a tais programas.

Estas considerações, evocando os problemas recentes da crise econômico-financeira da zona do euro, que inclusive puseram em dúvida a própria viabilidade da moeda comum, servem como comparação ao período retratado pelo trabalho, que

pelas razões políticas já citadas, eram de solidariedade maior entre os europeus ocidentais. Um “sentido comum” que, se não deixou de existir, não tem os mesmos pressupostos daquele intervalo histórico. O Ato Único Europeu e o Tratado de Maastricht foram as últimas grandes iniciativas coletivas europeias com o intuito de fortalecimento da integração. O euro, em 1999 e a entrada dos países do Leste Europeu a partir de 2004 foram um desdobramento destas mudanças entre 1989 e 1993. Então, há um caráter inegavelmente político que propiciou mudanças desta importância. A integração europeia pós-Maastricht se “desacelerou”, com os novos Tratados (Amsterdã, Nice, Lisboa) e mesmo a proposta de uma “Constituição” (mais um Tratado), vetada por franceses e holandeses em 2005, nos quais se propôs apenas pequenos incrementos institucionais e novas medidas de liberalização econômica continental.

6.5 PEQUENA NOTA SOBRE O FUTURO

O interesse em pesquisar este tema nasceu da percepção das limitações do projeto do euro, antes da crise financeira global de 2008. Entender como se chegou a uma moeda comum na Europa é, antes de qualquer outro aspecto, uma preocupação com o presente e com as perspectivas do futuro. Por esta razão o trabalho faz algumas conexões com fatos recentes, embora não tenha sido a proposta estudar o euro depois decisão pela sua criação, após sua implementação ou no cenário de crise.

As hipóteses nas considerações finais, portanto, procuram interpretar o processo histórico que teve como resultado a criação da moeda comum europeia. A ciência como um todo e a interpretação histórica em particular, sendo esta última o método utilizado neste trabalho, contudo, são necessariamente inconclusivas. A questão da moeda comum europeia demandará novos esforços de pesquisa que, como a respeito do período histórico de sua formação, entre 1969 e 1993, permitirão conjecturas ou hipóteses acerca de seu futuro, assim como, evidentemente, são possíveis novas conjecturas ou hipóteses sobre seu processo de criação.

Este foi processo de *alta política* envolvendo as cúpulas dos governos, especialmente o francês e o alemão. A moeda europeia surgiu como um experimento

inovador, a primeira experiência de divisa sem Estado em larga escala, para um contingente populacional de centenas de milhões de pessoas. Sua forma de funcionamento “despolitizada” deixou evidentes seus limites.

Que futuro terá o euro? Que futuro terá a União Europeia? São perguntas ainda sem resposta. O que, no entanto, se tornou claro nos últimos anos é que o projeto europeu não é mais de certa forma, em termos sócio-econômicos, inclusivo como outrora, para os países menos desenvolvidos que aderiram. A ortodoxia da moeda comum prejudica os trabalhadores também nos países mais ricos do bloco, inclusive na Alemanha. Há empregos, porém com salários achatados, menos benefícios sociais e maior precariedade.

Talvez a resposta para os problemas da economia da moeda comum esteja em europeização com outro tipo de política econômica, voltada a absorver os enormes contingentes desempregados do continente e retomar o dinamismo econômico. A União Europeia dará esse passo? Criará uma identidade europeia e selará como definitivo um destino comum?

Também são perguntas que serão respondidas pelo tempo. Os sinais não são animadores na atualidade e apontam para uma crise sem perspectiva de superação por longo tempo. Como destacaram os autores Paul Hirst e Grahame Thompson a União Europeia é uma nova aventura para a qual os modelos políticos precedentes não têm serventia. E nesta perspectiva é que se coloca o principal desafio da Europa: superar a lógica de disputa de poder do sistema político interestatal regional ou, a permanecer como bloco com a atual organização política, viver em crise e insatisfação social permanente.

REFERÊNCIAS

- AHIJADO, Manuel. **A União Econômica e Monetária Europeia: mitos e realidades**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- ANDRÉANI, Gilles. The Franco-German Relationship in a New Europe. In: CALLEO, David, STAAL, Eric R. **Europe's Franco-German Engine**. Washington: Washington Foundation for European Studies, 1998.
- ANDERSON, Jeffrey. **German Unification and the Union of Europe: the domestic politics of integration policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BALFOUR, Michael. **Germany: the tides of power**. London: Routledge, 1992.
- BAUN, Michael J. The Maastricht Treaty as High Politics: Germany, France and european integration. **Political Science Quarterly**, New York, v. 110, n. 4, 1996.
- BIVEN, W. Carl. **Jimmy Carter's Economy: policy in an age of limits**. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política, vol 2**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BURGESS, J. Peter; STRATH, Bo. Money and Political Economy: from the Werner Plan to the Delors Report and Beyond. In: MAGNUSSON, Lars, STRATH, Bo. **From the Werner Plan to the EMU: in search of a political economy for Europe**. Brussels: Presses Interuniversitaires Européennes, 2002.
- CALLEO, David. Old Bones for New Bodies: the geopolitics of Franco-German Europe. In: MCCARTHY, Patrick. **France-Germany in the Twenty-First Century**. New York: Palgrave, 2001.
- COOPER, Richard. Yes to European monetary unification, but no to the Maastricht Treaty. In: STEINHERR, Alfred. **Thirty Years of European Monetary Integration: from the Werner Plan to EMU**. London, New York: Longman Group Limited, 1994.
- CRAWFORD, Beverly. **Power and German Foreign Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- DANNENBERG, Julia Von. **The Foundations of Ostpolitik**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- DE CECCO, Marcello. The European Monetary System and national interests. In: GUERRIERI, Paolo, PADOVAN, Pier Carlo. **The Political Economy of European Integration**. Savage: Barnes and Noble Books, 1989.

DEUTSCHE WELLE. **Desemprego na Espanha supera 27% e bate recorde.** (Rede de Comunicação Alemã). 25 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/desemprego-na-espanha-supera-27-e-bate-recorde/a-16773026>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

DICKHAUS, Monika. German and American Economic and Monetary Policy. In: JUNKER, Detlef. **The United States and Germany in the Era of the Cold War, 1945-1968.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital – Uma História do Sistema Monetário Internacional.** São Paulo: Editora 34, 2000.

EICHENGREEN, Barry. **The European Economy Since 1945 – Coordinated Capitalism and Beyond.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2007.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELTIS, Walter. **Britain, Europe and EMU.** London: Macmillan Press, 2000.

EUROPEAN COMMISSION. **Report of the Study Group ‘Economic and Monetary Union 1980’ (MARJOLIN REPORT).** Brussels, 1975.

EUROPEAN COMMISSION. **Report to the Council and the Commission on the realization by stages of Economic and Monetary Union in the Community (WERNER REPORT).** Brussels, 1970.

FIORI, José Luis. **O Poder Global.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, José Luis. Depois da retomada da hegemonia. In: FIORI, José Luis. **Polarização Mundial e Crescimento.** Petrópolis: Vozes, 2001.

FONTAINE, Pascal. **A União Europeia.** Lisboa: Editorial Stampa, 1995.

FORSTER, Anthony. **Britain and the Maastricht Negotiations.** London: Macmillan Press, 1999.

FRIEDEN, Jeffrey A. **Making Commitments: France and Italy in the european monetary system, 1979-1985.** Los Angeles: UCLA Institute for Industrial Relations and the UCLA Center for International Business Education and Research, 1993.

GARRET, Geoffrey. The Politics of Maastricht. In: FRIEDEN, Jeffrey, EICHENGREEN, Barry. **The Political Economy of European Monetary Integration.** Boulder: Westview Press, 2001.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2002.

GILPIN, Robert. **O Desafio do Capitalismo Global: a economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOODMAN, John B. **Monetary Sovereignty: the politics of central banking in western europe**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1992.

GROSS, Daniel; THYGESSEN, Niels. **European Monetary Integration**. Harlow, United Kingdom: Pearson Education Limited, 1998.

HARRISON, Michael M. Foreign and Security Policy In: Patrick McCarthy. **The French Socialists in Power 1981-1986**. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1987.

HANRIEDER, Wolfram F. **Germany, America, Europe: forty years of german foreign policy**. New Haven and London: Yale University Press, 1989.

HELLEINER, Eric. **States and Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to 1990's**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1994.

HENDRIKS, Gisela; MORGAN, Annette. **The Franco-German Axis in European Integration**. Northampton: Edward Elgar Publishing Ltd., 2001.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HITCHCOCK, William I. **The Struggle for Europe: the turbulent history of divided continent 1945-2002**. New York: Doubleday, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLMES, Martin. **European Integration: scope and limits**. New York: Palgrave, 2001.

HOWARTH, David J. **The French Road to European Monetary Union**. New York: Palgrave, 2001.

JARAUSCH, Konrad H. **The Rush to German Unity**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

JOBERT, Michel. **L'Autre Regard**. Paris: Éditions Grasset e Fasquelle, 1976.

JONES, Erik. Economic and Monetary Union: Playing with Money. In: MORAVCSIK, Andrew. **Centralization or Fragmentation? Europe Facing the Challenges of Deepening, Diversity and Democracy**. New York: Council on Foreign Relations, 1998.

JONES, Erik. **The Politics of Economic and Monetary Union**: integration and idiosyncrasy. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2002.

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO. **Trauma da reunificação explica a resistência alemã a estimular gregos**. 27 mai. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,trauma-da-reunificacao-explica-a-resistencia-alema-a-estimular-gregos-,878557,0.htm>> Acesso em: 16 mai. 2013.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

KAHN, Sylvain. **Geopolitique de L'Union Européenne**. Paris: Armand Colin, 2007.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

KISSINGER, Henry. **Years of Upheavel**. New York: Simon and Schuster Paperbacks, 1982.

KISSINGER, Henry. **Years of Renewal**. New York: Simon and Schuster Paperbacks, 1999.

KISSINGER, Henry. **White House Years**. New York: Simon and Schuster Paperbacks, 2011.

KNAPP, Georg Friedrich. **The State Theory of Money**. San Diego: Simon Publications, 2003.

KUPCHAN, Charles A. Regionalizing Europe's Security: the case for a new mitteleuropa. In: MANSFIELD, Edward D., MILNER, Helen V. **The Political Economy of Regionalism**. New York: Columbia University Press, 1997.

LETESSIER, Jean-Yves; SILVANO, Jaques; SOIN, Robert. **L'Europe économique et son avenir**. Paris: Armand Colin, 2008.

LÜBKEMEIER, Eckhard. Continuity Amid Change, German Post-Wall and Post-Kohl Foreign and Security Policy. In: STARK, Hans. **La Politique Étrangère de la Nouvelle Allemagne**. Paris: Institut Français des Relations Internationales, 2000.

LUDLOW, Peter. **The Making of the European Monetary System**. London: Butterworth Scientific, 1982.

MAES, Ivo. **Half a century of European financial integration: from the Rome Treaty to the 21st century.** Brussels: Mercatorfonds, 2007.

MAGNIFICO, Giovanni. **European Monetary Unification.** London: Macmillan Press Ltd, 1973.

MARTENS, Stephan. La politique étrangère de l'Allemagne depuis 1990. In: HEGE, Adelheid; KIMMEL, Adolf; MARTENS, Stephan; UTERWEDDE, Henrik. **Regards sur l'Allemagne unifiée.** Paris: La Documentation française, 2006.

MATTLI, Walter. **The Logic of Regional Integration: Europe and beyond.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MAZZUCELLI, Colette. **France and Germany at Maastricht: politics and negotiations to create the European Union.** New York and London: Garland Publishing, 1997.

MILWARD, Alan S. **Western Europe 1945-1951.** London: Routledge, 2003.

MILWARD Alan S.; SORENSEN, Vibeke. Interdependence or integration? A national choice. In: MILWARD, Alan S. **The Frontier of National Sovereignty: history and theory 1945-1992.** London: New Fetter Lane, 1994.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **A Reunificação da Alemanha.** São Paulo: Global; Brasília, DF: Editora UnB, 2001.

MORAVCSIK, Andrew. **The Choice for Europe: social purpose and state power from Messina to Maastricht.** Ithaca, New York: Cornell University Press, 1998.

MOUSSIS, Nicolas. **Guide des politiques de l'Union européenne.** Brussels: European Study Service, 2007.

NEAL, Larry. **The Economics of Europe and the European Union.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NINKOVICH, Frank. **Germany and United States: the transformation of the german question since 1945.** New York: Twayne Publishers, 1995.

OSCE – Organization for Security and Co-operation in Europe. Disponível em: <www.osce.org> Acesso em: 10 fev. 2013.

PEDERSEN, Thomas. **Germany, France and the integration of Europe: a realist interpretation.** London and New York: Pinter, 1998.

PFETSCH, Frank R. **União Europeia: história, instituições, processos.** Brasília: Editora UnB, 2002.

PFETSCH, Frank R. **West Germany**: internal structures and external relations - foreign policy of the Federal Republic of Germany. New York: Praeger Publishers, 1988.

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

PORTES, Richard. EMS and EMU After the Fall. In: **The World Economy**. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1993.

PULZER, Peter. **German Politics 1945-1995**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

REVISTA EXAME. **Alemanha multiplica por 7 as exportações ao BRIC em 15 anos**. 29 ago. 2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/alemanha-multiplica-por-sete-as-exportacoes-ao-bric-entre-1996-e-2011>> Acesso em: 17 mai. 2013.

RÜCKER, Katrin. What role for Europe in the international arena of the early 1970's? How France and Germany were able to matter In: GERMOND, Carine and TÜRK, Henning. **A History of Franco-German Relations in Europe**: from “hereditary enemies” to partners. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luis. **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SIMONIAN, Haig. **The Privileged Partnership – Franco-German Relations in the European Community 1969-1984**. Oxford: Clarendon Press, 1985.

STORY, Jonathan. Monetary union: economic competition and political negotiation. In: WEBBER, Douglas. **The Franco-German Relationship in the European Union**. New York: Routledge, 1999.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London, New York: Continuum, 1994.

THODY, Philip. **An Historical Introduction to the European Union**. London, New York: Routledge, 1997.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

TSOUKALIS, Loukas. **The Politics and Economics of European Monetary Integration**. London: George Allen and Unwin Ltd, 1977.

UNGERER, Horst. **A Concise History of European Monetary Integration**: from EPU to EMU. London: Quorum Books, 1997.

ZIMMERMANN, Hubert. The Fall of Bretton Woods and the Emergence of the Werner Plan. In: MAGNUSSON, Lars, STRATH, Bo. **From the Werner Plan to the EMU: in search of a political economy for Europe**. Brussels: Presses Interuniversitaires Européennes, 2002.

VERDUN, Amy. **European Responses to Globalization and Financial Market Integration – Perception of Economic and Monetary Union in Britain, France and Germany**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

WALL, Stephen. **A Stranger in Europe: Britain and the EU from Thatcher to Blair**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2008.

WALLACE, William. Regionalism in Europe: model or exception? In: FAWCETT, Louise, HURRELL, Andrew. **Regionalism in World Politics – Regional Organization and International Order**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WILKENS, Andreas. New *Ostpolitik* and European Integration: concepts and policies in the Brandt era. In: LUDLOW, N. Piers. **European Integration and the Cold War – Ostpolitik-Westpolitik, 1965-1973**. London, New York: Routledge, 2007.

WRAY, L. Randall. **Trabalho e Moeda Hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Contraponto, 2003.